



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**PENSAMENTO CONTRAFCTUAL:
ESTUDO DO EFEITO DE FOCO DOS CENÁRIOS E
ATRIBUIÇÃO DE CULPA À VÍTIMA E AGRESSOR**

JOÃO AMARAL MARQUES

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA ANA CRISTINA QUELHAS

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA ANA CRISTINA QUELHAS

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de
Professora Doutora Ana Cristina Quelhas, apresentada
no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau
de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica

Agradecimentos

Gostaria de começar por agradecer à Professora Ana Cristina Quelhas pelo seu belíssimo trabalho na orientação da minha tese. Com a sua sabedoria, simpatia e disponibilidade, deu-me uma ajuda preciosa na elaboração desta dissertação. Caso contrário, este trabalho não teria sido possível.

Ao Professor Csongor Juhos pela sua paciência e celeridade com que me respondeu aos meus e-mails com dúvidas e pedidos de ajuda.

A todos aqueles que, no estabelecimento de ensino onde recolhi os dados, se mostraram receptivos a participar no meu estudo e a dar um contributo tão valioso. Se consegui terminar esta dissertação atempadamente, a também eles o devo.

A todos os funcionários do ISPA que, de alguma maneira ou de outra, me ajudaram na realização desta dissertação, seja através de impressões e fotocópias como a Sofia, de reservar salas para trabalhar como a D. Delfina, o Sr. Amílcar, a Sara e todos os de mais, de descontrair no bar como o Sr. Reis e o Tony. Obrigado também pelas palavras de apoio e os sorrisos que tão importantes se revelaram.

Obrigado a todos os meus amigos, quer sejam do ISPA ou fora dele – Catarina, Marta, Inês, Rita, Joana, Luísa, André, David e tantos outros – por terem acreditado em mim e me incentivado quando mais desanimado estive, pelas opiniões que deram sobre este trabalho e pelos bons momentos...Obrigado por terem estado lá.

Obrigado a todos aqueles que, embora não tendo nomeado, também contribuíram, directa ou indirectamente, para a concretização de tão importante projeto para mim.

E, finalmente, mas não sendo de maneira nenhuma os últimos, agradeço a toda a minha família, principalmente aos meus pais, pelo apoio e amor incondicionais ao longo de todo este período com os seus altos e baixos. Sem eles, teria sido tão mais difícil.

João Marques, 1 de Junho de 2013

Resumo

A presente dissertação, sobre o pensamento contrafactual, pretende analisar o efeito de foco de um cenário, quer nos pensamentos contrafactuais que são produzidos, quer na atribuição de culpa feita aos dois personagens principais (vítima e agressor).

Procura-se desta forma colmatar uma lacuna apontada por Kahneman e Miller (1986), a de que os cenários habitualmente usados na investigação do pensamento contrafactual estão maioritariamente centrados na vítima, tornando as suas acções mais salientes e mutáveis e, portanto, o foco central dos pensamentos contrafactuais. Outra consequência que os autores referem é o elevado grau de atribuição de culpa à vítima, já que é mais fácil imaginar a vítima a agir de forma diferente e, assim, a ter evitado o que lhe aconteceu.

Foram criadas três situações – acidente de viação, agressão e assalto – cada uma relatada segundo um foco distinto – vítima, agressor ou ambos. Foi esperado que o supracitado efeito produzisse resultados em termos dos contrafactuais gerados e das atribuições de culpa, conduzindo, por um lado, a um maior número de contrafactuais centrados na personagem principal do cenário e, por outro, a maiores atribuições de culpa a essa personagem.

A análise de resultados, obtidos a partir de uma amostra de 72 alunos do 12º ano, em Lisboa, indicaram que o efeito de foco se verificou para os contrafactuais, mas não para as atribuições de culpa, já que o agressor foi sempre mais culpado do que a vítima.

Os resultados foram interpretados à luz de diferentes perspectivas teóricas como a teoria dos modelos mentais (Byrne, 2005) ou a teoria de controlo culpável (Alicke et al., 2008) e as devidas limitações do estudo foram apontadas.

Palavras-Chave: Pensamento contrafactual, Foco, Mutabilidade, Culpa

Abstract

This dissertation on counterfactual thinking aims to study the focus effect of a scenario, not only on the production of counterfactual thoughts, but also on the blame ascribed to both the victim and perpetrator of said scenario.

In so doing, this study endeavors to fill a gap mentioned by Kahneman and Miller (1986): scenarios usually employed in counterfactual research center mainly on the victims, thereby making their actions more salient and mutable and, therefore, the main focus of counterfactual thoughts. Another consequence discussed by the authors is the greater ascription of blame to the victim since it is easier to imagine them acting differently, thus having been able to avoid a certain misfortune.

Three situations were created – car accident, physical assault, and mugging – each one described through a different focus – victim, perpetrator or both. It was hypothesized that the aforementioned effect would produce results on the counterfactuals generated and on the blame ascribed leading, on the one hand, to more counterfactuals being centered on the focal actor of a scenario while, on the other hand, to more blame being ascribed to that actor.

Data analysis, obtained through a sample of seventy-two 12th grade students in Lisbon, indicated that the focus effect was present for the counterfactuals generated, but not for the blame ascriptions due to the perpetrator always being ascribed more blame than the victim.

Results were interpreted according to different theoretical perspectives such as the mental models theory (Byrne, 2005) or the culpable control model (Alicke, 2008) and the study's limitations were duly addressed.

Keywords: Counterfactual thinking, Focus, Mutability, Blame

Índice

Introdução.....	1
1. Pensamento Contrafactual	1
1.1 Definição e caracterização geral do constructo	1
1.2 A origem do pensamento contrafactual	2
1.3 E actualmente? Principais correntes teóricas no estudo dos contrafactuais	4
2. Um modelo de duas etapas de Roese e Olson	6
3. Categorização dos pensamentos contrafactuais.....	8
3.1 Direcção.....	8
3.2 Estrutura	9
3.3 Centração	9
4. Funções do pensamento contrafactual.....	9
4.1 Função preparadora	10
4.2 Função afectiva.....	11
4.3 Função de definição.....	12
4.4 Função indutora de sentimentos de controlo	12
4.5 A disfuncionalidade dos pensamentos contrafactuais	13
5. A mutabilidade	13
5.1 Excepcionalidade.....	16
5.2 Controlabilidade	17
5.3 Saliência	19
5.4 Efeito de acção-omissão	20
6. O papel da mutabilidade nas atribuições de culpa a vítimas de infortúnios.....	22
7. Objectivo e hipóteses gerais	32
7.1 Hipóteses sobre a influência do foco.....	32
Método.....	34
1. Amostra	34
2. Delineamento.....	34
3. Material.....	34
4. Procedimento	41

Resultados.....	42
1. Codificação dos contrafactuais.....	42
2. Análise descritiva	45
2.1 Pensamentos contrafactuais.....	45
2.1.1 Valores gerais	45
2.1.2 Valores segundo o foco do cenário.....	49
2.1.3 Foco do primeiro contrafactual, consoante o foco do cenário.....	53
2.2 Atribuição de culpa.....	56
2.2.1 Consoante o foco do cenário	56
2.2.2 Consoante a situação	58
3. Análise inferencial.....	62
3.1 Pensamentos contrafactuais.....	62
3.1.1 Total de contrafactuais gerados, segundo o foco do cenário.....	62
3.1.2 Foco dos contrafactuais, segundo o foco do cenário.....	65
3.1.3 Foco do primeiro contrafactual, segundo o foco do cenário	68
3.2 Atribuição de culpa.....	70
3.2.1 Consoante o foco do cenário	70
3.2.1.1 Culpa atribuída à vítima	71
3.2.2.2 Culpa atribuída ao agressor	73
3.2.2 Consoante a situação	76
3.2.2.1 Culpa atribuída à vítima	76
3.2.2.2 Culpa atribuída ao agressor	77
Discussão.....	81
1. Objectivo e hipóteses.....	81
2. Resultados e sua discussão	82
2.1 Geração de contrafactuais.....	82
2.2 Atribuição de culpa.....	85
2.2.1 Culpa atribuída à vítima	86
2.2.2 Culpa atribuída ao agressor	89
2.2.3 Sobre a definição do constructo “culpa”	92
3. Limitações	94
3.1 Codificação dos contrafactuais.....	94
3.2 (A não) validação do material usado	95

4. Considerações finais e propostas para futuros estudos.....	96
Referências	102
Anexos.....	110
Anexo A: Tabela-resumo referente aos cenários e metodologias adoptadas	111
Anexo B: Cenários de agressão física	116
Anexo C: Cenários de Assalto.....	119
Anexo D: Folha de instruções dos cadernos distribuídos aos participantes.....	122
Anexo E: Primeira folha de codificação dos contrafactuais.....	124
Anexo F: Segunda folha de codificação dos contrafactuais.....	127
Anexo G: Estatísticas descritivas dos vários tipos de contrafactuais criados, segundo o foco do cenário	129
Anexo H: Estatísticas descritivas dos vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados na vítima	131
Anexo I: Estatísticas descritivas dos vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados no agressor.....	133
Anexo J: Estatísticas descritivas dos vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados em ambos.....	135
Anexo K: Testes da normalidade e esfericidade para o total de contrafactuais gerados, segundo o foco do cenário	137
Anexo L: Testes da normalidade e esfericidade para o foco dos contrafactuais, segundo o foco do cenário	139
Anexo M: Teste de Bonferroni de comparações múltiplas para os contrafactuais com foco na vítima, agressor e ambos segundo o foco do cenário	141
Anexo N: Testes da normalidade e esfericidade para a culpa atribuída à vítima, segundo o foco do cenário	143
Anexo O: Testes da normalidade e esfericidade para a culpa atribuída ao agressor, segundo o foco do cenário.....	145
Anexo P: Testes da normalidade e esfericidade para a culpa atribuída à vítima e ao agressor, segundo a situação	147

Lista de Tabelas

Tabela 1: Frequências e percentagens dos contrafactuais gerados, segundo a direcção, estrutura e foco.....	46
Tabela 2: Médias e desvios-padrão dos contrafactuais gerados	47
Tabela 3: Médias e desvios-padrão dos contrafactuais gerados, segundo as categorias de codificação	48
Tabela 4: Frequências e percentagens dos contrafactuais gerados, segundo o foco do cenário	49
Tabela 5: Médias e desvios-padrão dos contrafactuais gerados, segundo o foco do Cenário	50
Tabela 6: Estatísticas descritivas dos focos dos contrafactuais gerados, segundo o foco do cenário	52
Tabela 7: Frequências e percentagens referentes ao foco do primeiro contrafactual gerado em cada cenário, consoante o foco do mesmo.....	54
Tabela 8: Frequências e percentagens das respostas referentes ao facto de o primeiro contrafactual gerado ter ou não o foco igual ao do cenário	55
Tabela 9: Médias e desvios-padrão da culpa atribuída à vítima e ao agressor, segundo o foco do cenário	57
Tabela 10: Médias e desvios-padrão da atribuição de culpa à vítima e ao agressor, consoante a situação	58
Tabela 11: Médias e desvios-padrão da culpa atribuída à vítima e ao agressor, consoante a situação e o foco do cenário.....	60
Tabela 12: Análise de variância para o total de contrafactuais gerados, consoante o foco do cenário	63
Tabela 13: Teste de Bonferroni para o total de contrafactuais gerados, consoante o foco do cenário	64
Tabela 14: Análise de variância para os contrafactuais centrados na vítima e no agressor, segundo o foco do cenário.....	66
Tabela 15: MANOVA para os contrafactuais centrados em ambos, segundo o foco do cenário	66
Tabela 16: Teste Q de Cochran para as proporções do foco do primeiro contrafactual num dado cenário.....	70
Tabela 17: Comparações múltiplas do Teste Q de Cochran.....	70

Tabela 18: Análise de variância para a culpa atribuída à vítima, consoante o foco do cenário	71
Tabela 19: Teste de Friedman para a culpa atribuída à vítima, consoante o foco do cenário	72
Tabela 20: Análise de variância para a culpa atribuída ao agressor, consoante o foco do cenário	73
Tabela 21: Teste de Bonferroni para a culpa atribuída ao agressor, consoante o foco do cenário	74
Tabela 22: Análise de variância para a culpa atribuída à vítima, consoante a situação ...	77
Tabela 23: Teste de Bonferroni para a culpa atribuída à vítima, consoante a situação....	77
Tabela 24: Análise de variância para a culpa atribuída ao agressor, consoante a situação	78
Tabela 25: Teste de Bonferroni para a culpa atribuída ao agressor, consoante a situação	78
Tabela A1: Resumo dos cenários e metodologias adoptadas	112
Tabela G1: Estatísticas descritivas para os vários tipos de contrafactuais criados, segundo o foco do cenário	130
Tabela H1: Estatísticas descritivas para os vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados na vítima	132
Tabela I1: Estatísticas descritivas para os vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados no agressor.....	134
Tabela J1: Estatísticas descritivas para os vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados em ambos.....	136
Tabela K1: Teste do pressuposto da normalidade para o total de contrafactuais gerados, segundo foco do cenário.....	138
Tabela K2: Teste do pressuposto da esfericidade de Maulchy para o total de contrafactuais gerados, segundo foco do cenário	138
Tabela L1: Teste do pressuposto da normalidade para o foco dos contrafactuais gerados, segundo foco do cenário.....	140
Tabela L2: Teste do pressuposto da esfericidade de Maulchy para o foco dos contrafactuais gerados, segundo foco do cenário	140
Tabela M1: Teste de Bonferroni para os contrafactuais com foco na vítima, segundo foco do cenário	142

Tabela M2: Teste de Bonferroni para os contrafactuais com foco no agressor, segundo foco do cenário	142
Tabela M3: Teste de Bonferroni para os contrafactuais com foco em ambos, segundo foco do cenário	142
Tabela N1: Teste do pressuposto da normalidade para a culpa atribuída à vítima, consoante o foco do cenário	144
Tabela N2: Teste do pressuposto da esfericidade de Maulchy para a culpa atribuída à vítima, consoante o foco do cenário	144
Tabela O1: Teste do pressuposto da normalidade para a culpa atribuída ao agressor, consoante o foco do cenário	146
Tabela O2: Teste do pressuposto da esfericidade de Maulchy para a culpa atribuída ao agressor, consoante o foco do cenário	146
Tabela P1: Teste do pressuposto da normalidade para a culpa atribuída à vítima e ao agressor, segundo o foco do cenário.....	148
Tabela P2: Teste do pressuposto da esfericidade de Maulchy para a culpa atribuída à vítima e ao agressor, segundo a situação.....	148

Lista de Figuras

Figura 1: Modelo de duas etapas de geração de pensamentos contrafactuais de Roese e Olson (1995a)	7
Figura 2: Mecanismo da função preparativa	11

Introdução

1. Pensamento Contrafactual

1.1 Definição e caracterização geral do constructo.

Em alguma altura das nossas vidas já demos por nós a pensar em como determinados acontecimentos poderiam ter ocorrido de forma diferente se se tivesse feito algo de outra maneira (Epstude & Roese, 2008). Na verdade, quem nunca o fez? Um exemplo disso mesmo é pensar “Se tivesse estudado mais, então tinha passado no exame” ou “Se não lhe tivesse dito aquilo, então ela não tinha ficado chateada comigo”. De facto, histórias e relatos de sofrimento e infortúnio humano estão repletas de exemplos de pensamentos do que poderia ter sido diferente, do que poderia ter ocorrido se apenas uns meros detalhes tivessem sido diferentes (Roese & Olson, 1995a). A isto se chama pensar contrafactualmente.

“Contrafactual” significa, literalmente, “contrário aos factos” e designa, assim, a capacidade de os indivíduos criarem, para determinados eventos, acções ou estados passados, cenários ou mundos alternativos aos mesmos em que determinadas possibilidades poderiam ter ocorrido se algum pensamento, comportamento, acção ou outro tivesse sido diferente (Kahneman & Miller, 1986; Kahneman & Tversky, 1982; Roese & Olson, 1995a).

Ao fazer uma revisão geral por muitos dos trabalhos sobre este tópico destacam-se um número de características e particularidades acerca dos pensamentos contrafactuais: (a) são normalmente expressos sobre forma de afirmações lógicas condicionais compostas por um antecedente (“se”) e um conseqüente (“então”) (Epstude & Roese, 2008; Kahneman & Miller, 1986; Mandel & Lehman, 1996; Martins, 2003; Pighin, Byrne, Ferrante, Gonzalez, & Giroto, 2011; Rye, Cahoon, Ali & Daftary, 2008), se bem que a literatura (e.g., Sanna & Turley-Ames, 2000) prevê outras expressões com valor poeencialmente contrafactual como “poderia”, “deveria”, “seria”, “para a próxima...”, “teria”, “*at least*” e “*almost*”; (b) Todas as proposições contrafactuais condicionais são afirmações causais devido à falsidade dos seus antecedentes que estabelecem sempre uma relação com um “estado das coisas” factual (e.g., pensar “Se eu fosse mais rico, então seria mais feliz” está intimamente ligado com o dinheiro e a felicidade actual de cada um) (Byrne e Quelhas, 1999; Roese e Olson, 1995a).

Por outro lado tem-se também: (c) os pensamentos contrafactuais surgem em crianças por volta dos 2-3 anos (Epstude & Roese, 2008; Harris, German, & Mills, 1996); (d) este tipo de pensamentos parece existir na grande maioria das culturas e sociedades (Byrne, 2005)

mesmo que o conteúdo desses contrafactuais seja diferente dos produzidos noutras sociedades por reflectir diferentes prioridades e valores (Chen, Chiu, Roese, Tam, & Lau, 2006 cit. por Epstude & Roese, 2008); (e) surgem geralmente após eventos surpreendentes e/ou negativos (Epstude & Roese, 2008; Kahneman & Miller, 1986; Sherman & McConnell, 1995) e (f) tendem a desencadear uma série de emoções e sentimentos que lhes estão particularmente associados como é o caso do arrependimento, culpa, remorso, alívio, raiva ou simpatia (Epstude & Roese, 2008; Goldinger, Kleider, Azuma & Beike, 2003; Roese, 2005; Sherman & McConnell, 1995; Tykocinski & Pittman, 1998).

1.2 A origem do pensamento contrafactual.

Mas, onde e quando surgiu a expressão “pensamento contrafactual” e o interesse em estudá-lo? Segundo autores como Lewis (1973, cit. por Epstude & Roese, 2008), o termo contrafactual “derives from philosophical writings in which the logical status of possibility and probabilistic reasoning were closely scrutinized” (p. 168).

De acordo com diversos autores (e.g., Kahneman & Miller, 1986; Roese & Olson, 1995a), o estudo e a consideração do que poderia ter sido e do que poderia vir a ser começou por interessar os grandes pensadores, sábios e filósofos antigos. Com efeito, Roese & Olson (1995a) apontam a Platão e Aristóteles alguns dos escritos pioneiros neste tópico que versavam sobre formas ideais não vistas, mas alcançáveis e o estatuto epistemológico das suposições conjuntivas. Por outro lado, os mesmos autores também citam o filósofo Alemão Leibniz que, no séc. XVII, afirmou que uma realidade ou mundo alternativo é possível na medida em que não contradiga leis formais da lógica e, assim, poderia existir um número infinito de mundos possíveis.

Contudo, não foi até ao século passado que as discussões de mundos possíveis foram verdadeiramente aceites e respeitadas pelos filósofos e pensadores com o estudo das modalidades (i.e., possibilidades inexistentes) por autores como Reichenbach (1976, cit. por Roese & Olson, 1995a).

Actualmente considera-se a existência de vários mundos possíveis, segundo Roese e Olson (1995a), num campo mais circunscrito já que se defende que um contrafactual apresenta um mundo possível imaginariamente próximo ao mundo real, mas que contém algumas características distintas (e.g., numa realidade alternativa a equipa de futebol de quem se é adepto vence o campeonato nacional).

No que diz respeito à perspectiva psicológica sobre o pensamento contrafactual, aquela sobre a qual o presente trabalho vai ser realizado, deve-se referir primeiramente que o interesse da Psicologia em geral, e o da Psicologia Social e Cognitiva em particular, pelos contrafactuais, tem uma origem consideravelmente mais recente (Roese & Olson, 1995a). Uma das principais razões por este interesse deve-se ao facto de os pensamentos contrafactuais influenciarem a formação e expressão de diversos tipos de julgamentos e sentimentos (Roese, 1994).

De acordo com Roese e Olson (1995a), o ponto de partida que é tradicionalmente atribuído ao estudo dos pensamentos contrafactuais é um breve capítulo da autoria de Danny Kahneman e Amos Tversky denominado *The simulation heuristic* publicado em 1982. Neste capítulo, Kahneman e Tversky procuraram definir uma heurística de simulação da sua autoria e completar o trabalho já efectuado no campo da heurística da disponibilidade ao focarem-se numa operação mental algo negligenciada pela literatura até à época: a criação de eventos ou cenários. Com efeito, concluíram, através de um estudo inicial e pioneiro sobre os pensamentos contrafactuais, que, perante determinadas condições e circunstâncias, os sujeitos conseguem facilmente, através de uma heurística de simulação mental, gerar versões alternativas – cenários – da realidade, uma operação que parece assemelhar-se ao funcionamento de um modelo ou programa de simulação. Por outro lado, perceberam que isso pode ter consequências pessoais e sociais importantes (Kahneman & Tversky, 1982).

Por outro lado, o trabalho de Daniel Kahneman e Dale Miller de 1986 com o título *Norm theory: Comparing reality to its alternatives* é apontado como o segundo grande marco na história da investigação psicológica dos contrafactuais. Neste artigo, os autores apresentam uma teoria que defende que os sujeitos constroem certas normas – ou padrões – através das quais avaliam aquilo que lhes acontece, isto é, elaboram julgamentos e juízos de valor. Por outras palavras, cada acontecimento traz à mente do sujeito a sua própria “âncora cognitiva” (i.e., norma) composta por uma combinação de elementos tais como conjuntos de experiências, informações ou crenças acerca desse acontecimento. A referida norma será então comparada com o resultado ou desfecho factual do acontecimento: se esse desfecho evocou uma norma semelhante a si mesmo, então é definido como um desfecho normal; por outro lado, será considerado “anormal” se evocar normas que diferem consideravelmente de si, sendo, assim, as mesmas de natureza contrafactual, ou seja, são vistas como uma alternativa à realidade. Desta forma, a *Norm Theory* – ou Teoria da Norma – destaca-se das anteriores teorias sociais e sociocognitivas de avaliação e julgamento pois defende que as

normas podem ser construídas após um determinado acontecimento e o seu desfecho e não antes (Kahneman & Miller, 1986).

1.3 E actualmente? Principais correntes teóricas no estudo dos contrafactuais.

Assim, após a divulgação e reconhecimento dos dois artigos apresentados acima, diversas correntes e modelos teóricos usaram-nos como ponto de partida para os seus estudos sobre os pensamentos contrafactuais (Epstude & Roese, 2008). Uma dessas teorias é a dos modelos mentais (para uma revisão ver Byrne, 2005).

Esta teoria postula que a forma como os indivíduos interpretam determinadas afirmações e premissas, assim como a forma como raciocinam através delas e tiram conclusões, depende do significado das mesmas, bem como do conhecimento geral que os indivíduos têm acerca do mundo (Johnson-Laird & Byrne, 1991).

Desta forma, a teoria dos modelos mentais, segundo Johnson-Laird e Byrne (1991), procura explicar o processo dedutivo a partir de três passos.

No primeiro, os sujeitos utilizam o significado que reconhecem nas palavras incluídas nas várias afirmações, bem como o conhecimento que têm acerca do mundo, para entender o seu significado. Neste seguimento, os sujeitos acabam por construir um modelo interno do estado das coisas descrito pelas afirmações ou premissas.

No segundo passo, os indivíduos vão procurar elaborar uma descrição parcimoniosa dos modelos mentais que construíram, sendo que essa descrição deve incluir informação que não esteja explicitamente incluída nas premissas; quando não existe uma conclusão desse tipo, então respondem que nada se pode inferir das premissas.

No terceiro e último passo, os indivíduos procuram por modelos alternativos das premissas nos quais a conclusão que retiraram é falsa. Se não existe um modelo desse tipo, então a sua conclusão é válida. Se, pelo contrário, tal modelo existe, então os sujeitos devem voltar ao segundo passo e tentar descobrir se há alguma conclusão verdadeira em todos os modelos que construíram até ao momento. Se há, então é necessário procurar por contra-exemplos para eles e assim sucessivamente, até não ser mais possível criar outros modelos.

Johnson-Laird e Byrne (1991) defendem que podem existir erros de raciocínio quando os sujeitos não consideram todos os modelos possíveis a partir das premissas, nomeadamente por constrangimentos e limites da memória de trabalho.

Neste sentido, é referido que as pessoas geralmente representam, de início, poucas possibilidades quando interpretam dada afirmação (e.g., Byrne, 2005; Byrne & Quelhas,

1999) e, ainda, que as possibilidades que representam tendem a ser verdadeiras, ou seja, as pessoas tendem a representar aquilo que é verdade segundo as premissas ou afirmações que interpretam e não aquilo que é falso (Johnson-Laird & Byrne, 1991); este é chamado o princípio da verdade.

Segundo esta teoria, é também avançado por autores (e.g., Johnson-Laird & Byrne, 1991) que cada ou modelo mental corresponde a uma possibilidade imaginada pelos sujeitos após interpretação das premissas, sendo ainda que cada modelo apresenta a mesma estrutura da situação ou premissa que representa (Johnson-Laird, 2004).

A teoria dos modelos mentais tem sido utilizada para explicar certos domínios do raciocínio como o raciocínio dedutivo de uma maneira geral (e.g., Johnson-Laird & Byrne, 1991), bem como no campo do pensamento contrafactual (e.g., Byrne, 2005).

Focando-nos nas investigações feitas no campo do pensamento contrafactual, Byrne e Quelhas (1999) defendem: “(...) os processos subjacentes ao raciocínio com condicionais contrafactuais devem ser similares aos do raciocínio com condicionais factuais, i.e., através da construção e revisão de modelos mentais.” (p. 714).

De acordo com Byrne (2005), as afirmações condicionais contrafactuais levam os indivíduos a imaginar normalmente duas possibilidades: aquela que poderia ter sido (contrafactual) e aquela que, supostamente, ocorreu (os factos pressupostos). A autora dá o exemplo do contrafactual: “Se a Alicia tivesse ido aos estábulos, então ela tinha montado o Starlight.” para demonstrar isso mesmo: a Alicia não foi aos estábulos e não montou o Starlight (não-A e não-B) e a Alicia foi aos estábulos e montou o Starlight (A e B), traduzindo isto assim no “principle of dual possibilities” ou princípio das duplas possibilidades.

Mas se, segundo o princípio da verdade, as pessoas apenas consideram possibilidades verdadeiras, como é que elas podem pensar sobre o que poderia ter sido? Byrne (2005) refere que a resposta está no facto de os sujeitos irem monitorizando o estado dessas possibilidades, isto é, irem verificando se continuam a ser verdadeiras ou não. Este é o “principle of counterfactual possibilities” ou princípio das possibilidades contrafactuais.

Assim, tal como Byrne e Quelhas (1999) referem, parafraseando Johnson-Laird e Byrne (1991): “Vemos assim que as condicionais contrafactuais requerem a representação mental não apenas daquilo que é suposto ser verdadeiro, mas também daquilo que é supostamente verdadeiro mas factualmente falso.” (p. 716).

Outra corrente teórica importante no estudo dos contrafactuais é a Teoria Funcional, exposta em considerável detalhe por Epstein e Roese (2008). Segundo os autores, os

pensamentos contrafactuais podem – e devem – ser vistos como uma componente essencial e extremamente benéfica da regulação comportamental do ser humano, já que estão ligados às cognições sobre objectivos e metas que o indivíduo traça para si e o ajudam, através da consideração do passado e do que poderia ter sido, a preparar-se para o futuro. Aqui se esboça já os contornos da função preparadora dos contrafactuais que será abordada mais tarde.

Desta forma, Epstein e Roese (2008) propõem que as duas principais características desta teoria são: (a) o processo (de geração de contrafactuais) é activado por um particular défice ou necessidade, introduzido por um dado infortúnio ou problema; (b) o processo produz mudanças que visam satisfazer essa necessidade ou eliminar esse défice e, conseqüentemente, esse infortúnio ou problema. É interessante, apontam os autores, que esta teoria se afasta da teoria da norma já que não considera os contrafactuais como uma fonte de enviesamento, mas sim como algo bastante benéfico.

Sherman e McConnell (1995), por sua vez, afirmam que, na investigação e teorização actuais sobre os contrafactuais, os investigadores centram-se em diversos tópicos igualmente importantes e interessantes, tais como: (a) quais os aspectos da realidade que são mais alteráveis ou mutáveis, continuando uma tradição iniciada por Kahneman e Miller (1986); (b) implicações afectivas da geração de contrafactuais (e.g., ver Mandel, 2003a ou Roese, 2005); (c) relação entre pensamentos contrafactuais e causalidade (e.g., Mandel & Lehman, 1996 ou de Wells & Gavanski, 1989); (d) as funções psicológicas da geração dos contrafactuais (ver Epstein & Roese, 2008 ou Roese & Olson, 1995b para uma detalhada explicação e revisão).

2. Um modelo de duas etapas de Roese e Olson

Perceber o que activa o pensamento contrafactual continua a interessar actualmente os investigadores. Neste seguimento, Roese e Olson (1995a) deram um importante passo neste campo ao terem apresentado um modelo de dois estádios, esquematizado na Figura 1, que procura explicar os factores e processos envolvidos na activação e geração dos contrafactuais.

O primeiro estádio de todo o processo denomina-se disponibilidade contrafactual e diz respeito à mera consideração que o desfecho (factual) poderia não ter ocorrido. Por sua vez, o segundo estádio denomina-se conteúdo semântico. Tal especifica os meios pelos quais um resultado alternativo poderia ter ocorrido, ou seja, diz respeito à alteração mental de um antecedente factual e mutável que poderia ter levado a outro resultado. Citando os autores: “The first stage reflects the presence of a vehicle, so to speak, whereas the second represents the occupants of that vehicle.” (p. 9).

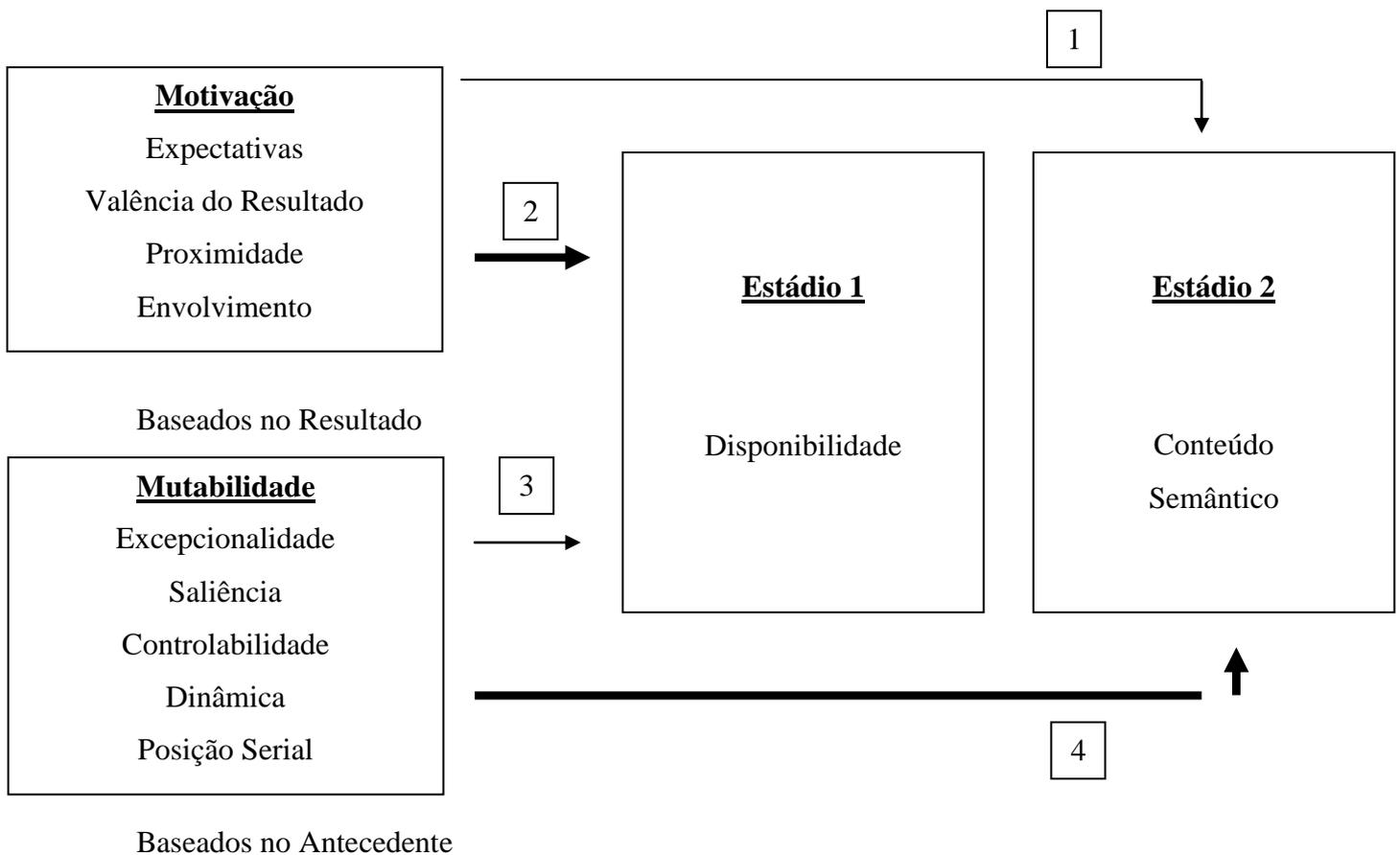


Figura 1. Modelo de duas etapas de geração de pensamentos contrafactuais de Roese e Olson (1995a). Adaptada de *What Might Have Been: The Social Psychology of Counterfactual Thinking* (p.11), de N. J. Roese e J. M. Olson, 1995, Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, Publishers.

Ainda, existem duas classes de factores que podem influenciar estes dois estádios. Em primeiro lugar, temos os factores ou variáveis motivacionais. Este tipo de factores, como a valência do resultado (i.e., se o resultado é positivo ou negativo) ou a proximidade (i.e., se a distância entre o resultado factual e o alternativo é ou não elevada), podem afectar tanto o primeiro como o segundo estádio, embora afectem mais a disponibilidade, e são, claramente, baseados no resultado.

Em segundo lugar, tem-se os factores ou variáveis de mutabilidade. Neste grupo incluem-se, por exemplo, a excepcionalidade (i.e., se o antecedente é excepcional ou típico) ou a saliência (i.e., se o antecedente é saliente ou se encontra no *background*, em segundo plano). Estes factores podem também influenciar ambos os estádios deste processo, embora

afectem mais o conteúdo semântico, e, ao contrário dos anteriores, baseiam-se nos antecedentes e não nos resultados.

3. Categorização dos pensamentos contrafactuais

Os pensamentos contrafactuais, de acordo com a literatura, podem ser classificados segundo três dimensões: direcção, estrutura e centração. As mesmas serão agora explanadas de forma sucinta e acompanhadas de exemplos ilustrativos.

3.1 Direcção.

Quanto à direcção, os contrafactuais podem ser classificados como ascendentes (*upward*) ou descendentes (*downward*). Os primeiros dizem respeito à criação de mundos ou realidades alternativas considerados melhores ou mais positivos do que o desfecho factual, ao passo que os segundos se referem à formação de mundos ou realidades alternativas que são considerados piores ou mais negativos do que o desfecho factual. Por outras palavras, contrafactuais ascendentes são aqueles em que o sujeito imagina como tudo poderia ter corrido melhor (e.g., “Se tivesse estudado mais, então teria passado no exame.”), enquanto que com os contrafactuais descendentes o indivíduo imagina em como tudo poderia ter corrido pior (e.g., Após um acidente de carro: “Se me tivesse desviado um pouco mais para a direita, então teria morrido certamente.”) (McMullen, Markman & Gavanski, 1995).

3.2 Estrutura.

No que concerne a estrutura, deve-se a Roese e Olson (1993a) a classificação criada. Os autores definiram que os pensamentos contrafactuais podem ser classificados como aditivos, isto é, o sujeito adiciona novos elementos quando reconstrói a realidade através da alternativa imaginada (e.g., “Se eu tivesse levado a minha caneta da sorte, então tinha passado no exame.”). Por outro lado, os contrafactuais também podem ser classificados como substractivos. Estes denotam uma remoção de determinados elementos quando o sujeito reconstrói a realidade (e.g., “Se eu não tivesse passado pela loja, então tinha chegado a horas à aula.”) (Epstude & Roese, 2008; Mandel & Lehman, 1996; Roese, 1994; Rye et al., 2008). Por fim, os autores referem ainda os contrafactuais substitutivos que denotam uma

combinação de uma adição e uma subtracção de forma a que a primeira substitua a segunda (e.g., “Se tivesse estudado em vez de ter jogado computador, então teria passado no exame.”).

Embora esta classificação quanto à estrutura seja a mais adoptada por outros teóricos hoje em dia, a verdade é que Kahneman e Tversky (1982) já haviam apresentado uma classificação mais ou menos semelhante. No entanto, a sua assenta mais numa vertente avaliativa e não meramente estrutural como a de Roese e Olson (1993a). Kahneman e Tversky (1982) falam assim de mudanças *downhill* em que se remove um aspecto inesperado da situação quando se imagina como ela poderia ter sido diferente (semelhante aos contrafactuais substractivos), mudanças *uphill* em que se introduz ocorrências inesperadas na reconstrução da situação (semelhante aos contrafactuais aditivos) e mudanças horizontais “in which an arbitrary value of a variable is replaced by another arbitrary value, which is neither more nor less likely than the first” (p. 205).

3.3 Centração.

Por fim, os pensamentos contrafactuais, segundo autores como Roese e Olson (1993b), podem ser classificados quanto à sua centração, isto é, de acordo com o(s) elemento(s) focal(ais) do contrafactual em questão. Pode-se falar neste contexto de um contrafactual que verse sobre o próprio, os outros, ou elementos externos, contextuais e/ou inerentes à situação. Os contrafactuais centrados no próprio são regularmente denominados de “auto-referentes” (e.g., “Se tivesse estudado para o teste, então tinha passado à disciplina.”), ao passo que os contrafactuais cujo elemento central ou focal são os outros ou os factores externos são designados de “hetero-referentes” (e.g., “Se o homem não estivesse naquela rua por onde passei, então eu não teria sido assaltada.”). Um contrafactual centrado em factores externos seria, por exemplo, “Se não tivesse estado tanto calor, então eu tinha passado no exame.”.

4. Funções do pensamento contrafactual

Já foi referido anteriormente que os pensamentos contrafactuais tendem a surgir após acontecimentos, experiências ou desfechos negativos, principalmente se estes forem inesperados e/ou com forte impacto emocional (Seelau, Seelau, Wells, & Windschitl, 1995). Assim sendo, existe uma questão pertinente a colocar neste ponto do presente enquadramento teórico. De facto, porque é que pensamos contrafactualmente e com que propósito (Epstude & Roese, 2008; Roese, 1994)? E, por outro lado, questionam Roese e Olson (1995b), que

consequências surgem quando nos envolvemos neste tipo de pensamentos? É isso que se procura agora, sucintamente, explicar.

Com efeito, diversos autores defendem que pensar contrafactualmente é uma componente central, essencial e inevitável das nossas vidas (e.g., Byrne, 2002; Roese, 1994; Turley, Sanna, & Reiter, 1995) que contribui para o bom funcionamento cognitivo e social dos indivíduos (Summerville & Roese, 2008). Como corolário se afirma que, sendo este tipo de simulação mental frequente, e aparentemente benéfico, no dia-a-dia do ser humano, algumas funções deve desempenhar que justifiquem a sua importância e constância.

Apesar das considerações acima, a verdade é que a primeira década de investigação sobre os pensamentos contrafactuais centrou-se nos factores ou circunstâncias – sociais e situacionais, mas não só – que tornam mais propício o surgimento e criação deste tipo de pensamentos. Por outro lado, este período também trouxe bastante conhecimento sobre as consequências, nomeadamente afectivas, dos contrafactuais. Contudo, pouca atenção foi dada nesta altura às (possíveis) funções que os contrafactuais poderiam desempenhar (Roese & Olson, 1995b). Segundo Roese (1994): “The term functional is here used to denote cognitive processes that may be construed as globally beneficial for the individual.” (p. 805).

A literatura defende duas grandes funções dos pensamentos contrafactuais: a função preparadora e a função afectiva (e.g., Roese & Olson, 1995b). Outros autores apontam outras funções como a função “clarificadora” ou “de definição” (e.g., Kray, et al., 2010; Roese & Olson, 1995b) e ainda a função de fornecer controlo ao indivíduo (e.g., Roese, 2005).

4.1 Função preparadora.

A função preparadora, como o próprio nome indica, assenta na ideia de que os pensamentos contrafactuais podem ajudar os indivíduos a melhor se preparem para o futuro (Roese 1994; Roese & Olson, 1995b).

A questão que pode surgir, quase inevitavelmente, neste contexto, é a seguinte: mas como é que os contrafactuais, uma forma de simulação mental baseada no passado, pode ajudar o indivíduo a preparar-se, e até a melhorar, no futuro? A resposta está nos contrafactuais do tipo ascendente, denotando um cruzamento entre direcção e função. Com efeito, os pensamentos contrafactuais nos quais se imagina como as coisas poderiam ter corrido melhor acabam por ajudar os sujeitos a decidir que acções ou comportamentos tomar no futuro. Um exemplo seria o contrafactual: “Se tivesse estudado mais, então teria passado no exame”. Ao elaborar esta alternativa sobre como as coisas poderiam ter ocorrido de forma

diferente, consegue-se preparar melhor para o futuro sabendo que, se da próxima vez que tiver um exame de Português estudar mais, então será provável que tire uma melhor nota (Johnson & Sherman, 1990 cit. por Roese & Olson, 1995b; Roese, 1994).

Roese e Olson (1995b), no seu capítulo dedicado às funções dos pensamentos contrafactuais, apresentam um mecanismo que estaria na base desta função. Tudo começa com uma identificação contrafactual de uma acção antecedente considerada pelo sujeito como causalmente potente (“Se tivesse feito X, então Y”), o que, por sua vez, desencadeia expectativas das consequências futuras dessa acção (“Se fizer X, então Y”). Isto deverá então fortalecer as intenções de desempenhar tal acção (“Vou fazer X”), o que, por seu turno, pode influenciar a manifestação comportamental dessa mesma acção (“Fazer X”). A Figura 2 descreve esquematicamente o processo ou mecanismo aqui descrito.

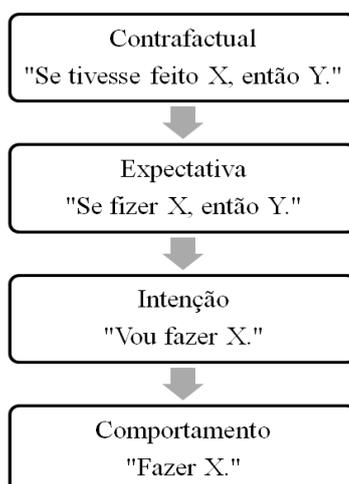


Figura 2. Mecanismo da função preparativa. Adaptada de *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (p. 172), de N. J. Roese e J. M. Olson, 1995, Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

4.2 Função afectiva.

No que diz respeito à função afectiva denota-se que, mais uma vez, a direcção dos contrafactuais apresenta uma fortíssima influência devido a um efeito de contraste entre a realidade (factual) e as alternativas (contrafactuais). Com efeito, os contrafactuais descendentes parecem produzir um efeito afectivo positivo (e.g., alívio) já que as pessoas

consideram que a realidade, quando comparada com aquela que imaginam, não é assim tão má, que podia ter sido pior. Como consequência, estes contrafactuais podem servir para as pessoas se consolarem a si próprias, bem como aos outros. Por outro lado, os contrafactuais ascendentes já aparentam produzir um efeito afectivo negativo, ou seja, fazem o sujeito sentir-se pior, uma vez que o sujeito considera que a sua realidade, quando comparada com aquela que imagina, não é assim tão positiva ou atractiva; emoções como o arrependimento tendem a surgir nestas circunstâncias (Roese & Olson, 1995b).

Neste seguimento, torna-se importante mencionar uma nota da autoria de Markman, Gavanski, Sherman e McMullen (1993, cit. por Roese & Olson, 1995b). Os autores referem que os sujeitos se podem deparar com uma espécie de “troca” (*trade-off*) com estes tipos de contrafactuais. Por outras palavras, se criarem pensamentos contrafactuais ascendentes, é verdade que promovem a obtenção de benefícios a longo-prazo já que se preparam melhor para o futuro, mas fazem-no à custa de afectos negativos imediatos. Por outro lado, se formarem pensamentos contrafactuais descendentes sacrificam a melhor preparação para o futuro em detrimento de afecto positivo no momento, já que, com estes contrafactuais, os sujeitos tendem a sentir-se melhor.

4.3 Função de definição.

Roese (2005) refere na abertura do primeiro capítulo da sua obra o seguinte: “Counterfactual thoughts provide benchmarks for reality. By offering standards of comparison (this happened instead of that), they place the factual events of our lives into context.” (pp. 11-12) e mais à frente aponta: “On every level, thinking about what might have been shapes the very meaning we see in life.” (p.12).

Com efeito, parece que os pensamentos contrafactuais podem servir para ajudar a definir e clarificar um actual “estado das coisas” apontando para um “estado das coisas” alternativo e plausível. Por outras palavras, ao comparar a realidade factual com a alternativa e perceber no que diferem ajuda a ter uma noção mais clara da natureza da realidade. Assim, é mais uma vez um efeito de contraste que está na base desta função (Roese & Olson, 1995b).

4.4 Função indutora de sentimentos de controlo.

Por fim, a quarta – e última – função dos pensamentos contrafactuais é a função indutora de sentimentos de controlo. Voltando mais uma vez a Roese (2005): “We all yearn

for control over the unfolding of our lives” (p. 89). Com efeito, parece, de acordo com o autor, que os pensamentos contrafactuais possuem esta função de providenciar ao sujeito uma sensação de controlo, ou influência, sobre a sua vida ou algum(ns) aspecto(s) da mesma. Muitos dos contrafactuais parecem, efectivamente, focar-se sobre aspectos da realidade que nós poderíamos ter manipulado, controlado ou alterado de alguma forma como “Se tivesse ido para a outra faculdade, então teria sido mais feliz.”. Neste contexto, não é de estranhar então que a maioria dos pensamentos contrafactuais se centrem em actos controláveis (Byrne, 2005; Catellani & Milesi, 2001; Roese & Olson, 1995a). Roese (2005) refere que, embora as pessoas exagerem frequentemente na quantidade de controlo que acham que têm sobre determinada situação, isso acaba por ter efeitos positivos para o seu bem-estar físico e mental.

4.5 A disfuncionalidade dos pensamentos contrafactuais.

Embora as quatro funções aqui apresentadas, bem como a perspectiva funcional descrita anteriormente, nos remetam para os efeitos potencialmente benéficos do pensamento contrafactual, a verdade é que existe um “lado obscuro” deste tipo de pensamentos que os psicólogos devem considerar, uma vez que tal pode ter custos emocionais mais ou menos graves para o indivíduo (Sherman & McConnell, 1995). Os autores referem alguns efeitos disfuncionais do pensamento contrafactual, tais como os erros e enviesamentos nas inferências causais (i.e., os indivíduos alteram características dos desfechos de acordo com certos princípios heurísticos, podendo assim não alterar mentalmente eventos que foram essenciais para tais desfechos ocorrerem, chegando assim a uma avaliação errada da situação). Outro aspecto que destacam é o afecto negativo desnecessário (i.e., na sua tentativa de tentarem lidar com um evento traumático como uma violação, os sujeitos alteram comportamentos seus que em nada teriam mudado o resultado, chegando assim a sentimentos de auto-culpa e recriminação fortes). Por fim, é referido a potencial adopção de comportamentos disfuncionais e a custosa manutenção dos mesmos (i.e., o sujeito adopta comportamentos disfuncionais pois formou contrafactuais enviesadamente errados acerca de algum evento ou desfecho).

5. A mutabilidade

Voltemos agora a debruçarmo-nos sobre as alterações mentais que fazemos em relação a dados eventos, acções, desfechos ou outros quando geramos pensamentos contrafactuais.

O constructo aqui a operar e que merece ser conceptualizado é o de mutabilidade. Kahneman e Tversky (1982) aludiram a este conceito quando referiram que criamos alternativas contrafactuais através da alteração mental – o que chamam de *undoing* – de alguns aspectos dos factos na representação mental que fazemos dos mesmos. No entanto, os autores não utilizaram o termo “mutabilidade” propriamente dito. Foram, de facto, Kahneman e Miller (1986) que introduziram este termo, esclarecendo então o que até aqui não havia sido devidamente definido. Os autores dão a entender, através da sua análise, que a mutabilidade diz respeito à relativa facilidade com a qual elementos da realidade podem ser alterados mental ou cognitivamente para criar uma afirmação ou realidade contrafactual. Wells e Gavanski (1989), por sua vez, descrevem uma mutação como “a deletion, substitution, or other distortion of an event” (p. 161).

Esta definição tem implicações importantes e a chave para as compreender está nas palavras “relativa facilidade”. No seu trabalho sobre a heurística de simulação, Kahneman e Tversky (1982) já tinham chamado a atenção que certos aspectos da realidade são mais facilmente mutáveis (i.e., mais propícios à alteração mental contrafactual) do que outros. Desde então, tal facto foi corroborado por outras investigações e análises teóricas (e.g., Byrne, 2005; Catellani & Milesi, 2001; Mandel & Lehman, 1996; Martins, 2003; Roese, 2005; Roese & Olson, 1995a; Wells & Gavanski, 1989).

Assim, mesmo podendo-se afirmar que os pensamentos contrafactuais são, além de um produto da cognição humana (Roese, 2005), um produto das capacidades imaginativas e de fantasiar do ser humano (ver Byrne, 2005 ou Byrne e Quelhas (1999) para uma análise sobre esta matéria), não se pode negar que existem, efectivamente, restrições, limites e constantes, não só em relação àquilo que é mais frequentemente alterado, como também de que forma é alterado (Byrne, 2005; Catellani & Milesi, 2001; Miller & Gunasegaram, 1990).

Depreende-se então que o pensamento contrafactual obedece a regularidades de tal forma a que um pensamento deste tipo seja sempre coerente com o mundo. Byrne (2005) vai ainda mais longe e utiliza o termo “*fault lines of reality*” para indicar aquilo que é mais facilmente mutável aquando da criação de pensamentos contrafactuais.

De facto, as alternativas contrafactuais para uma situação são, à partida, infinitas. No pensamento contrafactual quotidiano, as pessoas podem não ter o tempo nem a capacidade cognitiva para considerar cada alternativa possível. Ao invés disso, as alternativas que vêm à mente podem ser restringidas pelos aspectos da realidade que são mais fácil ou prontamente mutáveis (McCloy & Byrne, 2000). Byrne (2005), por sua vez, defende que os sujeitos conseguem imaginar mais alternativas contrafactuais do que aquelas que inicialmente, ou

mais facilmente, lhes vêm à mente. Contudo, para o fazerem necessitam de mais tempo e de empregar um maior esforço cognitivo, nomeadamente da memória de trabalho.

Seelau et al. (1995), por sua vez, defendem que existem três grandes categorias de factores que restringem a criação de pensamentos contrafactuais: leis da natureza (e.g., leis da gravidade), factores de disponibilidade (e.g., actos excepcionais ou controláveis) e o propósito ou objectivo do sujeito em criar pensamentos contrafactuais. Sendo assim, embora os autores admitam que é possível para os sujeitos formarem contrafactuais que contrariem, por exemplo, as leis da gravidade (e.g., “Se o sentido da avalanche tivesse sido ascendente e não descendente, então a aldeia não teria ficado soterrada”), eles têm dificuldade em fazê-lo uma vez que esses contrafactuais contrariam aquilo que é constante e não têm valor racional ou lógico, tornando-se, dessa forma, implausíveis.

Perante estas conclusões, podemos-nos questionar: existem eventos – ou aspectos dos mesmos – que sejam totalmente imutáveis? Wells e Gavanski (1989) parecem achar que não uma vez que defendem que: “Most events are not either mutable or immutable but instead vary in their degree of mutability.” (p. 161).

Assim, cada contrafactual contém elementos da realidade que foram alterados pelo sujeito pois continham algum aspecto que facilitava essa alteração (ou mutabilidade).

Como corolário, pode-se afirmar que, quanto maior for a mutabilidade percebida de um dado acontecimento – seja do seu antecedente e/ou do seu conseqüente – maior será a disponibilidade dos pensamentos ou representações contrafactuais, isto é, mais alternativas ao real poderão ser criadas (Roese & Olson, 1995b).

Voltando ao modelo de duas etapas de geração de contrafactuais de Roese e Olson (1995b) apresentado anteriormente, vimos que distintos factores podem influenciar as diferentes etapas – ou estádios – deste processo.

Tendo em conta que o número de factores é consideravelmente vasto, serão apenas abordados aqueles que se revelam pertinentes para o contexto deste trabalho.

Não obstante, decidiu-se fazer uma menção breve àqueles factores que não serão explorados detalhadamente, através da referência a alguns estudos empíricos que se têm versado sobre deles e corroborado o seu efeito. Tem-se, então: (a) posição serial (efeito de ordem temporal) – os pensamentos contrafactuais tendem a centrar-se mais no último elemento de uma sequência temporal (Miller & Gunasegaram, 1990); (b) posição serial (efeito de ordem causal) – os pensamentos contrafactuais tendem a centrar-se mais no primeiro evento de uma sequência causal (Wells, Taylor & Turtle, 1987); (c) proximidade – os

pensamentos contrafactuais são mais frequentes quando a distância entre o resultado factual e o que poderia ter sido é reduzida (Kahneman & Tversky, 1982); (d) envolvimento – a disponibilidade dos contrafactuais depende de até que ponto o desfecho de um acontecimento tem o potencial de afectar pessoalmente o sujeito (Meyers-Levy & Maheswaeen, 1992); (e) dinâmica – os pensamentos contrafactuais tendem a focar-se mais em antecedentes dinâmicos ou instáveis em oposição àqueles que são estáticos ou estáveis (Niedenthal, Tangney, & Gavanski, 1994); (f) valência do resultado – o pensamento contrafactual é mais frequente após resultados negativos (Davis, Lehman, Wortman, Silver & Thompson, 1995); (g) expectativas – o pensamento contrafactual é mais frequente após resultados que contrariem as expectativas (Sanna & Turley, 1996).

Assim, serão explanados, mais ou menos detalhadamente, os seguintes factores: excepcionalidade, controlabilidade, saliência e o efeito de acção-omissão. Procurar-se-á definir cada um sucintamente e providenciar evidência empírica que sustente o seu efeito.

5.1 Excepcionalidade.

Foquemo-nos em primeiro lugar sobre a excepcionalidade: os pensamentos contrafactuais tenderão a focar-se sobre elementos excepcionais da situação. Esta é, de facto, uma afirmação central da *norm theory* (ou teoria da norma): os seres humanos apresentam uma tendência para alterar antecedentes excepcionais (i.e., que fogem a uma norma considerada) para antecedentes mais “normais” e “rotineiros”. Parafraseando, um determinado desfecho ou acontecimento é mais fácil de alterar mental e contrafactualmente através da alteração de um aspecto excepcional que precedeu esse dado desfecho ou acontecimento (Kahneman & Miller, 1986).

A clássica demonstração empírica deste efeito foi criada por Kahneman e Tversky (1982). Segundo um cenário criado por si, Mr. Jones, a dado dia, quando se desloca no seu automóvel a caminho de casa, sofre um acidente num cruzamento pois um camião embate violentamente contra o seu automóvel. Mr. Jones é morto instaneamente.

Os investigadores, de modo a melhor testarem este efeito, criaram duas versões deste cenário onde manipulavam a excepcionalidade/normalidade do caminho (Mr. Jones saiu à hora habitual do trabalho e utilizou um caminho diferente para casa) e da hora à qual saiu do trabalho (Mr. Jones saiu do trabalho a uma hora diferente da habitual e seguiu pelo mesmo caminho até casa): um grupo leu uma versão e outro grupo a outra.

Ao elaborarem pensamentos acerca do cenário lido, muitos dos participantes alteraram os elementos excepcionais no sentido da norma, isto é, aqueles que leram a versão do caminho excepcional referiram que, se Mr. Jones tivesse escolhido o seu caminho habitual, não teria tido o acidente, enquanto os que leram a versão da saída a uma hora excepcional referiram que, se Mr. Jones tivesse saído à sua hora normal, não teria tido o acidente.

Desde este estudo, muitos têm sido os autores que têm utilizado este cenário, ou variações do mesmo, nas suas investigações, e que têm replicado este efeito (e.g., Mandel, 2003a; Mandel & Lehman, 1996; Petrocelli, Percy, Sherman & Tormala, 2011).

Kahneman e Miller (1986) interpretaram este efeito como uma tendência dos contrafactuais em estimular a normalidade, uma vez que este tipo de pensamentos está limitado pelos contornos da realidade e da lógica. No entanto, Gavanski e Wells (1989, cit. por Roese & Olson, 1995a) apresentam uma visão alternativa e igualmente pertinente. Os autores sugeriram que alterar antecedentes excepcionais no sentido da norma não deverá ser uma tendência universal, mas sim limitada àqueles casos em que o desfecho também é excepcional, como é o caso do exemplo de Mr. Jones.

Neste seguimento, apresentam uma heurística de correspondência, segundo a qual se presume que desfechos excepcionais são consequência de antecedentes excepcionais e que desfechos normais, por sua vez, são consequência de antecedentes normais. Estes dois investigadores mostraram assim que, os sujeitos alteram resultados excepcionais, transformando os antecedentes excepcionais noutros mais de acordo com a norma, mas alteram resultados ditos normais alterando tanto antecedentes normais como excepcionais para uns ainda mais excepcionais (e.g., um estudante medíocre pode reagir a outra nota negativa – resultado normal – pensando que deveria ter estudado mais e comprado mais material de estudo – alteração de um antecedente normal (ele não estudou, como é habitual) para um mais excepcional).

Embora esta visão algo divergente daquela apresentada por Kahneman e Miller (1986) não retire qualquer valor ou mérito à mesma, a verdade é que outros autores também apresentam visões distintas (ver Davis & Lehman (1995) para uma explanação detalhada).

5.2 Controlabilidade.

De seguida, tem-se o factor “controlabilidade”, segundo o qual é mais fácil imaginar alternativas contrafactuais para elementos controláveis de uma situação ou evento, nomeadamente as acções ou comportamentos de um agente (Byrne, 2005; Catellani & Milesi,

2001; Kahneman & Miller, 1986). Por “elementos controláveis” entende-se, nomeadamente, aqueles que resultem de uma decisão intencional e deliberada do agente (McCloy & Byrne, 2000). Assim, o livre arbítrio e a liberdade em escolher como agir parecem desempenhar um papel importante na geração de pensamentos contrafactuais (Roese, 2005).

A principal explicação para este efeito é avançada por diversos autores, entre os quais Roese e Olson (1995a). Segundo os mesmos, um dos propósitos pelos quais as pessoas elaboram pensamentos contrafactuais é o de tentar obter controlo sobre o ambiente ou contexto e evitar a repetição de resultados ou desfechos negativos. Assim, os contrafactuais focar-se-ão mais em elementos controláveis pois são esses que mais contribuem para o possível melhoramento futuro do indivíduo. Esta explicação vai de encontro à função de indução de sentimentos de controlo apresentada previamente (Roese, 2005).

No entanto, parecem existir certos tipos de elementos controláveis mais propícios à geração de contrafactuais. Falamos especificamente daquele tipo de elementos que, não só são controláveis, como também são socialmente inaceitáveis ou reprováveis (Byrne, 2005).

McCloy e Byrne (2000, Experiência 1) demonstraram exactamente isto mesmo ao darem a 76 participantes a história de Ryan, um homem que chega tarde de mais para socorrer a sua mulher que morre de um ataque cardíaco. A chegada de Ryan a casa é atrasada por diversos factores: engarramento (o único factor sob o qual Ryan não tinha qualquer controlo), comprar um jornal (neutro), visitar os seus pais (controlável e socialmente aceitável) e parar para comer um hambúrguer (controlável e socialmente inaceitável). As classificações entre parêntesis foram dadas por um grupo diferente de participantes antes do início da experiência. Foi então pedido aos participantes que imaginassem os pensamentos de Ryan após a morte da sua mulher. Os resultados do estudo indicaram, indubitavelmente, que os sujeitos se focaram consideravelmente mais na decisão de Ryan em parar para comprar o hambúrguer, o único factor simultaneamente controlável e socialmente reprovável.

McCloy e Byrne (2000) apresentam uma explicação para este efeito, baseada na teoria dos modelos mentais. De acordo com as autoras, quando o sujeito raciocina e interpreta um evento controlável e socialmente reprovável ou inaceitável, ele cria e tem em mente dois modelos mentais, representando possibilidades diferentes: um dos modelos refere-se ao modelo do evento em si e o outro refere-se ao seu contrário, isto é, a um evento controlável e socialmente aceitável. Assim, é mais fácil para o sujeito gerar uma alternativa contrafactual porque pensa em duas possibilidades distintas à partida, querendo assim dizer que o modelo do evento apropriado está mais disponível mentalmente. Por outro lado, quando o evento é, já por si, controlável e socialmente aceitável, ou quando o evento é incontrolável, o sujeito

apenas consegue pensar inicialmente numa única alternativa, ou seja, num único modelo mental, tornando mais difícil, e menos provável, a alteração desse evento.

Outras investigações (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Mandel & Lehman, 1996), com outros contextos, participantes e metodologias, também foram bem sucedidas em produzir evidência empírica que corrobore o que foi referido acima acerca do factor “controlabilidade”.

5.3 Saliência.

A saliência assume-se como outro factor relevante neste contexto da mutabilidade e da geração de contrafactuais, embora não existam muitos estudos que se foquem nesta temática.

Kahneman e Tversky (1982) mencionam no seu artigo pioneiro aquilo que chamam de “*focus rule*” ou “regra do foco”. Segundo a mesma, as histórias ou cenários são comumente alterados mudando alguma propriedade, atributo ou característica do objecto focal, isto é, do objecto principal ou protagonista de essa história ou cenário. Kahneman e Miller (1986) colocam a questão em termos diferentes, propondo que a mutabilidade de qualquer situação aumente quando a atenção é dirigida para a mesma e que aspectos aos quais não seja dado destaque se tornam parte do *background*, não estando tão salientes para os sujeitos.

Kahneman e Tversky (1982) mencionam esta regra no seguimento da experiência efectuada com o cenário do acidente de Mr. Jones, já descrito acima. Com efeito, Kahneman e Tversky constataram que muito poucos participantes formaram contrafactuais em que a clara causa do acidente – o adolescente sob influência de estupefacientes que conduzia o camião que chocou contra o automóvel de Mr. Jones – era eliminada. Por outras palavras, a grande maioria dos participantes alterou mentalmente o acidente focando-se no protagonista do cenário – o Mr. Jones – alterando alguma característica ou comportamento seu, negligenciando aquele que foi o responsável pelo infortúnio.

Para testar esta hipótese da saliência e da *focus rule*, os autores criaram uma nova versão do cenário em que o último parágrafo – que antes apenas referia brevemente o adolescente (Tom Searler) e a sua história. Neste caso, era dito que o pai tinha encontrado Tom sob o efeito de drogas em casa, facto que era recorrente. Os dois discutiram e Tom, num impulso, agarra nas chaves do camião que estava na mesa da sala-de-estar e arranca com o carro sem destino. Tom também ficou consideravelmente ferido no acidente.

Quando pedido aos participantes para formarem os pensamentos contrafactuais, foi-lhes pedido ou que o fizessem imaginando-se na pele dos familiares de Mr. Jones ou na pele dos familiares de Tom. Ao considerarem apenas o primeiro contrafactual dos participantes, os

autores constataram que aos participantes a quem lhes foi pedido que se imaginassem como familiares de Mr. Jones formaram mais contrafactuais centrados no Mr. Jones e aqueles que se imaginaram como familiares de Tom fizeram mais contrafactuais centrados em Tom e em como ele podia ter evitado o acidente. Estas respostas mostraram assim como, ao dirigir a atenção do sujeito para uma determinada personagem, os seus contrafactuais se irão centrar mais nela e nas suas acções. Voltaremos a este ponto mais adiante.

Por sua vez, Mandel e Lehman (1996, Experiência 1), ao procurarem testar, entre outras hipóteses, se as atribuições contrafactuais de prevenção se centram, ou não, em acções que poderiam ter sido adoptadas por um actor focal, acabaram por corroborar os resultados apresentados acima. Após lerem uma versão modificada do cenário de Mr. Jones de Kahneman e Tversky (1982), os participantes eram aleatoriamente distribuídos por várias condições experimentais. Duas dessas condições versavam sobre os pensamentos contrafactuais. A diferença é que uma das condições se centrava no Mr. Jones e a outra em Mark Smith (o nome dado ao adolescente nesta versão). Foi perguntado aos participantes aleatoriamente distribuídos por essas condições como é que ou o Mr. Jones ou o Mark Smith completou pensamentos do tipo “*If Only*” (“Se apenas”) enquanto estava no hospital a recuperar do acidente. Ao considerarem apenas a primeira resposta dos participantes para este efeito, os autores constataram que os participantes nas condições centradas em Mark Smith formaram mais pensamentos sobre ele, ao passo aqueles que foram colocados nas condições centradas em Mr. Jones formaram uma maioria de pensamentos sobre essa personagem.

5.4 Efeito de acção-omissão.

Por fim, resta-nos focar ainda o factor, ou talvez seja melhor referirmo-nos a ele como o efeito, de acção-omissão.

Diversos autores e estudos já demonstraram que é mais fácil para os sujeitos imaginarem alternativas contrafactuais para acções do que propriamente para as inacções (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Davis et al., 1995).

Inicialmente, o estudo do efeito de acção-omissão esteve intimamente ligado com o afecto. Kahneman e Miller (1986) referem, neste seguimento, o conceito de amplificação emocional, isto é, tendo em conta que é mais fácil, defendem, imaginar-se a não desempenhar uma acção do que imaginar-se a desempenhar uma inacção, então as reacções afectivas, como o arrependimento, seriam mais intensas para as acções do que para as inacções já que, para as primeiras, é mais fácil imaginar como é que as coisas poderiam ter ocorrido de outra forma.

Este efeito conhece outras designações na literatura como é o caso de “agency effect” ou “efeito de acção” (Byrne & McEleney, 2000).

Por outro lado, Kahneman e Miller (1986) referem também que as acções seriam um afastamento do *status quo* e, por isso, mais anormais do que as inacções. Para o demonstrar apresentam o cenário de Mr. Adams, que se envolveu num acidente de viação quando conduzia do trabalho para casa seguindo o seu caminho habitual e Mr. White, que também se viu envolvido num acidente mas num caminho que raramente utilizava. Quando perguntado aos participantes quem achavam que se iria sentir mais perturbado após o acidente, 82% responderam Mr. White. Os autores concluíram assim que o mesmo desfecho negativo é considerado mais perturbador quando a acção que o desencadeou era excepcional do que quando ela era normal.

Autores como Byrne (2005) e Byrne e McEleney (2000) corroboram esta posição explicando que as acções são representadas mais explicitamente e implicam mais informação que as inacções. Com efeito, os sujeitos conseguem pensar em duas possibilidades, dois modelos mentais, quando representam mentalmente uma acção: o estado pré-acção (i.e., o estado das coisas antes de o sujeito agir) e o estado pós-acção (i.e., o estado das coisas após a acção). Assim, é mais fácil gerar alternativas contrafactuais às acções, uma vez que se parte com duas possibilidades, tendo assim mais elementos em mente que se poderá alterar. As inacções, pelo contrário, são representadas mais economicamente pois apenas evocam uma alternativa de início. Com efeito, os estados pré e pós-acção são iguais para as inacções.

Um dos mais reveladores e citados estudos neste contexto é o de Gilovich e Medvec (1994). Os autores apresentaram um cenário aos seus participantes sobre duas personagens: Sam e Jim. Ambos não se conhecem mas são alunos da mesma universidade. Sam e Jim não estão totalmente satisfeitos e ponderam mudar para outra universidade semelhante, mas acabam por tomar diferentes decisões: Sam opta por ficar na universidade e Jim decide mudar-se para outra. É pedido depois aos participantes para imaginarem que as suas escolhas correm mal para ambos, isto é, Sam continua a não gostar da universidade onde ficou e deseja ter mudado e Jim não gosta da nova universidade e deseja ter ficado onde estava. Perguntando quem é que achavam que sentiu mais arrependimento sobre a sua decisão, a sua maioria referiu que seria Jim, aquele que agiu e mudou de universidade. Note que a situação final de ambos é objectivamente a mesma: ambos estão descontentes com a universidade que escolheram. No entanto, os participantes julgaram as situações de forma diferente.

Este estudo assume uma importância ainda maior por fornecer evidência empírica que este efeito acção-omissão não é absoluto, isto é, não ocorre em todas as circunstâncias. Em

duas das suas experiências (Gilovich & Medvec, 1994, Experiências 3 e 4), o mesmo cenário descrito acima foi apresentado aos participantes, mas desta vez com uma pergunta adicional: quem é que eles achavam que, a longo-prazo, iria sentir mais arrependimento? As respostas a esta segunda pergunta, segundo os autores, corroboraram o modelo temporal que propuseram: as pessoas arrependem-se mais das acções a curto-prazo e das inacções a longo-prazo. Com efeito, 62% dos participantes consideraram que Dave (aqui alterado o nome desta personagem, já não se chamando Sam) iria sentir mais arrependimento 10 anos depois do que Jim que, efectivamente, mudou de universidade.

Os autores concluem que este efeito se dá referindo que os medos que impedem as pessoas de agir num dado momento diminuem com o passar do tempo, levando a que, algum tempo depois, a olhar para trás sobre o que não fizeram, se sintam arrependidas sobre não terem agido e imaginam como é que as coisas poderiam ter sido diferentes se, de facto, tivessem agido. No fundo, pensam: “Porque não tentei, pelo menos?” e, assim, nunca saberão o que poderia ter acontecido se tivessem tentado...mas podem imaginar.

Byrne e McEleney (2000) parafraseiam de algum modo este efeito referindo que as inações são mais mutáveis a longo-prazo apenas num conjunto de circunstâncias muito específicas: quando as consequências contrafactuais da inacção são desconhecidas e, por isso, possivelmente melhores que as suas consequências factuais, que se sabe serem desfavoráveis, e ainda quando as consequências factuais e contrafactuais da acção são conhecidas e iguais. Para as autoras, seria nestas condições apenas que este padrão temporal se revelaria.

6. O papel da mutabilidade nas atribuições de culpa a vítimas de infortúnios

Após definido o construto central para este estudo – a mutabilidade – e de se ter exposto, mais ou menos brevemente, os vários factores que a parecem influenciar, chegou agora a altura de se transitar para a temática específica da presente dissertação.

Tem sido demonstrado, e apontado, por diversos autores, como já foi referido anteriormente, que os pensamentos contrafactuais desempenham um papel importante num diversificado leque de fenómenos psicológicos e, mais especificamente, numa série de julgamentos e atribuições como atribuições de causalidade (Wells & Gavanski, 1989; Wells et al., 1987), considerações sobre indemnizações monetárias a atribuir às vítimas (Goldinger et al., 2003), simpatia sentida para com essas vítimas (Miller & Turnbull, 1990), atribuições de culpa e/ou responsabilidade (Creyer & Gürhan, 1997; Miller & Gunasegaram, 1990), sentimentos de vergonha (Niedenthal et al., 1994), de auto-culpa (Davis, Lehman, Silver,

Wortman & Ellard, 1996; Sherman & McConnell, 1995), de arrependimento (Gilovich & Medvec, 1994; Gilovich & Medvec, 1995; Roese, 2005) e até de felicidade (Medvec, Madey, & Gilovich, 1995).

São, efectivamente, muitos os estudos experimentais que, nas últimas décadas, têm usado cenários fictícios de forma a estudar o papel da mutabilidade ou, mais concretamente, do efeito dos factores já mencionados, na formação dos pensamentos contrafactuais sobre as personagens e eventos desses cenários e, conseqüentemente, na atribuição de culpa e responsabilidade a estas últimas (e.g., Branscombe, Owen, Garstka & Coleman, 1996; Creyer & Gürhan, 1997; Goldinger et al., 2003; Macrae, Milne & Griffiths, 1993; Mandel & Lehman, 1996; Martins, 2003; Miller & Gunasegaram, 1990; Turley et al., 1995). Procurar-se-á agora expôr sucintamente alguns destes estudos.

Uma das investigações que vai de encontro à proposta teórica apresentada acima é a de Macrae et al. (1993). Os autores tinham como objectivo avaliar os efeitos do pensamento contrafactual na percepção e interpretação que as pessoas fazem de determinados comportamentos criminosos e, para isso, realizaram duas experiências distintas. Na primeira manipularam a proximidade temporal do crime de modo a que um grupo de participantes lesse que a casa de uma família que estava fora de férias foi assaltada no dia antes de terem voltado ou um mês e meio antes do regresso. Na segunda experiência, os autores manipularam a normalidade do comportamento de uma vítima de assalto, após sair de um bar, com respeito à normalidade intra-pessoal. Por outras palavras, um grupo de participantes lia que o sujeito tinha ido para casa pelo caminho normal e o outro grupo que ele tinha seguido por um caminho totalmente novo.

Os autores concluíram que, quando uma alternativa contrafactual ascendente estava mais disponível (i.e., o crime não tinha ocorrido), facto que ocorreu com maior predominância na condição “excepcional” do segundo estudo e na condição “mais proximidade” do primeiro, que os participantes atribuíam uma punição mais severa ao perpetrador do crime, consideravam o incidente como mais sério e sentiam mais simpatia para com a vítima.

Contudo, estes autores incorreram numa lacuna consideravelmente grave, mas apontada por eles, para um estudo sobre este tópico. Com efeito, as conclusões que retiraram acerca dos efeitos do pensamento contrafactual foram indirectas já que não foi pedido aos participantes que listassem os seus pensamentos contrafactuais sobre os cenários que leram.

De forma a colmatar esta falha, Martins (2003) revisitou estes autores e, nomeadamente, o seu segundo estudo. Na primeira experiência que fez, Martins replicou o estudo original com a única adição de ter pedido aos participantes a listagem dos seus

pensamentos contrafactuais. Os resultados encontrados infirmaram as suas hipóteses e foram contra os de Macrae et al. (1993) já que não se verificou qualquer efeito principal significativo da variável “normalidade” sobre as variáveis dependentes sob estudo (i.e., severidade do crime, punição atribuída ao perpetrador e empatia com a vítima). Por outro lado, foi mostrado também que o número de pensamentos contrafactuais gerados pelos participantes não variou em função da normalidade ou excepcionalidade dos antecedentes descritos no cenário.

Especulando se não teria sido a introdução da mensuração dos pensamentos contrafactuais dos participantes que suscitou esta diferença de resultados, Martins (2003) realizou um segundo estudo em tudo igual ao segundo estudo de Macrae et al. (1993). Esta hipótese não foi corroborada já que esta segunda experiência voltou a apresentar resultados distintos àqueles dos autores. Mais concretamente, não se verificou qualquer efeito principal significativo da variável “normalidade” sobre as variáveis dependentes sob estudo.

Martins (2003) encontrou, contudo, efeitos de interacção envolvendo a variável “sexo”, como por exemplo as mulheres terem manifestado menor empatia face à vítima na condição rotineira comparativamente à excepcional (Estudo 1) ou os homens terem aconselhado uma punição mais severa para o perpetrador na condição excepcional do que na condição rotineira (Estudo 2). A autora chama assim a atenção para o controlo desta variável em investigações futuras.

Estes dois estudos demonstraram assim que é possível atribuir mais punição – e, especulamos nós, mais responsabilidade – ao criminoso e sentir-se uma maior empatia face à vítima, corroborando desta maneira alguns dos papéis do pensamento contrafactual apresentados acima. No entanto, o pensamento contrafactual parece também desempenhar um papel importante na tendência que muitas pessoas apresentam para culpar as vítimas pelos infortúnios que se abatem sobre elas, como referido acima (Roese, 2005).

Existe, de facto, uma tendência bem documentada na literatura para culpar as vítimas por aquilo que de mal lhes acontece (Howard, 1984; Lerner & Miller, 1978; Miller & Turnbull, 1990). De acordo com Roese (2005), esta tendência tem sido entendida, desde a década de 60 do século passado, segundo a chamada “Hipótese do Mundo Justo” (ou “*Just World Hypothesis*”). Este conceito diz-nos que os indivíduos, com o objectivo de prevenir danos emocionais, precisam de acreditar que o mundo em que vivem é um mundo justo, isto é, um mundo em que as pessoas têm aquilo que merecem. Em muitos contextos, acabam por apresentar uma versão distorcida da realidade por causa disto. Tendo em conta que este não

será um conceito abordado na presente investigação, não será explorado em maior detalhe e, assim, remete-se o leitor para descrições detalhadas do tema em Lerner e Miller (1978).

No entanto, tal revelação pode continuar a parecer, à partida, paradoxal: como pode um indivíduo, que foi vítima de algo, ser culpado pelo que lhe aconteceu? Diversos autores têm chegado à conclusão de que a avaliação que fazemos de certos acontecimentos e/ou resultados ou desfechos, principalmente aqueles com desfechos dramáticos (Wells et al., 1987), depende não só daquilo que, realmente, aconteceu, como também do que poderia ter acontecido, querendo assim dizer que as alternativas contrafactuais criadas influenciam a nossa maneira de ver o mundo real e o que nele acontece (Creyer & Gürhan, 1997; Miller & Turnbull, 1990; Roese & Olson, 1993a; Wells & Gavanski, 1989). A este propósito, Branscombe e colaboradores (1996) referem que: “No event is judged in isolation; human judgment is dependent on what alternative is used as a comparison” (p. 1042).

A chave para explicar este processo de culpabilização das vítimas parece ser então a facilidade com que se consegue imaginar a vítima a agir de outra maneira e, assim, a evitar aquilo que lhe aconteceu. Por outras palavras, está-se aqui a falar da mutabilidade dos seus actos (Roese, 2005). O autor depreende como corolário que: “anything that a victim does that heightens the vividness of counterfactual versions of her behavior will invite an exaggerated sense of her personal responsibility for the way things turned out” (p. 97).

Deste modo, parece então existir uma ligação entre a mutabilidade de um evento ou acção e a responsabilidade ou culpa atribuída(s) à(s) vítima(s) envolvida(s) nos mesmos. De facto, vários autores (e.g., Goldinger et al., 2003; Turley et al., 1995) encontraram evidências, ou especularam, que vítimas com comportamentos mais mutáveis, por exemplo porque são excepcionais e/ou controláveis, podem ser mais responsabilizadas ou culpadas.

Isto parece ir ao encontro de resultados como os de Nario-Redmond e Branscombe (1996), que concluíram existir uma ligação directa entre o número e o tipo de contrafactuais acerca da vítima ou do perpetrador e o grau de responsabilidade atribuído a cada um deles.

Por outro lado, parece haver outro factor, um que já foi abordado anteriormente, que também desempenha aqui um papel fundamental: a saliência. De acordo com a “regra do foco” (“*focus rule*”) apresentada por Kahneman e Tversky (1982), os atributos, comportamentos, acções e outros elementos do actor ou personagem focal ou central são mais mutáveis, isto é, recrutam mais facilmente alternativas contrafactuais a si mesmos.

Como se poderá concluir, as investigações que irão ser apresentadas de seguida, de modo a sustentar o que foi citado neste e no anterior parágrafo, usaram cenários em que a vítima é apresentada como a protagonista da história e em que o agressor, bem como todos os

outros elementos do cenário, são tratados como elementos em segundo plano (“*background*”). Com efeito, ao agressor muitas vezes nem sequer lhe é dado um nome ou uma descrição mais ou menos detalhada.

Turley e seus colaboradores (1995, Experiência 1), por exemplo, com o objectivo de examinar o efeito do pensamento contrafactual nas reacções às vítimas de violação, apresentaram aos participantes um caso de uma mulher que foi atacada na rua enquanto caminhava em direcção a casa após sair do trabalho, sendo que na condição rotineira, a mulher seguia pelo seu caminho habitual e na condição excepcional, seguia por um caminho novo. Os participantes inseridos na condição excepcional consideraram que a violação poderia ter sido mais evitada do que aqueles que se encontravam na condição rotineira. Além disso, os participantes da condição excepcional consideraram a vítima mais responsável pela violação do que os participantes da condição rotineira.

Em segundo lugar, deve-se mencionar o estudo de Goldinger et al. (2003). Os autores pretendiam estudar os julgamentos dos sujeitos relativos a questões como a compensação monetária a atribuir a uma vítima ou a percentagem de culpa a atribuir à mesma ou a outra entidade. Para tal, apresentaram aos participantes um de dezasseis casos diferentes envolvendo acidentes de tipos distintos. Um desses casos era o de Mark que se magoa no pé devido à queda de uma viga do tecto do estádio onde está a assistir a um jogo de basquetebol. Tal como outros estudos, aqui foi manipulada a normalidade dos antecedentes através do fornecimento de informação de baixa consistência ou desviante em relação à normalidade intra-pessoal da personagem (Branscombe et al., 1996). Assim, um grupo de participantes leu que Mark se aleijou quando estava sentado no seu lugar habitual, ao passo que outro grupo leu que a lesão ocorreu após Mark ter trocado para outro lugar vazio que não o seu, mais perto do campo, para ver melhor.

Após a leitura do cenário, os participantes preencheram três escalas de tipo Likert, cada uma com 7 pontos, para variáveis dependentes: a compensação monetária a atribuir à vítima (entre \$5.000 e \$95.000), a percentagem de culpa a atribuir à vítima e a percentagem de culpa a atribuir a um elemento externo – no caso de Mark, era a seguradora do estádio.

Consistente com o que tem sido apresentado, na condição “excepcional”, isto é, aquela em que Mark mudou para um lugar que não o seu, a quantidade de culpa atribuída foi maior e a compensação monetária que os participantes diziam atribuir foi menor. A acção de Mark (o ter mudado de lugar) ou a sua inacção (o ter ficado no seu lugar) em nada contribuíram, ou causaram, o desfecho de toda a situação e, no entanto, os participantes culpavam mais Mark nas histórias em que a mutabilidade dos seus comportamentos era maior.

Contudo, este é mais um estudo que volta a incorrer na mesma lacuna apresentada por Macrae et al. (1993): as conclusões que os autores retiraram acerca do papel dos contrafactuais foram puramente indirectas já que, em nenhum momento da experiência, foi pedido aos participantes que gerassem pensamentos contrafactuais.

Outro estudo consideravelmente relevante é o de Creyer e Gürhan (1997). As duas experiências contidas nesta investigação tinham como objectivo fundamental compreender como é que as pessoas interpretam, ou avaliam, desfechos negativos. Assim, as autoras hipotetizaram que manipular a apresentação dos eventos num cenário, por um lado, e dirigir a atenção para algum aspecto desse cenário (e.g., o actor principal), por outro, aumentaria a disponibilidade de alternativas contrafactuais referentes a esse aspecto ou evento. Por outro lado, as autoras esperavam que, quanto maior a disponibilidade das alternativas contrafactuais relativamente a esse aspecto ou evento, mais culpa seria atribuída ao mesmo.

Para as duas experiências desta investigação, foram então usadas duas versões de um mesmo cenário, uma rotineira e a outra excepcional. Na versão excepcional do cenário, Mrs. Lipton, ao conduzir em direcção a casa depois de uma ida às compras, fica ferida num acidente quando, ao passar por uma passagem superior perto de casa, uma parte da mesma cai, fazendo com que Mrs. Lipton mude rapidamente de faixa e embata noutra veículo, vindo na direcção contrária. Na versão rotineira, Mrs. Reading também conduzia em direcção a casa depois de uma ida às compras quando se viu envolvida num acidente de viação num cruzamento movimentado perto de casa.

Para manipular a atenção dirigida para o actor focal, os autores introduziram, em alguns cenários, uma informação adicional: cerca de 40% dos condutores não colocam o cinto de segurança em viagens curtas, mesmo sabendo que eles salvam vidas; outros participantes não possuíam esta informação. De referir que em nenhuma versão do cenário a condutora usava cinto de segurança. Além disso, em ambas as versões o *air bag* do carro falhava.

Os cenários foram os mesmos nos dois Estudos, com a diferença de que no Estudo 1 cada participante lia apenas um cenário, com ou sem informação sobre os cintos de segurança, ao passo que no Estudo 2 os participantes recebiam ambos os cenários, mais uma vez com ou sem a informação adicional sobre os cintos.

O procedimento foi semelhante para ambos os estudos: após a leitura dos cenários, os participantes escreviam três pensamentos contrafactuais que alterariam o que aconteceu à personagem (Estudo 1) ou atribuíam, em escalas de tipo Likert de 7 pontos, a culpa às várias personagens envolvidas nos cenários (Estudo 2).

Os resultados de ambos os estudos demonstraram que se deve entender como é que a atenção dos participantes é dirigida para os vários elementos dos cenários. De facto, para o Estudo 1, os sujeitos construíram mais alternativas contrafactuais que envolviam a condutora quando o acidente ocorreu sobre circunstâncias normais (em que a atenção já era normalmente dirigida para ela dada a ausência de eventos pouco usuais) do que quando ocorreu sobre circunstâncias excepcionais. Por outro lado, a apresentação da informação sobre os cintos de segurança para o cenário rotineiro ou de circunstâncias normais não afectou em nada o número de contrafactuais gerados sobre a condutora, uma vez que a atenção dos participantes já estava focada sobre ela; dirigir ainda mais a atenção para a mesma não parece ter surtido efeito. Para as circunstâncias excepcionais, o número de alternativas envolvendo a condutora aumentou quando a informação sobre os cintos de segurança era apresentada (mais uma vez porque põe a condutora em evidência), comparativamente quando não era.

O Estudo 2, por sua vez, revelou resultados semelhantes, mas não em relação à disponibilidade/número de alternativas contrafactuais e sim em relação à culpa atribuída ao actor principal (a condutora) ou secundário (o fabricante do carro, devido à avaria do *air bag*). Com efeito, nas condições normais ou rotineiras, foi atribuída mais culpa à condutora comparativamente às condições excepcionais. Mais uma vez, nas condições excepcionais, a condutora foi mais culpada quando a informação sobre os cintos de segurança foi apresentada, ao passo que nas condições normais, a condutora foi sempre mais culpada, quer esta informação aparecesse ou não. Ainda, a culpa atribuída ao actor secundário não foi constante e variou inversamente com a culpa atribuída ao actor focal, ou seja, quanto menos culpa atribuída à condutora, mais culpa atribuída ao fabricante e vice-versa.

Os resultados apresentados acima corroboraram todas as hipóteses delineadas, tendo as autoras chegado, assim, a uma muito importante conclusão: a culpa atribuída a um indivíduo por um desfecho negativo é determinada, pelo menos em parte, pela saliência das alternativas contrafactuais que são construídas após o evento ter ocorrido. Isto vai ao encontro do que foi mencionado anteriormente: a facilidade de imaginar tal personagem, nomeadamente a vítima, a agir de outra forma, parece ser crucial para a atribuição de culpa à mesma (Roese, 2005).

Já Martins (2011), na sua tese de Doutoramento sobre o pensamento contrafactual e o crime de violação nas mulheres, efectuou diversos estudos organizados em Séries distintas de acordo com os seus objectivos e hipóteses. A quarta Série (Série IV) tem como designação “Sobre a controlabilidade e o foco” e o segundo estudo nela incluído revela-se importante para o presente enquadramento teórico.

Este estudo foi, efectivamente, um dos poucos que se conseguiu encontrar que manipulou a saliência focando-se directamente no perpetrador e não na vítima, tendo a autora perguntado: “O que sucederia, então, caso fosse o violador a alterar a sua rotina?” (p. 287). Por outras palavras, o que aconteceria se fosse o agressor a adoptar um caminho excepcional? Continuará a vítima a ser o foco da maioria dos contrafactuais gerados?

Os participantes começaram então por ler um cenário sobre “Yyyy”, um estudante universitário, que se deslocava sozinho para casa a dado dia quando, num sinal vermelho, encontra “Xxxx”, também uma estudante universitária, e tenta entrar no seu carro à força. Não conseguindo por encontrar as portas trancadas, parte os vidros e agarra-a por trás. “Xxxx” tenta resistir e enfrentá-lo, mas sem sucesso. “Yyyy” leva-a para uma sebe perto e viola-a, tendo-se depois colocado em fuga. De seguida, os participantes foram instruídos a registarem os pensamentos do tipo “Se...então...” que lhes passaram pela cabeça após a leitura do cenário. Por fim, preenchiam uma série de medidas de dados demográficos para caracterização da amostra.

Verificou-se, de facto, uma maioria expressiva de contrafactuais sobre o perpetrador (42 pensamentos), mais concretamente, sobre a excepcionalidade do seu caminho. No entanto, desses 42 pensamentos, apenas 13 eram puros contrafactuais, enquanto os restantes 29 eram aqueles “semi-factuais” (não eram semi-factuais puros em que o conseqüente ou resultado se mantém e o antecedente altera-se, mas sim pensamentos em que, embora a violação de “Xxxx” fosse retirada, outra jovem seria violada, ou seja, o antecedente de alguma forma mantinha-se, mas o resultado alterava-se).

Ao comparar estes 42 pensamentos com os 24 contrafactuais sobre a excepcionalidade do caminho da vítima (o antecedente seguinte que mais alterado foi) encontra-se uma diferença significativa a favor da excepcionalidade do caminho do agressor, mas tal desaparece se se usar apenas os 13 contrafactuais puros para a comparação.

Ainda, convém referir que, ao todo, os participantes listaram 171 pensamentos e que “apenas” 42 se centravam sobre a excepcionalidade do caminho do agressor, querendo isso significar que os restantes pensamentos se centravam todos em algum antecedente relacionado com a vítima.

A autora concluiu assim, através da tónica semi-factual de muitos dos pensamentos sobre o agressor e através da maior diversidade de comportamentos contrafactualizados por parte da vítima, que os participantes manifestaram dificuldade em alterar o cenário tendo o agressor como protagonista.

A interpretação destes resultados, no entanto, é feita à luz da literatura existente sobre o crime de violação. Como tal crime não será abordado no contexto da presente dissertação, esta questão não será mais explorada. Não obstante, este estudo, pelas razões já apresentadas acima, revelou-se pertinente para aqui ser citado.

Branscombe et al. (1996), por sua vez, numa série de quatro estudos, avaliaram como é que a exposição a e consideração de pensamentos contrafactuais (que alteram o resultado) e semi-factuais (que não alteram o resultado) focados em diferentes personagens de um dado cenário influenciam a atribuição de culpa às mesmas.

Para tal, Branscombe et al. (1996) utilizaram então cenários que versavam ou sobre uma situação de violação (Estudos 1 e 2) ou num acidente de viação (Estudos 3 e 4). Outra diferença entre as experiências é que em duas delas (Estudos 2 e 3), os participantes eram expostos aos vários tipos de pensamentos, na medida em que visualizam uma cassette de um advogado que fazia um contrafactual ou um semi-factual sobre a vítima ou perpetrador no Estudo 2 e sobre o condutor A ou condutor B no Estudo 3. Quanto às restantes experiências, no Estudo 1 era pedido a alguns dos participantes que se centrassem numa das personagens para alterarem os seus comportamentos e a outros era-lhes pedido que se focassem numa outra personagem. No Estudo 4 os participantes eram instruídos para, de acordo com a condição experimental onde foram aleatoriamente colocados, ou criar um contrafactual ou um semi-factual centrado numa das personagens.

Após a geração de pensamentos (Estudos 1 e 4) ou visualização da cassette (Estudos 2 e 3), os participantes deveriam atribuir a percentagem de culpa (de 0% a 100%) que consideravam adequada para cada personagem envolvida no cenário que liam.

Apesar de algumas diferenças entre estudos e de os cenários serem distintos entre eles, a verdade é que os principais resultados foram comuns a todos eles. Com efeito, os autores concluíram que o foco é fundamental para a atribuição de culpa, já que, fosse que personagem fosse, se o sujeito estivesse focado nela e conseguisse contrafactualizar o seu comportamento de forma a que alterasse mentalmente o resultado, então a culpa atribuída a essa personagem aumentava e a culpa atribuída à outra personagem diminuía. Tal padrão foi verificado tanto para os cenários de violação (Estudos 1 e 2), como para os do acidente de viação (Estudos 3 e 4). Esta variação inversa faz lembrar aquela encontrada no Estudo 2 de Creyer e Gürhan (1997), apresentado acima.

Os pensamentos semi-factuais, por outro lado, que os autores no artigo classificam como um tipo de contrafactuais, revelaram um padrão de resultados diferente e não tão linear.

Para os cenários do acidente de viação (Estudos 3 e 4), o efeito de foco sobre a atribuição da culpa existe tanto para os contrafactuais como para os semi-factuais. Para os cenários de violação (Estudos 1 e 2), o efeito de foco só está presente para os contrafactuais.

Para interpretar e explicar isto, os autores consideraram o conceito de intencionalidade, isto é, se o actor tinha ou não vontade de causar o resultado.

Quando preferências fortes para culpar mais um agente relativamente a outro ou a intencionalidade não estão presentes, como é o caso dos cenários sobre o acidente de viação (Estudos 3 e 4), o foco é determinante para a atribuição de culpa, isto é, aumenta a culpa atribuída ao foco do semi-factual e diminui a culpa atribuída à outra personagem. Já nos cenários de violação (Estudos 1 e 2), em que as preferências para culpar um agente (violador) sobre o outro (vítima) já estão presentes, bem como a intencionalidade do violador em cometer tal acto, o efeito de foco não se verifica para os pensamentos semi-factuais, ou seja, fosse qual fosse o foco do contrafactual, a culpa atribuída ao agressor aumentaria sempre.

Como se pode assim perceber, Branscombe et al. (1996) manipularam a saliência, ou foco como lhe chamam, de forma diferente quando comparado com alguns estudos apresentados anteriormente, pedindo, por exemplo, que os participantes se centrassem numa dada personagem ao efectuarem os seus pensamentos (Estudos 1 e 4). Lembra-se o leitor para um estudo da autoria de Kahneman e Tversky (1982), apresentado acima, para testagem da regra de foco – ou “*focus rule*” – em que o procedimento adoptado foi semelhante.

A literatura apresentada acima parece, então, demonstrar que o foco, seja o dos cenários lidos pelos participantes, seja o que é pedido aos participantes que adoptem quando formam os pensamentos contrafactuais acerca dos sucedidos, influencia, de alguma forma, as atribuições de culpa e responsabilidade dos participantes. Por outras palavras, parece que aquilo que está em proeminência nas histórias e, portanto, é mais central para os participantes, influencia assim os julgamentos dos mesmos acerca desses aspectos proeminentes ou focais.

Neste seguimento, Kahneman e Miller (1986) apontaram uma curiosidade interessante verificada na literatura que serviu como ponto de partida para a presente dissertação: a esmagadora maioria dos cenários envolvendo uma relação vítima-agressor e usados em estudos do género dos apresentados acima focam-se quase exclusivamente na vítima. De facto, os autores constataram que o protagonismo é dado à vítima, sendo que ela é colocada em primeiro plano, é-lhe dado um nome e tem-se acesso aos seus comportamentos, acções e sentimentos, ao passo que, por oposição, o perpetrador é muitas vezes colocado em segundo

plano, sem nome, apenas para criar um contexto e para dar ao leitor a entender que existe alguém que vitimizou outro.

Neste seguimento, os autores, por corolário, perguntaram-se: então se aquilo que é focal está mais disponível à mutação contrafactual, posição defendida por outros autores como Kahneman e Tversky (1982), será esse um factor chave para a explicação da tendência bem documentada na literatura (e.g., Lerner & Miller, 1978) de os participantes culparem as vítimas por aquilo que lhes acontece? Em outros termos, será que o que é central é atribuído mais responsabilidade porque é mais mutável? Relembramos que já demos a entender que o conseguir imaginar alternativas mais positivas para a personagem parece influenciar a culpa ou responsabilidade que lhe é atribuída (Roese, 2005).

Então e se, continuam a questionar-se Kahneman e Miller (1986), for o perpetrador a personagem principal desses mesmos cenários? Se for ele que, por exemplo, adoptou um caminho excepcional? Se tivermos acesso ao seu nome, comportamentos e intenções e, assim, tivermos mais facilidade em alterar contrafactualmente os seus comportamentos, o que acontecerá? Neste seguimento, os autores afirmam que a delegação do perpetrador para o “*background*” como personagem secundária torna-o a si, e às suas acções, mais imutáveis e, assim, menos disponíveis para a alteração contrafactual.

7. Objectivo e hipóteses gerais

Assim, esta dissertação tem como principal objectivo o colmatar de uma lacuna que Kahneman e Miller (1986) consideram existir na literatura sobre contrafactuais e atribuições de culpa: a “homogenia” dos cenários centrados nas vítimas.

Mais especificamente, debruça-se sobre o possível efeito de foco nas personagens (i.e., vítima *versus* agressor) de um dado cenário, no que diz respeito à mutabilidade das suas acções (i.e., pensamentos contrafactuais) e, conseqüentemente, aos julgamentos de culpa que lhes são feitos.

7.1 Hipóteses sobre a influência do foco.

Em termos de hipóteses para esta investigação, esperamos que, se dada personagem é a protagonista de um cenário, então deverá ser mais fácil alterar mentalmente as suas acções por estas se encontrarem mais salientes à activação contrafactual, conseguindo assim os

participantes pensar com facilidade em como essa personagem podia ter feito algo de maneira diferente, nomeadamente, evitado aquilo que lhe aconteceu.

A hipotetização acima acerca do efeito de foco dos cenários deverá produzir dois tipos de resultados. Por um lado, deverá fazer com que mais contrafactuais gerados nessa história se centrem na personagem principal e, por outro, deverá fazer com que a culpa atribuída a essa personagem seja maior e a culpa atribuída à personagem “secundária” (ou em segundo plano) seja menor, independentemente de as personagens serem vítimas ou agressores.

No entanto, existe ainda uma terceira possibilidade em termos de protagonismo das personagens num cenário que faz com que esta focalização na vítima ou agressor não seja mutuamente exclusiva: a focalização em ambas as personagens. Catellani e Milesi (2001) são, tanto quanto se conseguiu apurar, das poucas autoras a apresentar um cenário em que ambas as personagens partilham o protagonismo e lhes é conhecido o nome e as suas acções em algum detalhe.

Considerou-se que também se devia ter em conta esta alternativa como condição de controlo do presente estudo: o que acontecerá, então, se nenhuma das personagens for exclusivamente a protagonista, mas sim as duas? Neste sentido, é esperado por nós que, quando tanto a vítima como o agressor forem as personagens principais e, assim, o cenário não estiver exclusivamente centrado em nenhum dos dois, então não só o número de contrafactuais gerados, como também a atribuição de culpa, deverá ser maior para o agressor do que para a vítima. A este propósito, Byrne (2005) defende que, quando alguém comete atos controláveis e socialmente inaceitáveis, proibidos ou reprováveis, é mais fácil contrafactualizá-los já que o sujeito pensa de início em duas possibilidades e não apenas em uma, tendo assim mais informação disponível.

Método

1. Amostra

A amostra do presente estudo é constituída por 72 alunos, 44 do sexo feminino (% = 61.1) e 28 do sexo masculino (% = 38.9), do 12º Ano de uma escola pública da área metropolitana de Lisboa. Os participantes têm idades compreendidas entre os 16 e os 20 anos, com a respectiva média a rondar os 17 anos ($M = 17.69$, $DP = 0.816$, $Min = 16$, $Máx = 20$).

Inicialmente, a amostra contava com 80 participantes, mas 8 tiveram de ser excluídos por terem dado respostas de carácter ofensivo ou jocoso que invalidavam, dessa forma, a sua utilização para o presente estudo.

2. Delineamento

O desenho experimental do presente estudo consiste num delineamento com uma variável independente – a centração ou foco de cada cenário – com três condições ou níveis experimentais: centrado na vítima, centrado no agressor (perpetrador) ou centrado em ambos. Por outro lado, para cada foco e, para efeitos de controlo experimental, criou-se três tipos de situações distintas: acidente de viação, agressão física e (tentativa de) assalto. No total, tem-se assim 9 cenários diferentes.

Cada participante foi distribuído aleatoriamente pelas condições experimentais, tendo preenchido todos os níveis da variável, cada um com um foco diferente, sendo também que cada nível correspondeu a um tipo de situação diferente (e.g., cenário de acidente de viação centrado na vítima, cenário de agressão física centrado no agressor e cenário de assalto centrado em ambos).

Assim sendo, a variável “Foco” apresenta um *design within-subjects* (ou intra-sujeitos) incompleto, já que cada participante preencheu todos os níveis da variável (i.e., leu três cenários, cada um com um foco distinto) apenas uma vez.

3. Material

Para se estudar o efeito do foco dos cenários na geração contrafactual e na atribuição de culpa às personagens envolvidas nos mesmos (i.e., vítima e agressor), foram definidas três situações distintas que representassem uma acção agressiva com um desfecho negativo para

ambos os envolvidos (i.e., vítima e agressor). Neste caso, escolheu-se uma situação de (tentativa de) assalto, agressão física e acidente de viação.

O foco foi manipulado através da criação de três cenários por situação, isto é, um cenário em que a vítima é a protagonista, outro em que é o agressor a personagem focal e ainda outro em que ambos são protagonistas. Sendo assim, tem-se um total de 9 cenários.

Nos cenários em que apenas uma das personagens é protagonista (i.e., cenários centrados na vítima e no agressor), optou-se por apenas dar um nome ao protagonista, referindo-nos à outra personagem como “o outro rapaz”, por exemplo. Optámos por este caminho para que o destaque e o protagonismo ficassem indubitavelmente do lado da personagem pretendida, colocando-a verdadeiramente em primeiro plano.

O material para a presente investigação foi totalmente construído por nós, embora com base na literatura contrafactual, de forma a perceber-se como foram construídos os cenários utilizados por outros autores, quais as variáveis manipuladas, o tipo de histórias utilizadas, entre outros. Ainda, as instruções a dar aos participantes para listarem os seus pensamentos contrafactuais, a forma de listagem a adoptar e a forma de mensuração da culpa a atribuir às personagens também foram feitas tendo como sustentáculo teórico trabalhos de outros autores na área (Catellani & Milesi, 2001; Goldinger et al., 2003; Kahneman & Miller, 1986; Kahneman & Tversky, 1982; Macrae et al., 1993; Mandel & Lehman, 1996; Martins, 2003; Martins, 2011; Miller, Adya, Chamberlain & Jehle, 2010; Petrocelli et al., 2011).

De forma a sintetizar os tipos de cenários e metodologias utilizados pelos autores citados acima, bem como para efeitos de consulta prática, elaborou-se uma tabela com estas informações (Anexo A).

Houve um cuidado na criação dos cenários para que estes ficassem o mais uniformes possível, isto é, sendo o mais “réplica” possível uns dos outros, mesmo com a situação (i.e., assalto, acidente, agressão) a variar entre eles.

De facto, optou-se por descrever todas as personagens como sendo estudantes universitários, de forma a controlar diferentes estereótipos associados às diferentes profissões. De igual modo, as consequências negativas para cada personagem mantêm-se constantes entre situações (i.e., todos vão para o hospital), sendo também constante a acção controlável e excepcional de cada personagem, propícia à criação de pensamentos contrafactuais (i.e., cada personagem escolhe um caminho diferente do habitual). Por fim, de forma a controlar possíveis julgamentos morais e outros, evitámos histórias com personagens que fortemente evocam esse tipo de julgamentos e atribuições que pudessem influenciar e enviesar os resultados, como é o caso de um assaltante ou ladrão. Assim, de forma a contornar este

aspecto, resolvemos que todos os agressores, descritos, como referido acima, apenas como estudantes universitários, se tenham descontrolado após algum acontecimento os ter deixado assim que, neste caso, foram discussões com os respectivos(as) namorados(as).

A tentativa de uniformização e consistência dos 9 cenários utilizados passou também pela referenciação a cada personagem, determinada pelo número de frases sobre vítima ou agressor por cenário. Com efeito, os cenários em que a vítima é protagonista apresentam 6 frases a referenciar a vítima e 2 a referenciar o agressor, rácio que se inverte quando os cenários apresentam o agressor como personagem central. Nos cenários em que ambos são protagonistas, por sua vez, cada cenário tem 6 frases a referenciar cada uma das personagens, de modo a que ambas apareçam de forma mais ou menos igualitária em cada cenário.

Alguns cenários referenciam factores ou personagens externas, como é o caso da ambulância que foi chamada por alguém nos cenários de agressão física ou os namorados das várias personagens descritas como agressores, no entanto tal teve de ser feito para efeitos de coerência das histórias criadas.

O rácio escolhido foi arbitrário, mas determinado após várias avaliações, correcções e constatações dos cenários à medida que estes iam sendo construídos e revistos.

De seguida, apresenta-se os três cenários relativos à situação de acidente de viação, primeiro com o foco na vítima, depois com o foco no agressor e, por fim, com o foco em ambas as personagens. Para não aumentar a extensão e densidade da descrição do material utilizado, os restantes 6 cenários (i.e., os 3 cenários referentes à situação de agressão física e os 3 cenários referentes à situação de assalto), encontram-se em anexo (Anexos B e C):

Cenário de acidente de viação centrado na vítima:

Mariana é uma estudante universitária. Apesar de escolher sempre o mesmo caminho para casa, na quinta-feira Mariana resolveu ir por outro mais curto para ver se chegava mais depressa. No caminho para casa, Mariana parou num cruzamento pois o semáforo estava vermelho. Após um curto período de espera, o sinal ficou finalmente verde e Mariana retomou a marcha. Nesse momento, um automóvel acelerava na sua direcção, vindo do seu lado esquerdo. O automóvel não parou quando o semáforo estava vermelho e deslocava-se a alta velocidade. Mariana tentou travar mas já não foi a tempo, colidindo assim com o outro veículo. Mariana e o condutor do outro veículo foram transportados para o hospital com ferimentos graves.

Cenário de acidente de viação centrado no agressor:

Joana é uma estudante universitária. Na quinta-feira, depois de uma discussão com o namorado por causa de uma cena de ciúmes que ele lhe fez, Joana entrou descontrolada no seu carro e partiu em direcção a casa para desabafar com a irmã. Apesar de escolher sempre o mesmo caminho para casa, Joana resolveu ir por outro mais curto para ver se chegava mais depressa. A conduzir a alta velocidade, Joana não quis parar quando o semáforo de um cruzamento estava vermelho. Nesse momento, um automóvel retomou a marcha do seu lado direito. O semáforo estava verde, por isso esse automóvel podia começar a atravessar a intersecção. Joana, enraivecida, ao ver esse carro a atravessar o cruzamento, em vez de travar, acelerou ainda mais, colidindo assim com esse veículo. Joana e o condutor do outro veículo foram transportados para o hospital com ferimentos graves.

Cenário de acidente de viação centrado em ambos:

Mariana é uma estudante universitária. Apesar de escolher sempre o mesmo caminho para casa, na quinta-feira Mariana resolveu ir por outro mais curto para ver se chegava mais depressa. Joana é uma estudante universitária. Nessa mesma quinta-feira, depois de uma discussão com o namorado por causa de uma cena de ciúmes que ele lhe fez, Joana entrou descontrolada no seu carro e partiu em direcção a casa para desabafar com a irmã. Apesar de escolher sempre o mesmo caminho para casa, Joana resolveu ir por outro mais curto para ver se chegava mais depressa. No caminho para casa, Mariana parou num cruzamento pois o semáforo estava vermelho. Após um curto período de espera, o semáforo ficou finalmente verde e Mariana retomou a marcha. A conduzir a alta velocidade, Joana não quis parar quando o semáforo desse cruzamento estava vermelho. Joana, enraivecida, ao ver o carro de Mariana a atravessar esse cruzamento, em vez de travar, acelerou ainda mais. Mariana estava assim a começar a atravessar a intersecção quando se apercebeu de repente que o carro de Joana acelerava na sua direcção, vindo do seu lado esquerdo. Mariana tentou travar mas já não foi a tempo e os dois veículos colidiram. Assim como Mariana, Joana também foi transportada para o hospital com ferimentos graves.

Foram então construídos diversos cadernos de folhas A₄, cada um com 7 páginas. A primeira página de cada caderno continha as instruções que os participantes deviam ler antes de começar a realizar as tarefas, como é o caso de as respostas serem confidenciais e anónimas de não existir tempo limite. Por outro lado, essa primeira página também contém espaços devidos para o registo da idade e do género de cada participante, duas variáveis incluídas, de modo a caracterizar a amostra (ver, para uma versão completa, Anexo D).

As três páginas seguintes de cada caderno (i.e., a 2^a, 3^a e 4^a páginas) continham, cada uma, um dos cenários com diversos espaços em branco contendo os guias “Se...,então... .” para que os participantes completassem após a leitura de cada cenário com os pensamentos que lhes tinham vindo à cabeça. A instrução dada nos cadernos foi a seguinte:

“Quando alguma coisa corre mal, as pessoas muitas vezes imaginam que se algo tivesse acontecido de maneira diferente, então o resultado também teria sido diferente. Que pensamentos deste tipo lhe ocorrem sobre a história que leu? Escreva por favor nas linhas que se seguem (não necessita preencher todas):”

Em baixo inclui-se também um exemplo dos espaços em branco que os participantes deveriam completar com um pensamento do tipo: “Se...então...”:

Se _____,
então _____.

Por fim, as restantes três páginas (i.e., a 5^a, 6^a e 7^a páginas) voltavam a apresentar os mesmos três cenários, igualmente um por página e pela mesma ordem que tinham aparecido anteriormente, mas com uma tarefa diferente para cada um. Com efeito, os participantes tinham agora, após a leitura de cada cenário, de, numa escala de Likert de 9 pontos, indicar quão culpado consideravam que era cada personagem pelo sucedido, fazendo um círculo à volta do número escolhido (1 = Nada culpado(a) – 9 = Totalmente culpado(a)). Tem-se como exemplo desta tarefa, para um cenário da situação “acidente de viação” em que a vítima é a protagonista:

“*Numa escala de 1 (“Nada culpada”) a 9 (“Totalmente culpada”) indique, na sua opinião, quão culpada é Mariana pelo sucedido (faça um círculo à volta do número escolhido):*”

<i>Nada culpada</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	<i>Totalmente culpada</i>
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---------------------------

“*Numa escala de 1 (“Nada culpado”) a 9 (“Totalmente culpado”) indique, na sua opinião, quão culpado é o condutor do outro carro pelo sucedido (faça um círculo à volta do número escolhido):*”

<i>Nada culpado</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	<i>Totalmente culpado</i>
---------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---------------------------

Optou-se, assim, por separar as duas tarefas a realizar pelos participantes (i.e., geração de pensamentos e atribuição de culpa), de modo a não intercalar tarefas diferentes, que envolvem raciocínios e julgamentos distintos, em cada cenário. Tendo-se chegado a esta decisão, optou-se também por voltar a apresentar, para cada participante, os “seus” três cenários, caso precisassem de voltar a ler a história e, dessa forma, não necessitavam de voltar atrás para o fazer.

Quanto à listagem dos pensamentos contrafactuais por parte dos participantes após lerem cada cenário, foram consultados estudos em que a listagem era livre: eram providenciadas a cada sujeito uma série de linhas brancas ou um espaço em branco que podiam preencher com qualquer pensamento que lhes tivesse ocorrido após a leitura do cenário (Martins, 2003, Experiência 1); e outros em que a listagem de pensamentos era dirigida: os sujeitos recebiam informações mais ou menos específicas sobre como deveriam ser os pensamentos que tinham que gerar após lerem as histórias (Kahneman & Tversky, 1982; Mandel, 2003a; Mandel & Lehman, 1996; Petrocelli et al., 2011).

A questão sobre que metodologia usar pode ser uma questão consideravelmente controversa. Roese e Olson (1997), neste seguimento, mencionam o facto de muitos estudos na literatura contrafactual utilizarem procedimentos de listagem dirigida através dos quais é

possível aceder ao conteúdo dos contrafactuais gerados pelos participantes, mas que não é sensível à activação espontânea deste tipo de pensamentos.

Optou-se, então, pelo método de listagem dirigida (ver Macrae et al., 1993 ou Martins, 2003 para mais considerações sobre esta matéria), fundamentalmente por uma razão de efeitos práticos e de conveniência, de forma a evitar a inevitável geração frequente de pensamentos não-contrafactuais – um resultado obtido por Martins (2003) quando este tipo de listagem foi usado – e a podermos garantir que teríamos um maior número de pensamentos contrafactuais com os quais poderíamos trabalhar, isto é, analisar e interpretar.

Com efeito, para cada cenário, os participantes podiam gerar até 5 pensamentos com a estrutura “Se...então...” que lhes tivessem ocorrido após a leitura da história, como previamente mencionado.

Alguns dos estudos citados nesta secção pedem aos participantes que, directa ou indirectamente, se coloquem no lugar do protagonista (Catellani & Milesi, 2001; Mandel & Lehman, 1996, Experiências 2 e 3; Petrocelli et al., 2011, Experiência 1) ou de familiares ou amigos (Kahneman & Tversky, 1982; Mandel & Lehman, 1996, Experiência 1; Petrocelli et al., 2011, Experiência 3) quando têm de gerar os seus pensamentos contrafactuais, nomeadamente para completarem as frases do tipo “If only...” (“Se apenas...”). Contudo, para este estudo, resolveu-se não dar tal instrução aos participantes, sendo-lhes apenas pedido que completassem as frases com os seus pensamentos, que lhes tivessem ocorrido, sem se colocarem no lugar de ninguém, como Martins (2011) faz em vários estudos. Desta forma, pretendia-se que os pensamentos dos participantes fossem o mais espontâneos e pessoais possível e não influenciados por eles terem de pensar segundo uma ou outra personagem.

Como previamente referido, no que concerne a atribuição de culpa, os termos a utilizar nos extremos da escala, bem como o número de pontos a usar (1 = Nada culpado(a) – 9 = Totalmente culpado(a)), foram também elaborados com base no que os estudos consultados apresentam (Macrae et al., 1993; Goldinger et al., 2003; Mandel & Lehman, 1996, Experiência 3; Miller et al., 2010; Petrocelli et al., 2011).

Ainda, tendo em conta que cada sujeito leu três cenários, cada um com uma situação e um foco distintos, procedeu-se a um método de determinação das ordens possíveis a constar nos cadernos já descritos. Para tal efeito, foi definido por nós um código para facilitar a construção dos cadernos e a identificação das ordens: a cada situação foi atribuída uma letra maiúscula do alfabeto (i.e., A – acidente de viação; B – agressão física; C – assalto) e a cada foco ou contração um número (i.e., 1 – vítima; 2 – agressor; 3 – ambos). Um exemplo de uma ordem seria: A1; B2; C3, ou seja, cenário de acidente de viação centrado na vítima; cenário de

agressão física centrado no agressor ou perpetrador e cenário de assalto centrado em ambos. Cada código foi incluído no canto inferior esquerdo de cada página do caderno que continha um cenário, de forma a facilitar a verificação dos cadernos, bem como da análise dos dados.

Assim, a ordem de apresentação das situações, e da centração, foi contrabalanceada de forma a evitar qualquer efeito de ordem, isto é, os cenários que cada participante teve que ler, bem como o foco dos mesmos, foram aleatorizados por caderno.

4. Procedimento

A instituição de ensino supracitada foi contactada com a devida antecedência através de *e-mail* para apresentação do projecto de investigação, pedido de colaboração e explicação do que se pretendia dos seus alunos. Seguiram-se duas reuniões com membros da Direcção onde se apresentou uma cópia do material a usar e se voltou a reiterar o objectivo da experiência e o que era requerido da participação dos discentes.

Após a autorização concedida, a recolha de dados foi assim realizada em dois dias distintos, de acordo com os horários e a disponibilidade dos alunos e turmas escolhidos.

Na aplicação do material para a recolha de dados propriamente dita, começou-se por dizer aos participantes que iriam ler várias histórias onde lhes iria ser pedido primeiro que escrevessem uma série de pensamentos que lhes surgissem sobre elas e, de seguida, que formassem e expressassem uma opinião acerca das personagens envolvidas.

Ainda antes da distribuição dos blocos a cada participante foram claramente expressas as instruções contidas na página de instruções de cada bloco, nomeadamente que as respostas seriam anónimas e confidenciais e que deveriam ser o mais honestos e espontâneos possível. Apesar disto, foi pedido aos participantes que lessem a página de instruções claramente e que confirmassem que cada bloco estava construído de acordo com o que estava nessa página. Caso notassem que algo estava diferente do referido, deveriam avisar.

O preenchimento dos blocos demorou, em média, entre 15 a 20 minutos, findos os quais se procedeu ao devido *debriefing*, agradecendo mais uma vez aos participantes e explicando quais os objectivos e hipóteses da experiência na qual tinham acabado de participar.

Resultados

1. Codificação dos Contrafactuais

Em primeiro lugar, e de forma a contextualizar e clarificar as análises feitas aos contrafactuais gerados pelos participantes, torna-se necessário descrever o processo de codificação a que esses pensamentos foram sujeitos.

Para facilitar e agilizar este processo, foram criadas para cada participante duas folhas. A primeira destinou-se à codificação, por cenário, dos pensamentos do participante, ou seja, se seriam contrafactuais ou não e, se fossem, a sua classificação nas várias categorias utilizadas (i.e., direcção, estrutura e foco); no final eram contabilizados os totais dos pensamentos gerados e registados nos espaços devidos.

A segunda folha destinou-se ao registo das contagens dos vários tipos de contrafactuais, discriminados pelo foco dos mesmos e também pelo foco do cenário, de forma a ter-se mais uma medida objectiva de verificação da codificação feita e dos totais encontrados.

Ainda, em cada folha eram registados, para fácil consulta, o número atribuído a cada participante, bem como o código dos cenários que preencheu (Anexos E e F).

O processo de codificação foi feito por um juiz, conhecedor dos objectivos e hipóteses do presente estudo, com todas as dúvidas resolvidas através de discussão com outro juiz, igualmente conhecedor do que o estudo pretendia examinar. A razão pela qual este procedimento foi adoptado será explorada em detalhe, mais à frente, na Discussão.

Assim sendo, considerámos contrafactuais todos aqueles pensamentos que, de uma maneira ou de outra, alteravam a realidade descrita nos cenários para outra diferente (e.g., “*Se a Mariana tivesse escolhido ir pelo mesmo caminho que ia sempre, então não teria tido um acidente.*”: [Suj. 1]; “*Se Daniel não tivesse saído sexta-feira à noite, então não tinha visto a namorada a falar com outro rapaz.*”: [Suj. 28]).

Quanto às categorias de classificação dos contrafactuais (i.e., direcção, estrutura e foco), baseámo-nos primariamente na literatura citada no Enquadramento Teórico para determinar em que categorias se inseriam os pensamentos gerados pelos participantes após a leitura dos cenários. Assim, temos:

Direcção: Foram considerados *contrafactuais ascendentes* aqueles que faziam menção a uma realidade alternativa mais positiva ou desejável do que a descrita nos cenários (e.g., “*Se a Rita não tivesse mentido, então Bernardo não lhe teria roubado a mala.*”: [Suj. 9]; “*Se o Daniel e a namorada não tivessem ido ao tal bar, então não teriam encontrado Ricardo e nada disto aconteceria.*”: [Suj. 50]) e *contrafactuais descendentes* aqueles que descreviam uma alternativa com um desfecho mais negativo do que o relatado (e.g., “*Se não houvesse semáforo naquela estrada, então poderia ter acontecido algo muito pior.*”: [Suj. 11]; “*Se não tivesse sido chamada a ambulância, então ambos poderiam ter morrido.*”: [Suj. 15]).

Estrutura: No que concerne à estrutura, classificou-se como *contrafactuais aditivos* aqueles que acrescentavam um antecedente na realidade alternativa criada, que não existiu ou ocorreu nos eventos descritos no cenário (e.g., “*Se Rita tivesse dado o cigarro, então não teria necessidade de correr atrás do rapaz.*”: [Suj. 31]; “*Se o Daniel tivesse feito o mesmo caminho de sempre, então não teria encontrado o rapaz.*”: [Suj. 55]), como *contrafactuais subtractivos* todos aqueles que removiam um dado antecedente na contrafactualização da realidade (e.g., “*Se a Rita não tivesse corrido atrás do rapaz, então não tinha sido atropelada.*”: [Suj. 5]; “*Se a Mariana não quisesse chegar mais depressa a casa, então não teria colidido com outro veículo.*”: [Suj. 60]) e como *contrafactuais substitutivos* aqueles que combinavam ambos os processos, isto é, em que uma adição substituíria uma subtracção (e.g., “*Se Rita não tivesse ido por este caminho, mas sim pelo normal, então não teria encontrado o rapaz.*”: [Suj.10]; “*Se a Joana tivesse tido mais calma e não começasse logo a conduzir, então não estaria agora em estado grave.*”: [Suj. 32]).

Elemento Focal ou Centração: Tendo em conta que diversos contrafactuais focavam uma personagem no seu antecedente e outra no seu conseqüente (e.g., “*Se o Ricardo não estivesse a conversar animadamente com a sua antiga colega, então Daniel não teria ficado com ciúmes visto que era a sua namorada.*”: [Suj. 20]; “*Se o namorado da Joana não fosse ciumento, então a Joana não teria ficado enraivecida.*”: [Suj. 42]), decidiu-se adoptar, e manter ao longo de todo o processo de codificação, o critério de considerar como elemento focal a primeira personagem referenciada pelo participante, isto é, a personagem mencionada no antecedente do contrafactual gerado. O racional para esta decisão prende-se com o raciocínio de que o resultado, para a personagem referida no conseqüente do contrafactual, não se teria dado, se a outra personagem não tivesse feito algo ou se tivesse feito algo de forma diferente.

Assim, classificou-se os contrafactuais como *centrados na vítima* (e.g., “*Se a Rita não tivesse ido por um caminho mais longo para espreitar, então ela nunca tinha encontrado o Bernardo.*”: [Suj. 33]; “*Se o Ricardo não tivesse escolhido ir por um caminho diferente do habitual, então não tinha acontecido este episódio, tendo provavelmente outro desfecho.*”: [Suj. 53]), *centrados no agressor* (e.g., “*Se o Daniel tivesse acreditado na namorada, então nada disto teria acontecido.*” [Suj. 14]; “*Se a Joana tivesse tido mais calma, então teria evitado pôr em perigo a vida de várias pessoas.*”: [Suj. 70]) e *centrados em ambos* (i.e., *vítima e agressor*) (i.e., “*Se não tivessem optado por uma ‘rua mais animada’, então talvez não tivesse havido ninguém para chamar a ambulância.*”: [Suj. 2]; “*Se o Bernardo e a rapariga que fora assaltada por este vissem o carro, então não teriam sido atropelados.*”: [Suj. 34]).

Por fim, devido à presença de vários contrafactuais que versavam sobre outros elementos que não a vítima ou o agressor, decidiu-se ainda designar a categoria dos contrafactuais *centrados em outros* e, aqui, encontram-se diversas subcategorias como (a) *terceiras entidades* (e.g., “*Se o namorado nunca tivesse feito uma cena de ciúmes, então a Joana não teria entrado numa discussão com ele.*”: [Suj. 22]; “*Se a colega de faculdade não tivesse levado o namorado, não teria acontecido nada que se sucedeu.*”: [Suj. 51]), (b) *factores externos* (e.g., “*Se não houvesse semáforo naquela estrada, então poderia ter acontecido algo muito pior.*”: [Suj. 11]; “*Se o telemóvel não tivesse tocado, então eles não se teriam chateado e não teriam acabado.*”: [Suj. 69]), (c) *foco num casal em que um dos elementos é considerado um terceiro* (e.g., “*Se não tivesse havido uma discussão entre os dois, então a Joana não estaria de tal forma descontrolada que tivesse de desabafar com a irmã.*”: [Suj. 21]; “*Se o Daniel e a namorada não tivessem ido ao tal bar, então não teriam encontrado Ricardo e nada disto aconteceria.*”: [Suj. 50]) e, ainda, (d) *as pessoas em geral* (e.g., “*Se as pessoas fossem mais conscientes na estrada, então muitos acidentes seriam evitados.*”: [Suj. 2]; “*Se toda a gente tivesse consciência da responsabilidade que é conduzir um carro, então talvez muitos acidentes pudessem ser evitados.*”: [Suj. 50]).

E assim se conclui o fornecimento de informações relativas à codificação dos pensamentos contrafactuais.

Passemos então agora para a análise de dados da presente dissertação, que se encontra dividida em duas grandes partes para efeitos práticos e de fácil consulta: a análise descritiva, onde irão ser apresentados os valores médios, frequências, percentagens e outros, referentes

aos vários resultados obtidos, e a análise inferencial, que irá contar com os resultados dos principais testes estatísticos, efectuados com o objectivo de testar as hipóteses em estudo.

A análise estatística dos resultados foi garantida pela vigésima versão do *software SPSS* (SPSS Inc, v. 20, Chicago, IL), bem como o *Microsoft Office Excel 2007*.

Todos os testes de hipóteses foram feitos tendo em conta um nível de significância padrão (α) de 0.05.

2. Análise Descritiva

2.1 Pensamentos contrafactuais.

2.1.1 Valores gerais.

Iremos primeiro apresentar as estatísticas descritivas referentes aos pensamentos contrafactuais gerados pelos participantes após terem lido os vários cenários que lhes foram apresentados.

Para efeitos de conveniência, irão primeiro ser apresentados os valores totais gerais, ou seja, independentemente do foco dos vários cenários (i.e., cenário centrado na vítima, agressor ou ambos) e, de seguida, os valores específicos para cada tipo de foco. Todos os valores que se considere que o leitor deva ter acesso, mas que, no entanto, não se devem encontrar na presente secção, estarão presentes nos Anexos. Quando tal for o caso, o leitor será devidamente reencaminhado para o Anexo respectivo.

Em primeiro lugar, no que concerne ao número total de pensamentos gerados, foi evidente o empenho dos participantes, já que se obteve um total geral de 668 pensamentos. Desses, apenas 1 se revelou como não-contrafactual (“*Se nos concentrarmos demasiado nos ‘e se’s’, então perderemos tempo com pensamentos inúteis.*”: [Suj. 2]), revelando assim um total de 667 pensamentos contrafactuais.

Convém também lembrar o leitor que, tal como foi referido anteriormente, 8 participantes tiveram de ser excluídos da amostra por terem apresentado respostas desadequadas para o presente estudo. Com efeito, os restantes pensamentos não-contrafactuais encontravam-se entre as respostas desses 8 participantes.

De seguida, apresentamos a Tabela 1 que contém as frequências absolutas e as percentagens de todos os tipos de contrafactuais criados, segundo a sua direcção, estrutura e foco, de acordo com os critérios de codificação apresentados acima.

Tabela 1
Frequências e percentagens dos contrafactuais gerados, segundo a direcção, estrutura e foco

Categoria	Tipo de Contrafactual	<i>F</i>	%
Direcção	Ascendentes	663	99.40
	Descendentes	4	0.06
Estrutura	Aditivos	320	48.00
	Subtractivos	332	49.80
	Substitutivos	15	2.20
Foco	Vítima	197	29.50
	Agressor	350	52.50
	Ambos	28	4.20
	Outros	92	13.80
Total = 667 Pensamentos Contrafactuais (100.00 %); 72 Participantes			

Uma primeira análise global das frequências e percentagens dos pensamentos contrafactuais gerados permite perceber que a esmagadora maioria dos participantes gerou contrafactuais do tipo ascendente (“Ascendentes”: $F = 663$; $\% = 99.4$).

Por outro lado, esta primeira análise revela que os participantes, em proporções semelhantes, adicionaram ou removeram um determinado antecedente na alteração mental que fizeram dos eventos narrados nos cenários (“Aditivos”: $F = 320$; $\% = 48.00$ versus “Subtractivos”: $F = 332$; $\% = 49.80$). Quanto aos contrafactuais que combinam as duas operações anteriores, estes foram formulados apenas esporadicamente (“Substitutivos”: $F = 15$; $\% = 2.20$).

Por fim, podemos ainda perceber que os dados evidenciam uma maior tendência por parte dos participantes em se centrar numa única personagem quando formaram os seus pensamentos, contrafactualizando assim mais comportamentos, atitudes, acções, estados de espírito ou traços caracterológicos do agressor (“Agressor”: $F = 350$; $\% = 52.50$), comparativamente à personagem que foi vitimizada (“Vítima”: $F = 197$; $\% = 29.50$).

Continuando com a análise descritiva, e debruçando-nos agora sobre as médias e os desvios-padrão de todos os contrafactuais criados (Tabela 2), denotamos uma vez mais a produção prolífera deste tipo de pensamentos, já que a média por participante ronda os 9 contrafactuais ($M = 9.26$; $DP = 2.888$). Por outro lado, os valores mínimos e máximos relativos aos contrafactuais gerados também corroboram esta afirmação, tendo havido participantes que geraram o número máximo de contrafactuais, isto é, quinze, 5 por cenário ($Min = 3$; $Máx = 15$).

Tabela 2

Médias e desvios-padrão dos contrafactuais gerados

<i>Min</i>	<i>Máx</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>N</i>
3	15	9.26	2.888	72

No que concerne às médias e desvios-padrão de todos os contrafactuais gerados, mas segundo as várias categorias utilizadas para os codificar (Tabela 3), os valores suportam as frequências e percentagens gerais apresentadas acima, ou seja, a maior produção de contrafactuais ascendentes comparativamente aos descendentes ($M = 3.07$; $DP = 1.163$ versus $M = 0.02$; $DP = 0.166$), o equilíbrio na adição ou remoção de antecedentes aquando da contrafactualização dos eventos descritos no cenário e a raridade da combinação das duas estruturas anteriores (“Aditivos”: $M = 1.48$; $DP = 0.974$ versus “Subtractivos”: $M = 1.54$; $DP = 1.261$ versus “Substitutivos”: $M = 0.07$; $DP = 0.255$) e ainda a preferência pelo foco numa

das duas personagens envolvidas na história, principalmente no agressor (“Agressor”: $M = 1.62$; $DP = 1.127$; “Vítima”: $M = 0.91$; $DP = 0.963$).

Tabela 3

Médias e desvios-padrão dos contrafactuais gerados, segundo as categorias de codificação

Categoria	Tipo de Contrafactual	Min	Máx	M	DP
Direcção	Ascendentes	1	5	3.07	1.163
	Descendentes	0	2	0.02	0.166
Estrutura	Aditivos	0	4	1.48	0.974
	Subtractivos	0	5	1.54	1.261
	Substitutivos	0	1	0.07	0.255
Foco	Vítima	0	4	0.91	0.963
	Agressor	0	5	1.62	1.127
	Ambos	0	2	0.13	0.363
	Outros	0	3	0.43	0.678
Total = 72 Participantes					

Concluimos aqui a parte da análise dos valores gerais relativos aos contrafactuais produzidos pelos participantes, isto é, independentemente do foco dos cenários preenchidos.

Uma outra forma de retirar conclusões pertinentes acerca dos resultados obtidos é, assim, a análise das mesmas medidas descritivas, mas agora tendo em conta o foco dos cenários. Por outras palavras, os resultados que irão agora ser apresentados contemplam as mesmas categorias de codificação e as mesmas estatísticas descritivas, mas serão apresentados de forma discriminada, consoante o foco dos cenários, isto é, que personagem(ns), era(m) protagonista(s).

2.1.2 Valores segundo o foco do cenário.

A Tabela 4, ao nos apresentar as frequências e percentagens dos contrafactuais gerados, segundo o foco dos cenários, mostra-nos que a produção deste tipo de pensamentos assumiu proporções muito semelhantes e igualitárias consoante os vários focos, se bem que com uma ligeira vantagem para o agressor (“Vítima”: $F = 201$; $\% = 30.00$ versus “Agressor”: $F = 235$; $\% = 35.00$ versus “Ambos”: $F = 231$; $\% = 31.00$).

Já a Tabela 5, por sua vez, devolve-nos um valor em particular que pode ser de útil análise e posterior interpretação. Com efeito, os participantes produziram, em média, menos contrafactuais nos cenários em que a vítima era a protagonista, comparativamente aos cenários em que o agressor, ou os dois, estavam em proeminência (“Vítima”: $M = 2.79$; $DP = 1.061$ versus “Agressor”: $M = 3.26$; $DP = 1.233$ versus “Ambos”: $M = 3.21$; $DP = 1.244$).

Note-se que, tendo em conta que cada participante podia gerar no mínimo 1 contrafactual por cenário, e que todos os participantes da amostra completaram as tarefas incluídas no bloco a eles distribuído com sucesso, o número mínimo de contrafactuais por cenário, seja qual for o foco, é 1 (Tabela 5).

Tabela 4

Frequências e percentagens dos contrafactuais gerados, segundo o foco do cenário

Foco do Cenário	<i>F</i>	<i>%</i>
Vítima	201	30.00
Agressor	235	35.00
Ambos	231	31.00
Total = 667 Pensamentos Contrafactuais (100.00%); 72 Participantes		

Tabela 5

Médias e desvios-padrão dos contrafactuais gerados, segundo o foco do cenário

Foco do Cenário	Min	Máx	M	DP
Vítima	1	5	2.79	1.061
Agressor	1	5	3.26	1.233
Ambos	1	5	3.21	1.244
Total = 72 Participantes				

Neste ponto da análise de resultados, remete-se o leitor para o Anexo G onde poderá encontrar uma outra tabela (Tabela G1) que inclui as estatísticas descritivas relativas à direcção e estrutura dos contrafactuais gerados, segundo o foco de cada cenário.

Da referida tabela, que pode ser consultada em detalhe, talvez importe destacar que todos os contrafactuais classificados como descendentes – que são apenas 4, como apontado acima pela Tabela 1 – foram gerados no cenário em que ambas as personagens eram as protagonistas (“Ambos” – “Ascendentes”: $F = 231$; $\% = 98.30$ versus “Descendentes”: $F = 4$, $\% = 1.70$) e ainda que o número de contrafactuais aditivos só superou os subtrativos nos cenários em que a vítima era a personagem principal (“Vítima” – “Aditivos”: $F = 116$, $\% = 57.70$; “Subtrativos”: $F = 82$, $\% = 40.80$ versus “Agressor” – “Aditivos”: $F = 106$, $\% = 45.10$; “Subtrativos”: $F = 123$, $\% = 52.30$ versus “Ambos” – “Aditivos”: $F = 98$, $\% = 42.40$; “Subtrativos”: $F = 127$, $\% = 55.00$).

Posto isto, passemos à análise das estatísticas descritivas ainda consoante o foco do cenário, mas agora também tendo em conta o foco dos contrafactuais gerados pelos participantes, ou seja, se esses pensamentos se centravam em acções ou atributos da vítima, do agressor, de ambos ou de outros.

Tal análise será útil para tentar perceber se se verificou, ou não, um efeito de foco do cenário nos contrafactuais gerados. Por exemplo, será que foram gerados mais contrafactuais centrados na vítima nos cenários em que era ela a protagonista? E relativamente ao agressor? São estas algumas das questões às quais iremos procurar dar resposta.

Assim sendo, a Tabela 6 apresenta-nos as estatísticas descritivas dos vários focos dos contrafactuais gerados, tendo em conta os focos dos cenários lidos pelos participantes.

Com efeito, alguns resultados dignos de destaque surgem aqui nesta tabela, nomeadamente o facto de terem sido gerados mais contrafactuais com foco no protagonista do cenário, por exemplo, foram gerados mais contrafactuais centrados na vítima no cenário em que a vítima estava em proeminência e o mesmo se verificou para o cenário em que era o agressor o agente principal (“Foco do Cenário” – “Vítima”: “Foco do Contrafactual” – “Vítima”: $F = 115$; $\% = 57.20$ versus “Foco do Cenário” – “Agressor”: “Foco do Contrafactual” – “Agressor”: $F = 172$; $\% = 73.20$).

Apesar da contrafactualização simultânea dos comportamentos ou atributos de ambas as personagens ter sido escassa, fosse qual fosse o foco do cenário, a verdade é que nos cenários em que ambos os agentes eram os protagonistas (i.e., foco em ambos), foram gerados consideravelmente mais pensamentos contrafactuais centrados em ambas as personagens do que nos cenários em que apenas a vítima ou o agressor eram os protagonistas (“Foco do Cenário” – “Ambos”: $F = 24$; $\% = 10.40$ versus “Vítima”: $F = 1$; $\% = 0.50$ versus “Agressor”: $F = 3$; $\% = 1.30$).

Interessante também é o facto de, nos cenários com foco em ambos, os participantes terem apresentado uma maior tendência para contrafactualizar elementos relacionados com o agressor, do que propriamente com a vítima. De facto, sensivelmente metade dos contrafactuais gerados nestes cenários deu o destaque ao agressor (“Foco do Cenário” – “Ambos”: “Foco do Contrafactual” – “Vítima”: $F = 63$; $\% = 27.20$ versus “Foco do Contrafactual” – “Agressor”: $F = 113$; $\% = 49.00$).

Chama-se a atenção do leitor que, em Anexo, de modo a aprofundar os resultados aqui apresentados, poderá encontrar as estatísticas descritivas relativas à direcção e estrutura dos contrafactuais gerados, segundo o foco destes últimos. Ainda, para efeitos práticos, estes resultados foram separados segundo o foco de cada cenário (Anexos H, I e J).

Tabela 6

Estatísticas descritivas dos focos dos contrafactuais gerados, segundo o foco do cenário

Foco do cenário	Foco do Contrafactual	<i>F</i>	%	<i>Min</i>	<i>Máx</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Vítima	Vítima	115	57.20	0	4	1.60	0.988
	Agressor	65	32.30	0	3	0.90	0.772
	Ambos	1	0.50	0	1	0.01	0.118
	Outros	20	10.00	0	2	0.28	0.537
	Total	201	100.00				
Agressor	Vítima	19	8.10	0	2	0.26	0.531
	Agressor	172	73.20	0	5	2.39	1.120
	Ambos	3	1.30	0	1	0.04	0.201
	Outros	41	17.40	0	3	0.57	0.747
	Total	235	100.00				
Ambos	Vítima	63	27.20	0	3	0.88	0.804
	Agressor	113	49.00	0	4	1.57	0.932
	Ambos	24	10.40	0	2	0.33	0.531
	Outros	31	13.40	0	3	0.43	0.709
	Total	231	100.00				
Total = 667 Pensamentos Contrafactuais (100.00%); 72 Participantes							

Tendo em conta que as estatísticas descritivas referentes aos contrafactuais já foram analisadas, poder-se-ia, neste ponto, passar para a análise descritiva dos resultados referentes à atribuição de culpa à vítima e ao agressor.

Contudo, falta ainda apresentar mais uma série de resultados: aqueles relativos ao foco do primeiro contrafactual gerado pelos participantes em cada cenário. Tais resultados, consideramos nós, poderão remeter-nos para conclusões úteis, uma vez que concernem o efeito do foco do cenário nos contrafactuais gerados.

Se o cenário estiver, por exemplo, centrado na vítima, será que o primeiro contrafactual que dado participante gerou nesse cenário, teve o seu foco na vítima? Por outras palavras, será que o foco dos primeiros contrafactuais gerados em cada cenário correspondia ao foco dos cenários propriamente ditos? É isso que nos propusemos analisar.

2.1.3 Foco do primeiro contrafactual, consoante o foco do cenário.

A Tabela 7 contém as frequências e percentagens relativas ao foco do primeiro contrafactual gerado em cada cenário, de acordo com o foco deste último.

A tabela permite constatar que, mais uma vez, se verificou o efeito do foco do cenário sobre a geração e produção dos pensamentos contrafactuais, especialmente no que concerne aos cenários centrados na vítima e aos cenários centrados no agressor.

Com efeito, nos cenários em que a vítima assumiu um papel de protagonista, a considerável maioria dos primeiros contrafactuais gerados nesses cenários focaram-se na vítima ao invés de outras personagens (“Foco do cenário” – “Vítima”: “Foco do 1º contrafactual” – “Vítima”: $F = 49$, $\% = 68.00$ versus “Agressor”: $F = 20$, $\% = 27.80$).

Por outro lado, o mesmo padrão de resultados foi obtido para os cenários em que era o agressor a personagem principal (“Foco do cenário” – “Agressor”: “Foco do 1º contrafactual” – “Agressor”: $F = 53$, $\% = 73.60$ versus “Vítima”: $F = 2$, $\% = 2.80$).

Embora os contrafactuais com foco em ambos tenham sido raramente gerados, e esta tabela é novamente prova disso, a verdade é que o efeito de foco também esteve presente neste caso, já que, no cenário centrado em ambos, se verificou alguns primeiros contrafactuais com foco em ambos, algo que não aconteceu para os cenários centrados na vítima ou no agressor (“Foco do cenário” – “Ambos”: “Foco do 1º Contrafactual” – “Ambos”: $F = 9$, $\% = 12.50$ versus “Foco do cenário” – “Vítima”: “Foco do 1º Contrafactual” – “Ambos”: $F = 0$, $\% = 0.00$ versus “Foco do cenário” – “Agressor”: “Foco do 1º Contrafactual” – “Ambos”: $F = 0$, $\% = 0.00$).

Chama-se ainda a atenção para o facto de, no cenário em que ambas as personagens são protagonistas, se ter obtido valores mais equilibrados de primeiros contrafactuais centrados na vítima e no agressor (“Foco do Cenário”: “Ambos” – “Foco do 1º Contrafactual” – “Vítima”: $F = 27$, $\% = 37.50$ versus “Foco do 1º Contrafactual” – “Agressor”: $F = 33$, $\% = 45.80$), comparativamente aos cenários exclusivamente focados na vítima ou no agressor, e cujos resultados foram apresentados nos parágrafos acima.

Tabela 7

Frequências e percentagens referentes ao foco do primeiro contrafactual gerado em cada cenário, consoante o foco do mesmo

Foco do cenário	Foco do 1º contrafactual	<i>F</i>	%
Vítima	Vítima	49	68.00
	Agressor	20	27.80
	Ambos	0	0.00
	Outros	3	4.20
	Total	72	100.00
Agressor	Vítima	2	2.80
	Agressor	53	73.60
	Ambos	0	0.00
	Outros	17	23.60
	Total	72	100.00
Ambos	Vítima	27	37.50
	Agressor	33	45.80
	Ambos	9	12.50
	Outros	3	4.20
	Total	72	100.00
Total = 72 Participantes (100.00%)			

Por outro lado, decidiu-se também analisar as frequências e percentagens referentes ao facto de o primeiro contrafactual gerado ter ou não o foco igual ao do cenário. A razão pela qual isto foi feito tornar-se-á clara mais à frente, na parte da análise inferencial.

Assim, tem-se a Tabela 8, com os resultados respectivos, que corroboram e fortalecem a elação já efectuada de que o foco do cenário produziu um efeito sobre os contrafactuais gerados. Com efeito, nos cenários em que a vítima e o agressor são os protagonistas, a proporção de respostas do tipo “Sim” foi superior à proporção das respostas do tipo “Não” (“Foco do cenário” – “Vítima”: “Sim”: $F = 49$, % = 68.00; “Não”: $F = 23$, % = 32.00 *versus* “Foco do cenário” – “Agressor”: “Sim” $F = 53$, % = 73.60; “Não”: $F = 19$, % = 26.40).

Por outro lado, esta tabela permite-nos tirar outra conclusão muito clara: no cenário centrado em ambos, existem diferenças consideráveis nas frequências e proporções de respostas “Sim” e “Não”, quando comparados com as proporções dos cenários centrados na

vítima e no agressor, apresentadas no parágrafo acima (“Sim”: “Foco do cenário” – “Ambos”: $F = 9$, $\% = 12.50$ versus “Não”: “Foco do cenário” – “Ambos”: $F = 63$, $\% = 87.50$).

Poderão existir diferenças significativas entre estes resultados, nomeadamente devido aos valores encontrados nos cenários centrados em ambos? É a esta pergunta que procuraremos responder mais adiante.

Tabela 8

Frequências e percentagens das respostas referentes ao facto de o primeiro contrafactual gerado ter ou não o foco igual ao do cenário

Foco do cenário	1º Contrafactual tem o mesmo foco do cenário?	<i>F</i>	<i>%</i>
Vítima	Sim	49	68.00
	Não	23	32.00
	Total	72	100.00
Agressor	Sim	53	73.60
	Não	19	26.40
	Total	72	100.00
Ambos	Sim	9	12.50
	Não	63	87.50
	Total	72	100.00
Total = 72 Participantes (100.0%)			

Concluída esta parte da análise descritiva, é agora altura de nos debruçarmos sobre outra análise descritiva, desta vez relativa à atribuição de culpa à vítima e ao agressor nos vários cenários.

2.2 Atribuição de culpa.

2.2.1 Consoante o foco do cenário.

No que diz respeito à atribuição da culpa, apresentamos a Tabela 9 que, por sua vez, nos mostra as médias e desvios-padrão da culpa atribuída aos dois actores envolvidos nos vários cenários, segundo o foco destes últimos.

Uma análise global desta tabela permite constatar indubitavelmente que, em média, a culpa atribuída ao agressor foi consideravelmente superior àquela atribuída à personagem vitimizada (“Personagem Alvo da Culpa” – “Agressor”: “Total”: $M = 8.04$; $DP = 1.313$; $Min = 1$; $Máx = 9$ versus “Vítima”: “Total”: $M = 2.17$; $DP = 1.597$; $Min = 1$; $Máx = 9$), querendo assim significar que o agressor foi globalmente mais culpado do que a vítima.

Não perdendo de vista o facto de que apenas as análises inferenciais nos poderão dar evidências mais concretas acerca destes números, a verdade é que esta tabela inclui resultados que parecem ir contra às nossas hipóteses. Por outras palavras, os valores médios da culpa atribuída a dada personagem deveriam ter sido superiores quando essa personagem era a protagonista do cenário e não foi isso que se verificou.

De facto, não só o agressor foi em média mais culpado, como também quando a vítima foi a personagem principal do cenário, a culpa atribuída à mesma foi menor do que quando ela não era a protagonista ou quando ela partilhava o protagonismo com o agressor (“Foco do Cenário” – “Vítima”: $M = 2.07$; $DP = 1.437$; $Min = 1$; $Máx = 9$ versus “Agressor”: $M = 2.13$; $DP = 1.669$; $Min = 1$; $Máx = 9$ versus “Ambos”: $M = 2.31$; $DP = 1.684$; $Min = 1$; $Máx = 9$).

Quanto ao agressor, destaca-se a ocorrência de que, quando este não era o protagonista do cenário e sim a vítima, a culpa atribuída a si foi maior (“Foco do Cenário” – “Vítima”: $M = 8.35$; $DP = 1.050$; $Min = 5$; $Máx = 9$ versus “Agressor”: $M = 7.89$; $DP = 1.420$; $Min = 1$; $Máx = 9$ versus “Ambos”: $M = 7.89$; $DP = 1.400$; $Min = 1$; $Máx = 9$).

Os resultados incluídos na Tabela 9, juntando àqueles já apresentados previamente, parecem dar-nos a ideia de que o efeito principal da variável “foco do cenário” se verificou para os contrafactuais gerados em cada cenário (Tabelas 6, 7 e 8), mas não para a culpa atribuída às personagens envolvidas (Tabela 9).

Tabela 9

Médias e desvios-padrão da culpa atribuída à vítima e ao agressor, segundo o foco do cenário

Personagem Alvo da Culpa	Foco do Cenário	<i>Min</i>	<i>Máx</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Vítima	Vítima	1	6	2.07	1.437
	Agressor	1	9	2.13	1.669
	Ambos	1	9	2.31	1.684
	Total	1	9	2.17	1.597
Agressor	Vítima	5	9	8.35	1.050
	Agressor	1	9	7.89	1.420
	Ambos	1	9	7.89	1.400
	Total	1	9	8.04	1.313
Total = 72 Participantes					

Visto que, como reportado acima, se verificaram alguns resultados mais ou menos contraditórios na análise descritiva do efeito de foco sobre a culpa atribuída à vítima e ao agressor em cada cenário, nomeadamente o facto de o agressor ter sido mais culpado nos cenários em que era a vítima a protagonista (Tabela 9), decidimos expandir a análise referente à atribuição de culpa, mas agora consoante a situação propriamente dita (i.e., acidente de viação, agressão física e assalto).

A razão pela qual decidimos prosseguir com esta análise, que sai fora do âmbito do que foi hipotetizado para a presente dissertação, é a de que esperamos obter resultados que permitam esclarecer os que a Tabela 9 devolve e, assim, tentar perceber melhor porque é que não se verificou o efeito de foco na culpa atribuída à vítima e ao agressor.

Estará alguma das três situações a provocar estes resultados diferentes do esperado? A análise descritiva dos resultados relativos a esta questão, bem como a análise inferencial apresentada posteriormente procurarão dar resposta a esta questão.

2.2.2 Consoante a situação.

Começa-se por apresentar a Tabela 10 em baixo que nos dá as estatísticas descritivas referentes à culpa atribuída à vítima e ao agressor, por situação.

Tabela 10

Médias e desvios-padrão da atribuição de culpa à vítima e ao agressor, consoante a situação

Personagem alvo de culpa	Situação	Min	Máx	M	DP
Vítima	Acidente de Viação	1	6	1.69	1.328
	Agressão Física	1	9	2.15	1.598
	Assalto	1	7	2.54	1.547
Agressor	Acidente de Viação	5	9	8.49	0.934
	Agressão Física	1	9	7.89	1.327
	Assalto	4	9	7.86	1.282
Total = 72 Participantes					

A partir da análise da Tabela 10 em cima, pode-se constatar com clareza que foi nos cenários de acidente de viação que a vítima foi, em média, menos culpada e em que, reversamente, o agressor foi o mais culpado (“Vítima” – “Acidente de Viação”: $M = 1.69$; $DP = 1.328$; $Min = 1$; $Máx = 6$ versus “Agressor” – “Acidente de Viação”: $M = 8.49$; $DP = 0.934$; $Min = 5$; $Máx = 9$).

Por outro lado, nos cenários de assalto, a vítima foi, em média, mais culpada (“Vítima” – “Assalto”: $M = 2.54$; $DP = 1.547$; $Min = 1$; $Máx = 7$). O agressor, por sua vez, foi menos culpado também nos cenários de assalto (“Agressor” – “Assalto”: $M = 7.86$; $DP = 1.282$; $Min = 4$; $Máx = 9$).

A Tabela 10 deu-nos já uma primeira indicação de que as situações que podem estar a influenciar mais os resultados contraditórios do foco sobre a atribuição de culpa são as situações de acidente de viação e de assalto.

No entanto, a tabela acima apenas nos diz em que situação a vítima e o agressor foram, em média, mais ou menos culpados. Por outras palavras, a Tabela 10 não nos consegue dizer em que foco do cenário é que tal aconteceu. Tomando o exemplo do agressor que foi mais culpado no cenário do acidente de viação, ele foi mais culpado nesse tipo de situação, independentemente do foco do cenário, ou, por outro lado, existem diferenças consoante o protagonista da história?

Foi neste sentido que elaborámos a Tabela 11 que apresenta as principais estatísticas descritivas referentes à atribuição de culpa à vítima e ao agressor, discriminadas não só por situação, mas também por foco.

Assim, no que diz respeito à culpa atribuída à vítima, a Tabela 11 mostra-nos que foi nos cenários de acidente de viação, independentemente do foco, que a culpa que lhe foi, em média, atribuída, foi menor (“Vítima” – “Acidente de Viação”: “Foco do cenário” – “Vítima”: $M = 1.67$; $DP = 1.598$; $Min = 1$; $Máx = 9$ versus “Foco do cenário” – “Agressor”: $M = 1.61$; $DP = 1.196$; $Min = 1$; $Máx = 9$ versus “Foco do cenário” – “Ambos”: $M = 1.80$; $DP = 1.414$; $Min = 1$; $Máx = 6$), corroborando assim o que se reportou relativamente à tabela anterior. Os resultados apresentados neste parágrafo mostram valores médios muito próximos, se bem que o menor revela-se no cenário de acidente em que o agressor é o protagonista e o maior no cenário em que ambos são os protagonistas.

Por outro lado, foi claramente nos cenários de assalto que a vítima foi, em média, mais culpada (“Vítima” – “Assalto”: “Foco do cenário” – “Vítima”: $M = 2.75$; $DP = 1.391$; $Min = 1$; $Máx = 5$ versus “Foco do cenário” – “Agressor”: $M = 2.00$; $DP = 1.567$; $Min = 1$; $Máx = 7$ versus “Foco do cenário” – “Ambos”: $M = 2.84$; $DP = 1.599$; $Min = 1$; $Máx = 6$), também corroborando o que se encontra na Tabela 10.

Ainda, os valores referentes à culpa atribuída à vítima nos cenários de agressão física consoante os vários focos são claros que a culpa que lhe foi atribuída, em média, é evidentemente superior nos cenários centrados no agressor e em ambos (“Vítima” – “Agressão Física”: “Foco do cenário” – “Vítima”: $M = 1.79$; $DP = 1.318$; $Min = 1$; $Máx = 5$ versus “Foco do cenário” – “Agressor”: $M = 2.38$; $DP = 1.525$; $Min = 1$; $Máx = 6$ versus “Foco do cenário” – “Ambos”: $M = 2.27$; $DP = 1.932$; $Min = 1$; $Máx = 9$).

No que concerne ao agressor, percebemos que este foi, nos cenários de acidente de viação e agressão física, mais culpado quando a vítima era a protagonista da história (“Acidente de viação”: “Foco do cenário” – “Vítima”: $M = 8.88$, $DP = 0.448$, $Min = 7$, $Máx = 9$; “Foco do cenário” – “Agressor”: $M = 8.22$, $DP = 1.166$, $Min = 5$, $Máx = 9$; “Foco do cenário” – “Ambos”: $M = 8.40$, $DP = 0.957$, $Min = 5$, $Máx = 9$ versus “Agressão Física”:

“Foco do cenário” – “Vítima”: $M = 8.21$; $DP = 1.215$; $Min = 5$; $Máx = 9$; “Foco do cenário” – “Agressor”: $M = 7.77$, $DP = 0.992$, $Min = 6$, $Máx = 9$; “Foco do cenário” – “Ambos”: $M = 7.73$, $DP = 1.751$, $Min = 1$, $Máx = 9$). Chama-se, de facto, a atenção para o valor mínimo de culpa atribuída no cenário do acidente de viação em que a vítima é a protagonista ser 7 numa escala de 1 a 9.

Tabela 11

Médias e desvios-padrão da culpa atribuída à vítima e ao agressor, consoante a situação e o foco do cenário

Personagem alvo de culpa	Situação	Foco do cenário	Min	Máx	M	DP
Vítima	Acidente de Viação	Vítima	1	6	1.67	1.404
		Agressor	1	5	1.61	1.196
		Ambos	1	6	1.80	1.414
	Agressão Física	Vítima	1	5	1.79	1.318
		Agressor	1	6	2.38	1.525
		Ambos	1	9	2.27	1.932
	Assalto	Vítima	1	5	2.75	1.391
		Agressor	1	7	2.00	1.567
		Ambos	1	6	2.84	1.599
Agressor	Acidente de Viação	Vítima	7	9	8.88	0.448
		Agressor	5	9	8.22	1.166
		Ambos	5	9	8.40	0.957
	Agressão Física	Vítima	5	9	8.21	1.215
		Agressor	6	9	7.77	0.992
		Ambos	1	9	7.73	1.751
	Assalto	Vítima	5	9	8.00	1.142
		Agressor	4	9	8.04	1.331
		Ambos	5	9	7.56	1.356
Total = 72 Participantes						

Os dados acima ajudam-nos, a explicar o facto de termos encontrado uma média de culpa atribuída ao agressor superior quando o cenário se centra na vítima. Ainda, nos cenários de assalto, embora tenham sido os únicos onde o efeito de foco sobre a culpa se verificou, isto é, onde o agressor foi mais culpado no cenário em que é o protagonista, a verdade é que esse valor médio está muito próximo do valor referente ao cenário de assalto centrado na vítima (“Agressor” – “Assalto”: “Foco do cenário” – “Vítima”: $M = 8.00$; $DP = 1.142$; $Min = 5$; $Máx = 9$ versus “Foco do cenário” – “Agressor”: $M = 8.04$; $DP = 1.331$; $Min = 4$; $Máx = 9$).

Se continuarmos a explorar o efeito de foco por situação, a verdade é que o mesmo não se verificou em nenhuma das situações para a vítima, isto é, em nenhuma das três situações em que a vítima era a protagonista, ela foi a mais culpada. Com efeito, a vítima tendeu a ser mais culpada nos cenários em que não era a protagonista.

A apresentação das duas tabelas anteriores (Tabelas 10 e 11) permite-nos perceber que são principalmente os cenários de acidente de viação e assalto que estão a causar os resultados contraditórios ao efeito de foco sobre a atribuição de culpa, já que são nos primeiros que a vítima foi, em média, menos culpada, e nos segundos onde a culpa atribuída a si foi maior, padrões que se repetem quando os resultados são discriminados pelo foco do cenário.

Numa lógica inversa, foi também nos cenários de acidente de viação e assalto que o agressor foi mais e menos culpado, respectivamente. Mais concretamente, quando a vítima foi a protagonista no cenário de acidente de viação e de agressão física, o agressor foi mais culpado aí do que nos outros cenários da mesma situação, mas com focos diferentes. No cenário de assalto centrado na vítima, o agressor não foi mais culpado do que no cenário da mesma situação centrado no agressor ou em ambos, mas esteve perto disso.

Ainda, mesmo a tendência não se ter revelado como totalmente linear, a verdade é que um olhar atento à Tabela 11 nos revela que é nos cenários de ambos em que a culpa atribuída, em média, à vítima, é maior e também que é nos cenários centrados na vítima que o agressor é mais culpado.

Irão os testes estatísticos corroborar estas conclusões? É isso que se poderá perceber mais à frente, na Análise Inferencial.

Concluída assim esta parte da análise descritiva em que, aparentemente, não existe evidência obtida para o efeito de foco do cenário sobre a culpa atribuída às diferentes personagens, é agora altura de nos debruçarmos sobre a análise inferencial dos resultados.

Por outras palavras, irão de seguida ser apresentados os resultados dos principais testes de hipóteses realizados, nomeadamente aqueles que dizem respeito ao efeito do foco dos cenários na culpa atribuída às personagens dos mesmos.

3. Análise Inferencial

3.1 Pensamentos Contrafactuais.

Em primeiro lugar, apresentamos a análise inferencial referente aos vários valores dos contrafactuais gerados pelos participantes e apresentados acima.

O motivo desta escolha prende-se com acharmos pertinente a sua inclusão, uma vez que ajudam a complementar os restantes resultados obtidos.

3.1.1 Total de contrafactuais gerados, segundo o foco do cenário.

A primeira análise inferencial que aqui se apresenta diz respeito aos valores apresentados nas Tabelas 4 e 5, referentes ao número total de pensamentos contrafactuais gerados, segundo o foco de cada cenário.

Com efeito, estávamos interessados em averiguar a significância estatística entre os valores médios de contrafactuais gerados por cenário.

No entanto, foi necessário inicialmente testar os pressupostos referentes à metodologia estatística considerada por nós mais adequada para esta testagem (i.e., a ANOVA de Medições Repetidas a um factor): os pressupostos da normalidade e da esfericidade.

De forma a não estender ainda mais a presente análise de resultados, optámos por relegar as tabelas referentes à verificação dos supracitados pressupostos para anexo (Anexo K).

Quanto ao pressuposto da normalidade, verificamos que a variável dependente (i.e., o número total de contrafactuais gerados) não segue distribuição normal em nenhum dos grupos ou medidas sob estudo (i.e., foco do cenário – vítima, agressor ou ambos) ($p < .001$ para todos os grupos).

No que toca ao pressuposto da esfericidade, ou seja, de que existam variâncias homogéneas e covariâncias nulas, o resultado foi análogo ao da testagem do pressuposto prévio, o que significa que este pressuposto, o mais importante para se realizar este teste, foi verificado (W de Mauchly = 0.962, $\chi^2(2) = 2.684$, $p = .261$).

À partida, a violação do pressuposto da normalidade seria suficiente para invalidar a aplicação da ANOVA, mas esta metodologia paramétrica é, de acordo com Marôco (2010), robusta à violação deste pressuposto, podendo ser aplicada se, pelo menos, o pressuposto da esfericidade for verificado, o que aconteceu neste caso. Além disso, e continuando a seguir o mesmo autor, evocamos o Teorema do Limite Central para indicar que, mesmo não tendo a variável dependente distribuição normal, a dimensão da amostra ($N = 72$) leva-nos a afirmar que a sua distribuição se aproximará da normal.

Assim sendo, prosseguimos com a aplicação da ANOVA de Medições Repetidas, cujos resultados se encontram devidamente esquematizados na Tabela 12.

Esta tabela mostra-nos que, claramente, existe evidência estatística que permite corroborar a afirmação de que se verificam diferenças significativas entre o número de contrafactuais gerados por cenário ($F(2, 142) = 6.783$, $p = 0002$, $MSE = 0.707$, $\eta^2_p = 0.087$, potência = 0.914).

Tabela 12

Análise de variância para o total de contrafactuais gerados, consoante o foco do cenário

Factor	<i>g.l.</i>	<i>MSE</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	Dimensão do Efeito	Potência do Teste
Total Contrafactuais	(2, 142)	0.707	6.783	.002**	0.087	0.914

** $p < .01$.

Tabela 13

Teste de Bonferroni para o total de contrafactuais gerados, consoante o foco do cenário

	Vítima	Agressor	Ambos
Vítima		.04*	.023*
Agressor	.04*		1.000
Ambos	.023*	1.000	

* $p < .05$.

Após rejeição da hipótese nula, resta-nos agora perceber entre que par – ou pares - de médias é que se verificam as diferenças significativas. Para tal, foi utilizado o Teste *post-hoc* de Bonferroni, tendo em conta que o número de medições ou grupos é inferior a 4 e, ainda, estando cientes da inflacção da probabilidade de cometer um erro de Tipo I (i.e., rejeitar uma hipótese nula quando esta é verdadeira) que está associada com este tipo de testagem (Marôco, 2010).

Os resultados do Teste de Bonferroni encontram-se assim resumidamente apresentados na Tabela 13 e deixam-nos concluir que é entre os cenários centrados na vítima e no agressor ($p = .04$), por um lado, e entre os cenários centrados na vítima e em ambos ($p = .023$), por outro, que se verificam as diferenças significativas no número médio de contrafactuais gerados por cenário. Já a diferença das médias entre os cenários centrados no agressor e em ambos é nula ($p = 1.000$), valor sustentado pelo facto de os valores médios totais de contrafactuais gerados nesses cenários ser muito semelhante (“Foco do cenário” – “Agressor”: $M = 3.26$, $DP = 1.233$ versus “Foco do cenário” – “Ambos”: $M = 3.21$, $DP = 1.244$), como dado pela Tabela 5.

Após a testagem de diferenças entre o número total de contrafactuais gerados, segundo o foco do cenário, vamos continuar a utilizar essa variável independente, mas agora para apresentar os resultados relativos ao foco (ou centração) dos vários contrafactuais gerados em cada cenário.

Por outras palavras, estávamos interessados em perceber se os totais de contrafactuais centrados numa dada personagem, gerados em cada cenário cujo foco é distinto, diferem significativamente entre si.

Por exemplo, será que o número de contrafactuais centrados no agressor, gerados nos cenários em que ele é protagonista, difere significativamente do número de contrafactuais também centrados no agressor, mas gerados nos outros cenários?

3.1.2 Foco dos contrafactuais, segundo o foco do cenário.

Para perceber se a metodologia estatística mais apropriada para esta análise – a ANOVA de Medições Repetidas a um factor – podia ou não ser aplicada, foi necessário proceder à testagem e verificação dos seus dois pressupostos: a normalidade e a esfericidade.

Novamente, e de modo a não aumentar a extensão do presente relatório empírico, remete-se o leitor para os Anexo L, onde poderá encontrar as tabelas respectivas.

No que diz respeito ao pressuposto da normalidade, os vários testes de Kolmogorov-Smirnov realizados mostraram-nos que a variável dependente não possui distribuição normal em nenhum dos grupos ou medidas sob estudo ($p < .001$ para todos os grupos).

Testando o pressuposto da esfericidade, pudemos constatar que, utilizando o Teste de Mauchly e o seu p -value respectivo, este pressuposto não se verifica para nenhum dos grupos sob estudo (“Foco do cenário” – “Vítima”: W de Mauchly = 0.890, $\chi^2(2) = 8.181$, $p = .017$; “Agressor”: W de Mauchly = 0.864, $\chi^2(2) = 10.218$, $p = .006$; “Ambos”: W de Mauchly = 0.427, $\chi^2(2) = 59.609$, $p = .000$).

A violação deste pressuposto é particularmente grave, mas, segundo Marôco (2010), existem correcções alternativas que podem ser realizadas e, entre as mais potentes, encontram-se o Épsilon de Greenhouse-Geiser e o Épsilon de Huynh-Feldt. Se algum deles for superior a 0.7, pode-se considerar que se verifica o pressuposto da esfericidade.

O mesmo anexo que contém os valores do Teste de Mauchly, contém também os valores referidos a estes dois índices de correcção. Com efeito, os valores de ambos os Épsilons são superiores a 0.7 para os cenários centrados na vítima e no agressor, o que nos permite afirmar que, para estes dois grupos ou medidas sob estudo, está verificado o pressuposto da esfericidade (Greenhouse-Geiser = 0.901, Huynh-Feldt = 0.923; Greenhouse-Geiser = 0.880, Huynh-Feldt = 0.901, respectivamente).

Contudo, no que concerne os cenários centrados em ambos, os valores de ambos os Épsilons, embora próximos de 0.7 (Greenhouse-Geiser = 0.636, Huynh-Feldt = 0.642), não são suficientes para que se possa afirmar que o pressuposto da esfericidade foi verificado.

Sendo assim, e evocando a robustez dos métodos paramétricos, bem como o Teorema do Limite Central, segundo Marôco (2010), iremos prosseguir com a estatística paramétrica para os cenários centrados na vítima e no agressor e recorrer à MANOVA para os cenários em que ambos são os protagonistas, já que esta última pode ser utilizada quando o pressuposto da esfericidade não é válido.

Tabela 14

Análise de variância para os contrafactuais centrados na vítima e no agressor, segundo o foco do cenário

Foco do contrafactual	<i>g.l.</i>	<i>MSE</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	Dimensão do Efeito	Potência do Teste
Vítima	(2, 142)	0.567	56.565	.000***	0.443	1.000
Agressor	(2, 142)	0.800	49.980	.000***	0.413	1.000

*** $p < .001$.

Tabela 15

MANOVA para os contrafactuais centrados em ambos, segundo o foco do cenário

Foco do contrafactual	Traço de Pillai	<i>g.l.</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	Dimensão do Efeito	Potência do Teste
Ambos	0.254	(2, 142)	11.915	.000***	0.254	0.993

*** $p < .001$.

Segundo as Tabelas 14 e 15, verificam-se diferenças significativas entre o número de contrafactuais com um dado foco por entre os vários cenários. Este padrão de resultados foi obtido tanto para a vítima, mostrando assim que o número de contrafactuais centrados nela diferiu significativamente entre os cenários focados e não focados na mesma, bem como para o agressor e para ambos (“Vítima”: $F(2, 142) = 56.565, p = .000, MSE = 0.567, \eta^2_p = 0.443$, potência = 1.000 *versus* “Agressor”: $F(2, 142) = 49.980, p = .000, MSE = 0.800, \eta^2_p = 0.413$, potência = 1.000 *versus* “Ambos”: Traço de Pillai = 0.254, $F(2, 142) = 11.915, p = .000, \eta^2_p = 0.254$, potência = 0.993). Ainda, as dimensões do efeito elevadas (Cohen, 1998 cit. por Marôco, 2010), assim como as potências consideráveis dos vários testes realizados, levam-nos a ter confiança sobre os resultados obtidos.

De alguma forma, os resultados apresentados nas Tabelas 14 e 15 acabam por sustentar e clarificar aqueles encontrados na testagem de diferenças do número total de contrafactuais gerados consoante o foco do cenário, apresentados previamente (Tabelas 12 e 13).

Visto que a hipótese nula foi rejeitada para todos os testes efectuados, é agora altura de perceber, para cada cenário – focado na vítima, agressor ou ambos – quais são os focos dos contrafactuais que diferem significativamente entre si, ou seja, que grupos ou medidas apresentam diferenças estatisticamente significativas.

Como forma de averiguar que par – ou pares – de médias diferem estatisticamente entre si, foi aplicado um Teste *post-hoc* de Bonferroni, dado que existem menos de quatro medidas a comparar – neste caso, três – estando mais uma vez cientes da inflacção de erro estatístico de Tipo I aquando da realização destes testes, de acordo com Marôco, 2010.

Tendo em consideração que as tabelas a apresentar seriam numerosas, decidimos colocá-las em anexos, para os quais se remete o leitor (Anexo M).

De facto, os resultados revelaram que, para os contrafactuais centrados na vítima e no agressor, existem diferenças significativas entre todos os pares considerados, mostrando desta forma que o número de contrafactuais centrados na vítima e no agressor, respectivamente, diferiu significativamente consoante o foco do cenário onde foram gerados ($p < .001$ para todos os grupos ou medidas sob estudo).

Quanto aos contrafactuais centrados em ambos, apenas entre os cenários focados na vítima e no agressor não se verificaram diferenças significativas ($p = .962$), mas entre os restantes pares considerados já se voltou a encontrar diferenças significativas, relativas ao

número de pensamentos contrafactuais centrados em ambos (“Ambos – Vítima”: $p < .001$; “Ambos – Agressor” : $p < .001$).

Com efeito, se se voltar a analisar a Tabela 6, vai-se chegar à conclusão que esta testagem apenas corroborou o nela se inclui, nomeadamente a ausência de diferenças entre os contrafactuais centrados em ambos gerados nos cenários focados na vítima e nos cenários focados no agressor (“Foco do cenário” – “Vítima”: “Foco do contrafactual” – “Ambos”: $F = 1$, $\% = 0.50$ versus “Foco do cenário” – “Agressor”: “Foco do contrafactual” – “Ambos”: $F = 3$, $\% = 1.30$).

Em suma, as análises inferenciais realizadas sob o número de contrafactuais gerados consoante o foco do cenário, tendo ou não em conta o foco dos mesmos, forneceram-nos mais uma fonte de evidência convergente de que o efeito de foco se verificou, pois não só existem diferenças significativas entre os totais de contrafactuais gerados nos vários cenários, como também existem diferenças significativas entre os contrafactuais com dado foco que são gerados em cada cenário.

Por outras palavras, o colocar uma personagem no lugar principal ou de protagonismo e, assim, colocá-la em proeminência no campo perceptivo dos participantes, fez com que estes gerassem mais pensamentos contrafactuais sobre elas, nomeadamente no que diz respeito à vítima e ao agressor.

De seguida, passamos à próxima etapa da presente análise inferencial, aquela referente ao foco do primeiro contrafactual em cada cenário.

Esta permitirá ampliar e clarificar os resultados apresentados previamente nas Tabelas 7 e 8 e perceber, então, se o foco do cenário influencia significativamente o foco do primeiro contrafactual gerado nesse cenário. Por outro lado, será também uma forma de tentar obter mais evidência estatística que sustente o efeito de foco sobre os contrafactuais gerados já encontrado.

3.1.3 Foco do primeiro contrafactual, segundo o foco do cenário.

Decidiu-se criar uma variável nominal dicotómica que, na verdade, não era mais do que a resposta à pergunta; “O foco do primeiro contrafactual gerado num dado cenário é igual ao foco do cenário?”, sendo que as duas alternativas possíveis são “Sim” ou “Não”.

Toda esta conjuntura nos permitiu utilizar o Teste Q de Cochran para avaliar se existem diferenças significativas entre as proporções de “Sim” e “Não” nas várias medidas sobre estudo. Por outras palavras, estávamos interessados em avaliar a significância estatística entre os primeiros contrafactuais cujo foco era igual ao foco do cenário onde foram gerados e os primeiros contrafactuais em que isto não aconteceu.

A Tabela 16 em baixo resume os principais resultados do Teste Q de Cochran e permite-nos indubitavelmente concluir que existem diferenças significativas entre as proporções dos primeiros contrafactuais que partilham e não partilham o foco do cenário onde foram gerados ($Q(2) = 57.290, N = 72, p = .000$).

Por outras palavras, parece que o foco do cenário produz diferenças no foco dos primeiros contrafactuais gerados.

Sendo assim, torna-se necessário averiguar com um teste *post-hoc* de comparação múltipla, quais as proporções que diferem significativamente entre si.

A Tabela 17 inclui os *p-values* resultantes da supracitada comparação múltipla e permite-nos perceber que são os cenários centrados em ambos os produtores das diferenças significativas, já que todas as comparações efectuadas com os cenários centrados na vítima e no agressor apresentam um *p-value* inferior ao nível de significância utilizado para as análises estatísticas: $\alpha = 0.05$ (“Vítima” – “Ambos”: $p = .000$; “Agressor” – “Ambos”: $p = .000$).

Estes resultados, especialmente os descritos no parágrafo anterior, sustentam aqueles apresentados na Tabela 8. Com efeito, as consideráveis discrepâncias entre as proporções de respostas “Sim” e “Não” encontradas nos cenários centrados em ambos, comparativamente aos cenários centrados na vítima e no agressor, explicam ser os cenários com dois protagonistas os principais produtores das diferenças encontradas (“Foco do cenário” – “Vítima”: “Sim”: $F = 49, \% = 68.00$; “Não”: $F = 23, \% = 32.00$ versus “Foco do cenário” – “Agressor”: “Sim”: $F = 53, \% = 73.60$; “Não”: $F = 19, \% = 26.40$ versus “Foco do cenário” – “Ambos”: “Sim”: $F = 9, \% = 12.50$ versus “Não”: $F = 63, \% = 87.50$).

Tabela 16

Teste Q de Cochran para as proporções do foco do primeiro contrafactual num dado cenário

<i>Q</i>	<i>df</i>	<i>p</i>	<i>N</i>
57.290	2	.000 ^{***}	72

^{***}*p* < .001.

Tabela 17

Comparações múltiplas do Teste Q de Cochran

	Vítima	Agressor	Ambos
Vítima		1.000	.000 ^{***}
Agressor	1.000		.000 ^{***}
Ambos	.000 ^{***}	.000 ^{***}	

^{***}*p* < .001.

Passamos agora de seguida para a última parte desta análise inferencial: aquela referente ao foco do primeiro contrafactual em cada cenário.

3.2 Atribuição de culpa.

3.2.1 Consoante o foco do cenário.

Tendo em conta que, em cada cenário, os participantes atribuíram culpa tanto à vítima como ao agressor, a análise inferencial deste aspecto será discriminada por personagem. Por outras palavras, serão primeiro apresentados os resultados referentes à culpa atribuída à vítima e, de seguida, serão apresentados os valores dos testes realizados sobre a culpa atribuída ao agressor.

3.2.1.1 Culpa atribuída à vítima.

Em primeiro lugar, o efeito de foco do cenário (3 níveis: vítima, agressor, ambos) sobre a culpa atribuída à vítima de cada cenário, foi avaliado com recurso a uma ANOVA de medições repetidas a um factor, dado que a variável possui um desenho intra-sujeitos ou *within-subjects*, como referido anteriormente.

De forma a averiguar se o teste estatístico paramétrico pretendido seria o adequado neste contexto, foram avaliados os dois pressupostos de aplicação do mesmo: o pressuposto da normalidade, segundo o teste de Kolmogorov-Smirnov e o da esfericidade, segundo o Teste de Mauchly.

A testagem dos pressupostos indicou-nos que a variável dependente (i.e., culpa atribuída à vítima) não segue distribuição normal em nenhum dos grupos sob estudo ($p < .001$ para todos os grupos ou medições efectuadas), mas que, por outro lado, se verifica o pressuposto da esfericidade (W de Mauchly = 0.956, $\chi^2(2) = 3.131$, $p = .209$). As tabelas que expõem de forma mais detalhada estes resultados encontram-se no Anexo N.

Embora não se tenha verificado o pressuposto da normalidade, vamos evocar, de acordo com o referido em Marôco (2010), a robustez do método paramétrico (i.e., ANOVA) a utilizar, bem como o Teorema do Limite Central, e prosseguir com a apresentação dos resultados.

Assim sendo, a Tabela 18 apresenta-nos os resultados da ANOVA de medições repetidas sobre a culpa atribuída às vítimas dos cenários. Com efeito, conclui-se que o foco do cenário não produziu efeitos significativos na culpa atribuída à vítima ($F(2, 142) = 0.564$, $p = .570$, $MSE = 1.947$, $\eta^2_p = 0.018$, potência = 0.142).

Tabela 18

Análise de variância para a culpa atribuída à vítima, consoante o foco do cenário

Culpa	<i>g.l.</i>	<i>MSE</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	Dimensão do Efeito	Potência do Teste
Vítima	(2, 142)	1.947	0.564	.570	0.008	0.142

Poderíamos ficar satisfeitos com esta análise, já que Marôco (2010) destaca a robustez e potência dos testes paramétricos para detectar, ou não, diferenças significativas entre grupos.

Contudo, e embora a magnitude ou dimensão do efeito obtida seja média, de acordo com Cohen, 1988 (cit. por Marôco, 2010), a potência do teste é claramente diminuta e preocupante. Tendo em conta que o valor mínimo é de 0.80, um valor de 0.142 revela uma elevadíssima probabilidade de cometer um erro estatístico de Tipo II, ou seja, não rejeitar a hipótese nula quando esta é falsa (Marôco, 2010).

Assim, resolvemos recorrer à alternativa não-paramétrica à ANOVA de medições repetidas que, neste caso, é o Teste de Friedman – ou também denominado de ANOVA em ordens de Friedman, mais uma vez, segundo o procedimento descrito em Marôco (2010).

A Tabela 19 devolve-nos uma conclusão idêntica àquela já conseguida com a aplicação da ANOVA de medições repetidas em cima: a não rejeição da hipótese nula (H_0) e, assim, a conclusão de que, mais uma vez, não há evidência que permita afirmar que existe significância estatística na culpa atribuída à vítima, consoante o foco dos vários cenários ($Fr(2) = 0.985, p = .611$).

Corroborando assim os resultados da ANOVA anterior, tal dá-nos mais alguma certeza na conclusão de que não se deve rejeitar a hipótese nula neste caso.

Tabela 19

*Teste de Friedman para a culpa atribuída à vítima,
consoante o foco do cenário*

Culpa	<i>g.l.</i>	<i>Fr</i>	<i>p</i>
Vítima	2	0.985	.611

Se nos voltarmos a debruçar sobre os valores médios de culpa atribuída à vítima incluídos na Tabela 9, previamente analisada (“Foco do Cenário” – “Vítima”): $M = 2.07; DP =$

1.437; $Min = 1$; $Máx = 9$ versus “Agressor”: $M = 2.13$; $DP = 1.669$; $Min = 1$; $Máx = 9$ versus “Ambos”: $M = 2.31$; $DP = 1.684$; $Min = 1$; $Máx = 9$), perceberemos que os resultados destes testes estatísticos apenas vêm corroborar o que a Tabela 9 já nos havia indicado: a proximidade dos valores médios traduz-se numa ausência de diferenças significativas entre os mesmos.

A questão que se coloca agora é: e relativamente à culpa atribuída ao agressor, existirão diferenças significativas consoante o foco do cenário? Foi isso que fomos analisar de seguida.

3.2.1.2 Culpa atribuída ao agressor.

No que concerne à avaliação da significância do foco do cenário sobre a culpa atribuída ao agressor, optou-se uma vez mais por recorrer à ANOVA de Medições Repetidas a um factor.

No que diz respeito à testagem dos pressupostos da normalidade e da esfericidade, obtivemos resultados semelhantes aos apresentados previamente, ou seja, novamente a variável dependente, neste caso, a culpa atribuída ao agressor, não segue distribuição normal em nenhum dos grupos ou medidas sob estudo ($p < .001$ para todas as medições efectuadas), mas já o teste de Mauchly comprovou a verificação do pressuposto da esfericidade (W de Mauchly = 0.983, $\chi^2(2) = 1.205$ $p = .548$). As tabelas mais detalhadas destes testes encontram-se no Anexo O.

Mais uma vez evocando a robustez dos métodos paramétricos, bem como o Teorema do Limite Central (Marôco, 2010), passamos então agora à apresentação da Tabela 20 que contém os principais resultados da ANOVA de medições repetidas aplicada.

Tabela 20

Análise de variância para a culpa atribuída ao agressor, consoante o foco do cenário

Culpa	<i>g.l.</i>	<i>MSE</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	Dimensão do Efeito	Potência do Teste
Agressor	(2, 142)	1.370	3.679	.028*	0.049	0.669

* $p < .05$.

Os resultados deste teste já nos apontam num caminho contrário do que aqueles sobre a culpa atribuída à vítima, uma vez que foi produzida evidência estatística que corrobora a existência de significância do efeito do foco do cenário sobre a culpa atribuída ao agressor ($F(2, 142) = 3.679, p = .028, MSE = 1.370, \eta^2_p = 0.049, \text{potência} = 0.669$).

Chame-se ainda a atenção para uma potência do teste que, embora não superior a 0.80, já está mais próxima desse valor, o que nos permite ter mais confiança acerca dos resultados obtidos.

Tendo em conta que a hipótese nula da ANOVA de medições repetidas a um factor foi rejeitada, tal leva-nos a concluir que existe pelo menos um par de médias que são estatisticamente significativas.

Como forma de averiguar que par – ou pares – de médias diferem estatisticamente entre si, foi aplicado um Teste *post-hoc* de Bonferroni, dado que existem menos de quatro medidas a comparar, estando cientes da inflação de erro estatístico de Tipo I (Marôco, 2010).

A Tabela 21 apresenta-nos os resultados dessas comparações múltiplas, indicando diversos efeitos marginalmente significativos.

Parecem então existir diferenças marginalmente significativas nos valores médios de culpa atribuída ao agressor entre os cenários em que a vítima é a protagonista *versus* aqueles em que o agressor é o protagonista (“Vítima” – “Agressor”: $p = 0.053$) e ainda entre os cenários em que a vítima é o foco *versus* aqueles em que ambos são as personagens centrais (“Vítima” – “Ambos”: $p = .053$).

Tabela 21

Teste de Bonferroni para a culpa atribuída ao agressor, consoante o foco do cenário

	Vítima	Agressor	Ambos
Vítima		.053	.053
Agressor	.053		1.000
Ambos	.053	1.000	

A Tabela 9 apresentada anteriormente, com as médias de culpa atribuída às duas personagens, corroboram estes resultados, já que o valor médio da culpa atribuída ao agressor no cenário em que a vítima é a protagonista foi consideravelmente superior (“Personagem alvo de culpa” – “Agressor”: “Foco do cenário” – “Vítima”: $M = 8.35$; $DP = 1.050$; $Min = 5$; $Máx = 9$ versus “Foco do cenário” – “Agressor”: $M = 7.89$; $DP = 1.420$; $Min = 1$; $Máx = 9$ versus “Foco do cenário” – “Ambos”: $M = 7.89$; $DP = 1.400$; $Min = 1$; $Máx = 9$).

Note-se que, na comparação de médias entre os cenários em que o agressor é o protagonista e os cenários em que ambas as personagens são os protagonistas, a diferença é claramente não significativa (“Agressor” – “Ambos”: 1.000). Esta ausência de diferença é suportada pelos iguais valores médios de culpa atribuída ao agressor nestes cenários, apresentados na Tabela 9 e como se pode constatar no parágrafo imediatamente acima.

Estes resultados das comparações múltiplas indicam, de alguma forma, que o colocar o agressor em proeminência no cenário dando-lhe o papel de protagonista e, conseqüentemente, colocá-lo em proeminência no campo perceptivo dos participantes, teve influência na culpa que lhe foi atribuída.

Com efeito, sempre que a comparação de médias envolveu cenários centrados no agressor com cenários em que este não era o protagonista, os valores devolvidos foram significativos, ainda que marginalmente, como apresentado acima. No entanto, convém não esquecer que, tal como apresentado na Tabela 9 e sustentado na Tabela 11, o agressor foi mais culpado quando não era ele o protagonista.

Assim, tanto alguns dos resultados apresentados na parte da análise descritiva (Tabela 9) como parte daqueles apresentados na secção da análise inferencial (Tabelas 18, 19 e 20) infirmam a nossa hipótese de que o foco do cenário e, mais concretamente, o facto de dada personagem ser a protagonista, influenciaria a culpa que lhe seria atribuída.

A secção seguinte da presente dissertação, a Discussão, incluirá, neste seguimento, uma avaliação e interpretação mais aprofundadas destes resultados.

Passemos agora às análises inferências referentes à atribuição de culpa à vítima e ao agressor, mas tendo em conta a situação (i.e., acidente de viação, agressão física, assalto) propriamente dita.

Como as Tabelas 10 e 11 demonstraram parece que são os cenários de acidente de viação e assalto aqueles que mais estão a contribuir para os resultados contraditórios que encontrámos para o efeito de foco sobre a atribuição da culpa (Tabelas 6, 18, 19, 20 e 21), já

que é nos primeiros que a vítima foi, em geral, menos culpada e nos segundos em que foi mais culpada, com um padrão inverso a verificar-se para o agressor.

Além disso, quando a vítima era a protagonista de um cenário, o agressor foi, em média, mais culpado do que quando ela não o era. Tal verificou-se para os cenários de acidente de viação e agressão física e esteve perto de se verificar para os cenários de assalto.

Irão os testes estatísticos comprovar que as diferenças significativas para a culpa atribuída à vítima e ao agressor envolvem os cenários de acidente de viação e de assalto? Foi isso que se procurou testar e cujos resultados serão apresentados de seguida. Mais uma vez, as análises foram feitas primeiro para a culpa atribuída à vítima e só de seguida para a culpa atribuída ao agressor.

3.2.2 Consoante a situação.

3.2.2.1 Culpa atribuída à vítima.

Tendo em conta que a significância do tipo de situação sobre a culpa atribuída à vítima foi testada usando uma ANOVA de Medições Repetidas a um factor, os pressupostos requeridos (i.e., normalidade e esfericidade) tiveram primeiro de ser verificados. As tabelas respectivas encontram-se em anexo (Anexo P).

Novamente não se verificou a normalidade da distribuição da variável dependente para os grupos em estudo ($p < .001$ para todos os grupos ou medidas em estudo), mas verificou-se o pressuposto da esfericidade (W de Mauchly = 0.983, $\chi^2(2) = 1.202$, $p = .548$).

Evocando a robustez da metodologia paramétrica à violação suave dos pressupostos bem como Teorema do Limite Central, segundo Marôco (2010), prosseguimos então com a ANOVA de Medições Repetidas.

A Tabela 22 revela-nos que existem diferenças significativas na culpa atribuída à vítima consoante a situação em que essa vítima está inserida ($F(2, 142) = 7.275$, $p = .001$, $MSE = 1.780$, $\eta^2_p = 0.093$, potência = 0.932) e a Tabela 23 especifica este resultado através das comparações múltiplas, mostrando que é apenas entre os cenários de assalto e de acidente de viação que se verificam essas diferenças ($p = .002$), valor corroborado pelos valores médios da culpa atribuída à vítima nas supracitadas situações, incluídos na Tabela 10.

Tabela 22

Análise de variância para a culpa atribuída à vítima, consoante a situação

Culpa	g.l.	MSE	F	p	Dimensão do Efeito	Potência do Teste
Vítima	(2, 142)	1.780	7.275	.001**	0.093	0.932

** $p < .01$.

Tabela 23

Teste de Bonferroni para a culpa atribuída à vítima, consoante a situação

	Acidente de Viação	Agressão Física	Assalto
Acidente de Viação		.104	.002**
Agressão Física	.104		.233
Assalto	.002**	.233	

** $p < .01$.

3.2.2.2 Culpa atribuída ao agressor.

Começando uma vez mais pela verificação dos dois pressupostos necessários para a aplicação da ANOVA de Medições Repetidas a um factor, concluiu-se, como já tem sido hábito ao longo da presente análise de resultados, que a variável dependente em estudo não assume distribuição normal em nenhum dos grupos sob estudo ($p < .001$ para todos os grupos ou medidas em estudo). Por outro lado, o pressuposto da esfericidade foi verificado (W de Mauchly = 0.924, $\chi^2(2) = 5.549$, $p = .062$), o que, juntamente com a evocação da robustez dos métodos paramétricos à violação suave dos pressupostos, bem como Teorema do Limite Central, segundo Marôco (2010), nos permite continuar a com a apresentação dos resultados da ANOVA. As tabelas referentes a estes pressupostos encontram-se nos Anexo P.

Tabela 24

Análise de variância para a culpa atribuída ao agressor, consoante a situação

Culpa	<i>g.l.</i>	<i>MSE</i>	<i>F</i>	<i>p</i>	Dimensão do Efeito	Potência do Teste
Agressor	(2, 142)	1.315	6.827	.001**	0.088	0.916

** $p < .01$.

Tabela 25

Teste de Bonferroni para a culpa atribuída ao agressor, consoante a situação

	Acidente de Viação	Agressão Física	Assalto
Acidente de Viação		.006**	.001**
Agressão Física	.006**		1.000
Assalto	.001**	1.000	

** $p < .01$.

A Tabela 24, que inclui os resultados da análise de variância, indicam-nos que existem diferenças significativas entre as várias situações no que concerne à culpa atribuída ao agressor de cada uma dessas situações ($F(2, 142) = 6.827$, $p = .001$, $MSE = 1.315$, $\eta^2_p = 0.088$, potência = 0.916).

A Tabela 25, por sua vez, especifica entre que situações se verificam estas diferenças, já que a rejeição da hipótese nula na ANOVA nos indicou que existem pelo menos duas situações em que a culpa atribuída ao agressor assume significância estatística.

De acordo com a tabela, os cenários do acidente de viação são os que estão presentes em todas as diferenças estatisticamente significativas já que é entre esses cenários e os de agressão física ($p = .006$), por um lado, e entre esses cenários e os de assalto ($p = .001$), por

outro, onde essas diferenças se encontram, sustentando as diferenças já observadas entre os valores médios apresentados na Tabela 10.

E assim se conclui a análise de resultados da presente dissertação. Uma primeira análise dos mesmos, muito genérica, permitiu-nos contudo dar conta da produção prolífera de pensamentos contrafactuais por parte dos participantes (Tabela 2), produção essa que apresenta algumas regularidades e padrões como a forte preferência pelos contrafactuais ascendentes, a igual incidência na adição ou remoção de antecedentes ou ainda a tendência para a contrafactualização referente a uma única personagem, nomeadamente o agressor (Tabelas 1 e 3).

Por outro lado, as duas Tabelas 4 e 5 demonstraram que a produção de pensamentos contrafactuais por foco foi consideravelmente equilibrada, se bem que com uma ligeira desvantagem para os cenários centrados na vítima, padrão de resultados mais perceptível através da consulta da Tabela 5.

No que diz respeito às hipóteses em estudo, os resultados permitiram-nos concluir, por um lado, que se verificou claramente um efeito do foco do cenário lido pelo participante sobre os pensamentos contrafactuais que gerou para esse cenário. Este efeito traduziu-se nas Tabelas 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16 e 17.

Por outras palavras, quando determinada personagem, nomeadamente a vítima ou agressor, era protagonista de um dado cenário, foram feitos mais contrafactuais centrados nela, o primeiro contrafactual tendeu a se centrar no protagonista do cenário e, ainda, verificaram-se diferenças significativas consoante o número de cenários com uma dada centração entre os vários cenários. No que toca aos contrafactuais centrados em ambos, apesar de estes terem sido gerados mais esporadicamente, o efeito de foco também se verificou para eles, já que, quando ambos eram os protagonistas de um cenário, mais contrafactuais foram gerados centrados neles do que quando a vítima ou o agressor assumiram o papel principal (Tabela 6). No entanto, raramente foi o primeiro contrafactual gerado num cenário focado em ambos centrado em ambos, se bem que, ainda assim, houve mais primeiros contrafactuais centrados em ambos nos cenários com este foco do que houve nos cenários centrados na vítima ou no agressor (Tabelas 7 e 8).

Contudo, o efeito principal da variável foco do cenário sobre a culpa atribuída à vítima e ao agressor parece não ter ido de encontro às nossas hipóteses. Com efeito, não só não encontrámos diferenças significativas na culpa atribuída à vítima consoante o foco do cenário (Tabelas 18 e 19), como ainda percebemos que, tanto a vítima como o agressor, foram, em

média, mais culpados quando não eram os protagonistas do cenário do que quando eram (Tabela 9). No que diz respeito ao agressor, apesar de a ANOVA ter apontado diferenças significativas (Tabela 20), estas foram apenas marginalmente significativas, de acordo com o teste *post-hoc* de comparações múltiplas utilizado (Tabela 21).

Por fim, ao termos analisado a distribuição das atribuições de culpa por situação (i.e., acidente de viação, agressão física e assalto), e cujos resultados se encontram nas Tabelas 10, 11, 22, 23, 24 e 25, conseguimos obter alguma evidência de que pode ter sido o conteúdo dos cenários o responsável pela não verificação do efeito de foco do cenário sobre a culpa atribuída às personagens.

Com efeito, parecem ter sido os cenários de acidente de viação e de assalto os mais responsáveis, já que, nos primeiros, foi onde se verificou, em média, que a vítima foi menos culpada quando comparada com a culpa que recebeu nas restantes situações, bem como foi onde o agressor foi consideravelmente mais culpado, nomeadamente quando o cenário de assalto se centrou na vítima (Tabelas 10 e 11), o que ajuda a explicar esse valor contraditório que a Tabela 9 nos apresentou. Por outro lado, nos cenários de assalto, a situação inverteu-se com a vítima a ser, em média mais culpada que nas restantes situações e, principalmente, quando não era ela a protagonista, ao passo que foi nesse cenário que o agressor registou valores médios de culpa menores (Tabelas 10 e 11). Os testes estatísticos realizados e respectivas comparações múltiplas *post-hoc* (Tabelas 22, 23, 24 e 25) comprovaram as diferenças encontrados entre os cenários mencionados.

De referir ainda mais um motivo pelo qual o efeito de foco do cenário não se observou sobre a culpa atribuída: o facto de, em média, a culpa atribuída à vítima, independentemente da situação, não seguiu o foco do cenário, isto é, a vítima foi em média mais culpada nos cenários em que não foi a protagonista e um padrão semelhante de resultados foi observado para o agressor, com excepção do cenário de assalto. Contudo, o valor médio de culpa atribuída ao agressor no cenário do assalto em que ele é o protagonista está muito próximo do valor médio de culpa que lhe foi atribuída quando era a vítima a protagonista (Tabela 11).

Passamos agora à Discussão dos presentes resultados, de forma a podermos interpretá-los com mais detalhe e, possivelmente, chegar a diversas conclusões.

Discussão

A discussão referente aos resultados obtidos para efeitos da presente dissertação será dividida em quatro grandes partes.

Em primeiro lugar, será feito um resumo do objetivo do presente estudo, bem como das principais hipóteses de investigação. Segue-se uma síntese dos principais resultados encontrados. Esta última será, para efeitos práticos e de fácil consulta, dividida consoante o tipo de resultados que se estiver a reportar (i.e., resultados relativos aos contrafactuais gerados ou resultados relativos à atribuição de culpa). Em terceiro lugar, partiremos para uma apresentação daquilo que, na nossa opinião, são as principais limitações do presente estudo. Por fim, iremos tecer algumas considerações finais sobre a presente dissertação e, nesse seguimento, elaborar propostas para futuras investigações sempre que tal se revelar pertinente e necessário.

1. Objectivo e hipóteses

A presente dissertação insere-se no âmbito do pensamento contrafactual, com especial incidência no estudo do efeito de foco de um dado cenário (i.e., história em que vítima, agressor ou ambos são protagonistas), tendo assim procurado colmatar uma lacuna metodológica apontada por Kahneman e Miller (1986), a de que os cenários são frequentemente construídos tendo apenas a vítima como personagem principal.

O supracitado efeito de foco foi estudado sob dois grandes domínios. Por um lado, sob a mutabilidade das acções de dada personagem, ou seja, em relação aos contrafactuais gerados e, por outro lado, sob a culpa atribuída a essa personagem.

Hipotetizámos então que o ser personagem principal de um cenário levaria a que os participantes gerassem mais pensamentos contrafactuais sobre essa personagem do que quando esta não estava em proeminência, mas sim como elemento pertencente ao *background* contextual (e.g., Kahneman & Tversky, 1982; Kahneman & Miller, 1996; Mandel & Lehman, 1996).

Por outro lado, foi esperado por nós que ser o ator focal de um dado cenário e, por isso, estando em saliência, não só em termos da história em si, como também em termos do campo perceptivo dos participantes, aumentaria a culpa atribuída a esse ator e diminuiria a culpa atribuída ao ator secundário, já que seria mais fácil para o participante imaginar o ator

focal a ter agido de determinada forma e, com isso, a conseguir imaginar um desfecho diferente para o mesmo (e.g., Branscombe et al., 1996; Goldinger et al., 2003; Macrae et al., 2003; Roese, 2005).

2. Resultados e sua discussão

2.1 Geração de contrafactuais.

Apesar de alguns estudos já terem considerado a questão do foco ou da saliência na geração e produção de pensamentos contrafactuais (e.g., Branscombe et al., 1996; Kahneman & Tversky, 1982; Mandel & Lehman, 1996, Experiência 1; Martins, 2011, Experiências 1, 2, e 3 da Série IV), a verdade é que este tópico não é aquele que merece a maior atenção dos investigadores. Por outro lado, investigações em que o foco seja alternado entre vítima e agressor nos mesmos cenários não é necessariamente comum, sendo os estudos de Martins (2011) da Série IV mencionados acima dos poucos que se verificam nesta temática.

A escassez de estudos sobre esta temática parece verificar-se mesmo depois de Roese e Olson (1995a) mencionarem a saliência no seu modelo de dois estádios de geração contrafactual e de Kahneman e Miller (1986) terem refletido sobre a dominância das vítimas como atores principais dos cenários, tornando as suas acções mais mutáveis do que as dos agressores, que são mantidos como parte do *background*.

Assim sendo, a presente dissertação revela-se como uma tentativa de contribuir com mais um estudo em que a saliência ou foco assume um papel central, de modo a poder produzir mais evidência empírica sobre este factor na geração de contrafactuais.

Embora não tenhamos gerado hipóteses sobre esta questão, decidimos analisar e discutir estes resultados numa lógica descritiva e de caracterização genérica dos pensamentos contrafactuais gerados pelos participantes após a leitura dos cenários.

Deste modo, e relativamente a este tópico dos resultados, foi-nos possível constatar a inequívoca produção prolífera de pensamentos contrafactuais: 667 no total e uma média de 9 contrafactuais gerados por participante (Tabela 2 – $M = 9.28$; $DP = 2.888$), sendo que cada um podia gerar entre 3 (1 por cada cenário lido) e 15 contrafactuais (5 por cada cenário lido). Por outro lado, tal produção também se traduziu num equilíbrio no número de contrafactuais gerados consoante o foco dos cenários, ainda que com alguma tendência para a geração de mais contrafactuais nos cenários centrados no agressor e em ambos, segundo a Tabela 4

(“Foco do cenário” – “Vítima”: $F = 201$, $\% = 30.00$ versus “Agressor”: $F = 235$, $\% = 35.00$ versus “Ambos”: $F = 231$, $\% = 31.00$).

Neste seguimento, a literatura já avançou que a produção contrafactual é mais frequente após a ocorrência de eventos inesperados e/ou negativos e também excepcionais (e.g., Kahneman & Miller, 1986; Sanna & Turley, 1996; Wells et al., 1987), justamente o tipo de eventos que são descritos nos cenários por nós construídos.

Por outro lado, a instrução dada aos participantes - *“Quando alguma coisa corre mal, as pessoas muitas vezes imaginam que se algo tivesse acontecido de maneira diferente, então o resultado também teria sido diferente.”* – acaba também por estimular a produção contrafactual ao dirigir a sua atenção para aquilo que de negativo as situações apresentavam.

Segundo o modelo das duas etapas de geração de contrafactuais de Roese e Olson (1995a), poder-se-ia dizer que os resultados negativos foram o “motor” de todo o processo, na medida em que motivaram os participantes a imaginarem alternativas mais favoráveis (factor motivacional “valência do resultado”). Por outro lado, a mutação de antecedentes excepcionais, como a adopção de um caminho diferente, no sentido da norma, pode ter sido o meio encontrado pelos participantes para alterar o resultado e, assim, o que aconteceu teria sido evitado (factor de mutabilidade “excepcionalidade”).

Ainda, e como demonstrado pelas estatísticas descritivas incluídas na Tabela 1, a grande maioria dos pensamentos contrafactuais listados pelos participantes foram, segundo a sua direcção, do tipo ascendente (“Ascendentes”: $F = 663$; $\% = 99.4$). Dado o supracitado ênfase que foi colocado na valência negativa dos cenários, os participantes parecem ter procurado, assim, centrar-se em como os desfechos poderiam ter sido mais favoráveis, quer para a vítima quer para o agressor.

Roese e Olson (1997), a este propósito, referem algo bastante pertinente:

Counterfactual thinking is best understood as metaphorical avoidance, in which unpleasant circumstances are undone and replaced by more desirable alternatives. Thus, upward counterfactuals, in which a better outcome imaginatively replaces a more negative real one, represent the most common form of counterfactual thinking. (p. 29)

Neste sentido, McMullen e colaboradores (1995) referem também que, perante desfechos negativos, os participantes tenderam a gerar com mais frequência contrafactuais do

tipo ascendente e Roese e Olson (1997) constataram que a frequência dos contrafactuais ascendentes e descendentes varia em função da valência do resultado.

Ainda, verificou-se, ao analisar os números relativos aos contrafactuais centrados no agressor, independentemente do foco do cenário, que foi nesta personagem que os participantes mais se centraram para gerarem contrafactuais (Tabela 1 - “Agressor”: $F = 350$; $\% = 52.50$ versus “Vítima”: $F = 197$; $\% = 29.50$).

A perspectiva dos modelos mentais aplicada aos pensamentos contrafactuais diz-nos que, por um lado, para as acções, imaginamos duas alternativas quando as interpretamos (i.e., A – possibilidade pré-acção versus B – possibilidade pós-acção) e que, por outro, para os eventos controláveis e socialmente reprováveis também (A – possibilidade permitida versus B – possibilidade proibida) (Byrne, 2005; McCloy & Byrne, 2000).

Neste seguimento, parece que o agressor e os seus actos, na maioria dos cenários criados e devido às suas características, levaram os participantes a imaginar mais possibilidades a esses últimos, dispondo assim de mais informação que podiam utilizar para criar alternativas contrafactuais, tal como lhes era pedido.

Com efeito, a verdade é que não só existem acções do agressor que podem despoletar a consideração de duas possibilidades por parte dos participantes, como a escolha do caminho para casa (i.e., A – pré-acção: ia pelo mesmo caminho versus B – pós-acção: foi por um caminho diferente), como também existem actos controláveis e socialmente reprováveis ou inaceitáveis, tais como o não parar num sinal vermelho, nos cenários de acidente de viação (i.e., A – possibilidade permitida: a Joana para no sinal vermelho versus B – possibilidade proibida: a Joana não para no sinal vermelho).

Passando finalmente à discussão dos resultados referentes ao efeito de foco dos cenários sobre a geração dos contrafactuais, uma das hipóteses centrais da presente investigação, obtivemos evidência empírica do referido efeito neste domínio, que se traduziu por um maior número de contrafactuais centrados no protagonista do cenário onde esses contrafactuais foram produzidos (Tabela 6).

As análises inferenciais e comparações múltiplas *post-hoc* confirmaram o que os dados descritivos revelaram, ou seja, mostraram, por um lado, que existem diferenças significativas entre o número de contrafactuais gerados centrados no protagonista de um cenário e o número de contrafactuais gerados centrados em outras personagens (Tabelas 14 e 15) e mostraram ainda, por outro lado, que se verificou uma tendência para o primeiro

contrafactual produzido num dado cenário estar centrado no protagonista desse cenário (Tabelas 7, 8, 16 e 17), acabando por sustentar e corroborar o efeito de foco.

Esta série de resultados é assim uma replicação daqueles já encontrados na literatura referentes à saliência ou foco (a “*focus rule*” ou “regra do foco”), que nos diz que é mais fácil alterar mentalmente aspetos dos elementos centrais de uma história por estarem mais disponíveis e destacados, nomeadamente do ponto de vista perceptivo (Branscombe et al., 1996; Kahneman & Tversky, 1982; Mandel & Lehman, 1996, Experiência 1).

Quanto aos cenários centrados em ambos, embora a maioria dos pensamentos contrafactuais gerados não estivessem centrados nos dois e sim apenas na vítima ou no agressor exclusivamente, a verdade é que a produção de contrafactuais mencionando simultaneamente ambos os agentes foi maior nestes cenários do que nos centrados na vítima ou agressor (“Foco do Cenário” – “Ambos”: $F = 24$; $\% = 10.40$ versus “Vítima”: $F = 1$; $\% = 0.50$ versus “Agressor”: $F = 3$; $\% = 1.30$), tal como a Tabela 6 descreve em maior detalhe.

Sendo assim, consideramos que estão presentes alguns indícios que apontam no sentido de um efeito de foco do cenário sobre a geração de contrafactuais, no que diz respeito aos cenários centrados em ambos.

2.2 Atribuição de culpa.

De uma maneira geral, o agressor foi sempre mais culpado do que a vítima, independentemente do foco do cenário ou da situação propriamente dita, como nos indicou a Tabela 9.

A hipótese relativa à atribuição de culpa, segundo a qual o facto de uma personagem ser a protagonista de uma história e, por isso, estando em saliência na mesma, aumentaria a culpa atribuída a si e diminuiria a culpa atribuída à personagem secundária (e.g., Goldinger et al., 2003; Kahneman & Miller, 1986; Macrae et al., 2003; Roese, 2005), foi infirmada.

Com efeito, a análise de resultados deu-nos a entender claramente que o facto de uma personagem ser o actor focal de um dado cenário não aumentou a culpa que lhe foi atribuída, chegando mesmo dada personagem a ser mais culpada quando não era ela a protagonista da história – como o caso do agressor a quem foi atribuída mais culpa quando era a vítima a protagonista do cenário – ou quando dada personagem não era a única protagonista – como aconteceu com a vítima, que foi mais culpada nos cenários em que ambos eram os agentes centrais da história (Tabela 9).

Assim, apesar de se terem gerado mais contrafactuais centrados no protagonista de um dado cenário, não foi atribuída mais culpa a esse protagonista, tendo estes resultados indo no sentido contrário do que tínhamos hipotetizado.

Perante tal resultado, contrário ao que era esperado, decidimos analisar os valores obtidos referentes à atribuição de culpa à vítima e ao agressor, mas consoante a situação (i.e., acidente de viação, agressão física, assalto). Tal revelou-se extremamente útil já que nos devolveu valores interessantes que ajudam a explicar as inconsistências encontradas aquando da análise da atribuição de culpa por foco do cenário (i.e., vítima, agressor, ambos).

Ao observar os valores da culpa por situação, conseguimos constatar que são os cenários de acidente de viação e assalto os maiores responsáveis pelas diferenças observadas segundo o foco do cenário (Tabelas 10 e 11).

Passemos então agora a discutir esse mesmo conjunto de resultados, recorrendo à literatura pertinente sempre que tal se revelar necessário.

Convém, no entanto, chamar a atenção do leitor para o facto de, quando na discussão que se segue mencionarmos, por exemplo, que a vítima foi mais culpada em determinada situação, estamos a querer, na verdade, afirmar que, entre todas as vítimas de todas as situações, a essa vítima foi atribuída mais culpa. Isto aplica-se igualmente para o agressor.

2.2.1 Culpa atribuída à vítima.

Quanto à culpa atribuída à vítima, esta foi menos culpada, em média, nos cenários de acidente de viação e mais culpada nos cenários de assalto, como a Tabela 10 nos indicou.

Considerando o conteúdo de cada uma das situações ou histórias, consideramos ter uma explicação mais ou menos plausível que sustente tal resultado.

De facto, o único tipo de situação em que a vítima comete um acto considerado socialmente inaceitável – neste caso, mentir – é na de assalto: *“Ao atravessar uma dada rua naquele momento, Rita é abordada por um rapaz que lhe pede um cigarro. Rita nunca dá cigarros a estranhos e, por isso, mente e diz ao rapaz que não tem.”*

Tendo em conta o que já sabemos da literatura, nomeadamente segundo a perspectiva dos modelos mentais, que as acções controláveis e socialmente inaceitáveis são mais propícias à evocação de alternativas contrafactuais, devido ao facto de os sujeitos pensarem de imediato em duas possibilidades (i.e., a proibida e que, por isso, é reprovável: mentir e a permitida e aceitável: não mentir), tendo assim mais informação disponível com a qual pode simular

outros desfechos (Byrne, 2005; McCloy & Byrne, 2000), é possível percebermos a razão pela qual diversos contrafactuais gerados se centraram na mentira da vítima.

Foi, efectivamente, mais fácil para os participantes imaginarem a vítima a ter escolhido não mentir e a ter evitado aquilo que lhe aconteceu.

A posição dos modelos mentais não nos permite assim explicar porque é que esta mentira pode ter levado os participantes a atribuir mais culpa à vítima, mas explica-nos inegavelmente porque é que a mentira está mais disponível à mutação contrafactual.

Contudo, Roese (2005) afirmou, como já o apontámos, que a culpa atribuída a uma vítima varia em função da facilidade que o indivíduo apresenta em imaginar um desfecho diferente para aquela vítima se ela tivesse agido de forma diferente.

Se, segundo Byrne (2005) e McCloy e Byrne (2000), a geração e produção de alternativas contrafactuais é mais propícia após actos ou acontecimentos controláveis e socialmente reprováveis, então podemos perguntar até que ponto isso influenciou a culpa atribuída.

Mais concretamente, os participantes podem ter considerado a vítima mais culpada pelo que lhe aconteceu por esta ter deliberadamente mentido ao agressor, o Bernardo. Com efeito, muitos participantes elaboraram pensamentos do género: *“Se a Rita não tivesse mentido acerca de ter cigarros, então não teria acontecido nada de mal a ambos.”*: [Suj. 29].

No entanto, defendemos de novo que os modelos mentais não explicam necessariamente a questão da culpa, apenas da geração contrafactual e que a discussão deste conjunto de resultados deve ser feita com cuidado.

Alicke, Buckingham, Zell e Davis (2008), por sua vez, ao aplicarem o modelo do controlo culpável no campo do pensamento contrafactual, chegaram à seguinte conclusão: *“By itself, the knowledge that a harmful outcome could easily have been avoided does not predict blame (...) an outcome's mutability influences blame and related judgments when it is coupled with a basis for negative evaluations.”* (p. 1371).

Para os autores, uma “base” para avaliações negativas diz respeito a avaliações ou reacções negativas que surgem em resposta aos envolvidos num dado acontecimento, às suas intenções, acções ou mesmo às consequências destas últimas.

Esta base pode-se formar quando o agente faz algo por maldade, egoísmo, descuido, impulso, entre outros. Os autores dão o exemplo (Estudo 1) de um médico que não verifica corretamente os resultados de umas análises de uma paciente onde referia os medicamentos aos quais esta era alérgica. O médico receita-lhe assim um medicamento e a paciente morre horas depois de ingerir uma dose do mesmo.

Não só o desfecho é mutável – seria fácil pensar nesta situação: “Se o médico tivesse visto bem os resultados das análises, então a paciente estaria ainda viva.” – como também o médico teve controlo no que aconteceu pois foi por falha e negligência suas que não verificou bem o conteúdo dos resultados das análises, tendo assim receitado um medicamento que acabou por ser fatal para a paciente.

Alicke e colaboradores (2008) defendem também que as conclusões obtidas através de estudos prévios sobre a aplicação do pensamento contrafactual a eventos negativos ou dolorosos, nomeadamente que uma pessoa que cause mal a outra será mais culpada quando é fácil imaginar alternativas mais favoráveis ou que a uma pessoa que sofra de alguma forma será atribuída mais simpatia se o desfecho for mutável, não explicam exactamente quais os tipos de factores mutáveis mais prováveis de influenciar as atribuições de culpa.

Assim, estes autores afirmam que não é apenas a mutabilidade de um resultado que afecta as atribuições de culpa; tal é uma condição necessária, mas não suficiente. É então também requerido que determinado ator tenha tido algum tipo de controlo sobre o desfecho e que, daí, surjam avaliações negativas (i.e., a supracitada “base”) ao que fez.

Por outras palavras, as reacções afetivas mais fortes que surgem por um determinado desfecho ser mutável vão interagir com a base de avaliações negativas associada a dado ator que teve algum controlo na ocorrência desse desfecho, amplificando assim a culpa que lhe é atribuída, pois não só é mais fácil imaginar esse ator a agir de forma diferente e, assim, a não ter contribuído para aquele desfecho, como também é fácil avaliá-lo negativamente pelo envolvimento que teve no sucedido, seja porque foi impulsivo, egoísta, descuidado, entre outros (Alicke et al., 2008).

Assim sendo, parece que, apesar de a Rita ser descrita como aquela que é vitimizada, o facto de mentir deliberadamente porque não queria dar o cigarro a um estranho e, dessa forma, cometer um acto socialmente reprovável, fez com que os participantes considerassem que teve algum controlo naquilo que ocorreu, como o contrafactual reportado acima parece indicar.

Além disso, esse mesmo contrafactual mostra claramente que o desfecho negativo (i.e., a Rita ser assaltada e, posteriormente, atropelada) foi alvo de mutação tendo como antecedente a mentira da Rita, na medida em que, se esta não tivesse mentido e tivesse dado o cigarro, então provavelmente nada daquilo teria acontecido.

Desta forma, pode-se ter criado uma base segundo a qual os participantes puderam fazer avaliações negativas acerca da Rita e isso, juntamente com a mutabilidade do desfecho, aumentou a culpa que lhe foi atribuída, comparativamente às outras situações.

Um valor que vai no sentido desta interpretação prende-se com a média de culpa atribuída à vítima neste cenário de assalto em que o agressor é o protagonista. Nesse cenário em específico, visto que a história é contada sob o ponto de vista do agressor – o Bernardo – não é referido que a vítima mentiu, e foi nesse cenário em concreto que a vítima foi menos culpada, de entre todos os cenários de assalto. Por outras palavras, a informação de que a vítima mentiu apenas é referenciada nos cenários em que ela ou em que ambos são os atores focais e foi nesses dois cenários em que a culpa à vítima atingiu os valores mais elevados.

Depreendemos daqui que parece que, inadvertidamente, direcionámos à atenção dos participantes para a vítima nos cenários de assalto numa maior escala do que fizemos para os cenários de acidente de viação e agressão física, tendo assim aumentado a mutabilidade percebida das acções da vítima – neste caso, a sua mentira – aumentando assim a culpa que lhe foi atribuída e indo de encontro aos resultados do Estudo 2 de Creyer e Gürhan (1997) ou às considerações de Seelau e colaboradores (1995).

2.2.2 Culpa atribuída ao agressor.

No que toca à culpa atribuída ao agressor, o padrão inverso de resultados foi verificado, isto é, em média foi mais culpado nos cenários de acidente de viação e menos culpado nos cenários de assalto.

Recorrendo novamente à teoria dos modelos mentais sobre esta questão, cita-se neste seguimento o “princípio das possibilidades proibidas” – *principle of forbidden possibilities* – em Byrne (2005): “People think about a forbidden possibility as well as the permitted possibility to understand an obligation.” (p. 74), para explorar o facto de, nos cenários de acidente de viação, o agressor ter inequivocamente quebrado uma obrigação, imposta por uma regra ou lei do Código da Estrada: o ter de parar perante um semáforo que estava vermelho.

Pensando nas duas possibilidades quando interpretam aquilo que o agressor (i.e., Joana) fez – proibida: não parar no semáforo; permitida: parar no semáforo – os participantes dispuseram, de imediato, de uma possibilidade contrária, a permitida, que lhes permitiu concluir que a Joana devia ter parado no semáforo vermelho, como ditam as regras: “*Se a Joana não tivesse acelerado ao ver o carro da Mariana, então não teriam colidido.*”: [Suj. 4]; “*Se a Joana tivesse parado no semáforo, então não teria havido acidente.*”: [Suj. 5].

Mais uma vez se faz as advertências delineadas aquando da discussão dos resultados referentes à culpa atribuída à vítima (i.e., a posição dos modelos mentais não explica necessariamente as atribuições de culpa), mas mais uma vez, também, se questiona até que

ponto a facilidade em gerar contrafactuais sobre o “acto proibido” de Joana não influenciou a culpa que lhe foi atribuída nos cenários de acidente de viação, no seguimento da também já mencionada afirmação de Roese (2005).

Novamente se evoca o modelo de controlo culpável aplicado ao pensamento contrafactual presente em Alicke et al. (2008) e que se aplica perfeitamente a este caso: não só Joana conduzia a alta velocidade, como também quebrou o Código da Estrada. Com efeito, foram alguns os participantes que mencionaram, nos contrafactuais que geraram, o facto de a Joana não se ter acalmado após a discussão com o namorado, como este exemplo o demonstra. “*Se a Joana tivesse tido mais calma, então teria evitado pôr em perigo a vida de várias pessoas.*”: [Suj. 70].

Como corolário referimos que, não só o desfecho era facilmente mutável, ou seja, foi aparentemente fácil para os participantes imaginarem formas em que o acidente não teria ocorrido se a Joana tivesse agido de forma diferente, como também foi relativamente fácil para eles avaliarem a Joana de forma negativa por esta ter conduzido descontrolada e por não ter querido parar no semáforo vermelho, tendo assim desrespeitado as regras de trânsito e, como o contrafactual do parágrafo anterior o reporta, ter posto em perigo a vida de outrem.

Foi, então, a sua negligência enquanto condutora em interação com a mutabilidade do resultado que amplificou consideravelmente a culpa atribuída à Joana.

Além disso, os cenários tornam consideravelmente explícito esse facto, provavelmente tendo dirigido ainda mais a atenção dos sujeitos para o agressor, mesmo quando era a vítima a protagonista da história: “*O automóvel não parou quando o semáforo estava vermelho e deslocava-se a alta velocidade.*”: [Cenário centrado na vítima]; “*A conduzir a alta velocidade, Joana não quis parar quando o semáforo de um cruzamento estava vermelho. (...) Joana, enraivecida, ao ver esse carro a atravessar o cruzamento, em vez de travar, acelerou ainda mais, colidindo assim com esse veículo.*”: [Cenário centrado no agressor]; “*A conduzir a alta velocidade, Joana não quis parar quando o semáforo desse cruzamento estava vermelho. Joana, enraivecida, ao ver o carro de Mariana a atravessar esse cruzamento, em vez de travar, acelerou ainda mais.*”: [Cenário centrado em ambos].

Assim, e continuando a seguir o raciocínio de Alicke et al. (2008), tal como nos cenários de assalto certas acções da vítima estavam mais disponíveis à mutação contrafactual (i.e., a escolha do trajeto para casa e a mentira sobre o não ter cigarros), também nos cenários de acidente de viação isso se verificou para o agressor (i.e., a escolha do caminho para casa e o não ter parado no sinal vermelho). A isto se liga a base para avaliações negativas que, juntas, fizeram com que, de todas as vítimas, a mais culpada fosse a Rita (i.e., dos cenários de

assalto) e, de todos os agressores, a mais culpada fosse a Joana (i.e., dos cenários de acidente de viação), respectivamente.

É importante mencionar a questão de que, nos cenários de acidente de viação, em que a vítima recebeu, em média, menos culpa, quando comparada com as vítimas dos outros tipos de situação, a base para avaliações negativas da mesma não estava exactamente presente como estava no cenário do assalto pois não houve qualquer acto socialmente reprovável e o mesmo se refere para os cenários de agressão física. Sendo assim, o facto de ela ser a protagonista, e/ou das suas acções serem mutáveis, não aparentou ser um bom preditor da atribuição de culpa, tal como Alicke et al. (2008) referem. Com efeito, nos cenários de acidente de viação e de agressão física, pode-se dizer que a vítima estava “no local errado à hora errada”.

Quanto ao agressor, a base para avaliações negativas, tendo em conta que quem causa o infortúnio e comete os actos reprováveis é ele, está sempre presente seja em que situação for, juntamente com as acções mais disponíveis a serem contrafactuais, mas talvez nos cenários de acidente de viação, a atenção dirigida sobre o agressor fosse maior por, nomeadamente, ter quebrado uma obrigação explícita (i.e., não parar quando o semáforo está vermelho) (Creyer & Gürhan, 1997), fazendo assim com que os participantes se focassem mais nele, mesmo não sendo ele o protagonista.

Voltando à afirmação de Nario-Redmond e Branscombe (1996), já referida no enquadramento teórico, de que existe uma relação direta entre o número de contrafactuais acerca do perpetrador (agressor) ou da vítima e o grau de responsabilidade atribuído a cada um deles, não se pode dizer que tal se tenha verificado na presente investigação.

Se analisarmos os valores gerais, isto é, sem considerar o foco do cenário ou o tipo de situação, vemos que, de facto, a maioria dos contrafactuais gerados foi centrada no agressor (Tabela 1) e que, em média, ele foi a personagem mais culpada (Tabelas 9, 10 e 11), como apresentado anteriormente. Contudo, ao nos debruçarmos sobre os valores discriminados consoante o foco dos cenários, já vemos que a afirmação dos autores não é aplicável, uma vez que, nos cenários em que a vítima foi a protagonista, embora mais contrafactuais tenham sido gerados sobre ela, a verdade é que ela não foi mais culpada que o agressor.

Ainda assim, é relevante chamar a atenção para o facto de que Nario-Redmond e Branscombe (1996) usam o termo “responsabilidade” e não exactamente “culpa” como nós o fazemos e, por isso, a sua afirmação pode não ser necessariamente aplicável nesta situação.

Foi a este tópico, referente à definição do constructo “culpa”, que nos propusemos dedicar de seguida.

2.2.3 Sobre a definição do constructo “culpa”.

“(…) it is critically important that all the participants in the enterprise speak the same conceptual language”

(Shaver & Drown, 1986, p. 702)

Foi usado, ao longo de toda a dissertação, o termo “culpa” para designar o julgamento atributivo feito pelos participantes às personagens envolvidas nos vários cenários (i.e., vítima e agressor).

Com efeito, a pergunta feita, nos vários cadernos construídos e para cada cenário lido não deixa dúvidas quando à questão que colocámos aos participantes: *“Numa escala de 1 (“Nada culpado(a)”) a 9 (“Totalmente culpado(a)”) indique, na sua opinião, quão culpado(a) é [nome da personagem] pelo sucedido (faça um círculo à volta do número escolhido)”*.

No entanto, esta questão pode ser controversa pela utilização do termo propriamente dito, já que existem diversos autores, como Shaver e Drown (1986), que referem o seguinte: *“(…) causality, responsibility and blameworthiness are conceptually distinct. Such differences, however, have not been incorporated into the social psychological literature; this reduces the clarity with which the results of one study can be compared with those of others in the area.”* (p. 697).

Os autores citam assim neste artigo a teoria da atribuição de culpa de Shaver de 1985 para distinguirem o que consideram ser três termos distintos, mas frequentemente confundidos: causalidade, responsabilidade e culpa.

Quanto ao primeiro (i.e., causalidade), referem que se trata de um antecedente ou série de antecedentes que é suficiente para a ocorrência de dado resultado ou desfecho; este antecedente envolve normalmente um agente, neste caso, um indivíduo.

A responsabilidade, por sua vez, é “a label applied to the outcome of a process” (p. 701), ou seja, é um julgamento feito pelo sujeito acerca de um ou mais dos atores envolvidos que tem em conta diversas dimensões, a saber: (a) contribuição causal para a ocorrência do desfecho; (b) consciência das consequências da sua acção; (c) intenção de despoletar tal desfecho; (d) ausência de coação externa e (e) reconhecimento da imoralidade da acção.

Shaver e Drown (1986) referem que a responsabilidade atribuída a dada(s) pessoa(s) deverá aumentar à medida que aumentem as percepções do sujeito (observador) nestas cinco dimensões.

Por fim, a culpa prende-se com a atribuição feita depois de o sujeito avaliar, e não aceitar, a justificação do(s) agente(s) de que não tinha(m) intenção de que aquilo acontecesse ou que o seu acto não é moralmente reprovável.

Dadas as definições acima, pode ser compreensível a confusão conceptual que muitas vezes existe, principalmente entre os conceitos de responsabilidade e de culpa, que parecem estar consideravelmente próximos. Contudo, a atribuição de culpa parece ser posterior à atribuição da responsabilidade, se nos guiarmos por este modelo de Shaver.

Assim, o que estará na verdade a ser avaliado no presente estudo? Será a causalidade? A responsabilidade? A culpa?

Tendo em conta que esta é apenas uma proposta teórica por nós escolhida para abordar esta questão, e tendo também em consideração que a culpa, como Shaver e Drown (1986) a definem, envolve um depoimento ou declaração por parte do(s) agente(s) envolvido(s) e sob escrutínio, parece que o que está a ser verdadeiramente medido é a responsabilidade e não a culpa, apesar da utilização desta última nas questões colocadas aos participantes.

De facto, os participantes não tiveram acesso a quaisquer declarações “extra-cenários” dos atores envolvidos; pela lógica descrita acima, não puderam chegar à atribuição de culpa propriamente dita, apenas à de responsabilidade. A responsabilidade é, efectivamente, o constructo mais completo dos três apresentados já que envolve dimensões da agência, controlabilidade sobre o resultado, reconhecimento da imoralidade da acção, entre outros.

Por outras palavras, os participantes podem ter avaliado a questão de outra forma do que aquela pretendida por nós, se nos guiarmos pelo que Shaver e Drown (1986) referiram, e atribuído responsabilidade em vez de culpa, o que, à primeira vista podendo parecer dois vocábulos que designam o mesmo, não são exactamente iguais.

Adotando esta perspectiva incluída em Shaver e Drown (1986), o modelo do controlo culpável apresentado, entre outros trabalhos, em Alicke et al. (2008), parece que está mais a falar de responsabilidade do que culpa propriamente dita já que envolve questões como a intenção do agente em causar o resultado, controlabilidade, entre outros.

Concluimos neste ponto a discussão dos resultados propriamente ditos da presente investigação, passando de seguida à terceira e última parte desta Discussão e que se prende

com o apontar daquilo que, para nós, constituem as principais limitações do presente estudo, bem como o avançar de propostas para futuros estudos nesta área.

3. Limitações

A presente investigação revela diversas limitações que devem ser mencionadas e exploradas, no sentido de melhor se perceber os seus pontos fracos que, no futuro, poderão e deverão ser evitados ou melhorados.

3.1 Codificação dos contrafactuais.

Uma das limitações mais claras prende-se com o facto de a codificação dos pensamentos contrafactuais gerados pelos participantes após a leitura dos vários cenários ter sido feita por um juiz envolvido na investigação, ou seja, conhecedor dos objetivos e hipóteses sob estudo, tendo apenas recorrido a um segundo juiz quando dúvidas surgiram.

De uma maneira geral, nos trabalhos aos quais tivemos acesso durante a nossa pesquisa bibliográfica (e.g., Catellani & Milesi, 2001; Martins, 2011; Wells & Gavanski, 1989; Wells et al., 1987), a codificação de contrafactuais gerados pelos participantes foi feita por dois juízes independentes e cegos quanto ao que estava a ser estudado, tendo as discrepâncias sido resolvidas através de discussão.

Contudo, tal não nos foi possível fazer para a presente dissertação, nomeadamente no que diz respeito aos limites de tempo impostos para a sua completude, tendo assim recorrido a este método que contém os seus potenciais riscos, nomeadamente os chamados efeitos de expectativa. Estes efeitos dizem respeito ao facto de o investigador poder agir de forma enviesada, por exemplo no registo e interpretação dos seus dados, por ter conhecimento das hipóteses em estudo e do que a literatura já avançou sobre o seu tema, existindo assim a possibilidade de desenvolver expectativas de como os participantes se podem comportar e de que resultados obter (Shaughnessy, Zechmeister, & Zechmeister, 2010).

No caso específico desta dissertação, possíveis efeitos de expectativa podem ter a ver com o ter-se em mente o efeito de foco que nos diz que é mais fácil gerar contrafactuais sobre aspetos relacionados com os elementos focais de um dado cenário (Kahneman & Tversky, 1982) ou o facto, avançado por alguns autores (e.g., Roese, 2005), que o imaginar facilmente a vítima a agir de forma diferente aumentaria a culpa que lhe é atribuída.

Como referido na parte dedicada à explicação do processo de codificação dos contrafactuais, no que diz respeito ao foco, aqueles casos em que uma personagem era referida no antecedente e outra no conseqüente (e.g., “*Se o namorado nunca tivesse feito uma cena de ciúmes, então a Joana não teria entrado numa discussão com ele.*”: [Suj. 17]) foram codificados como tendo o foco na primeira personagem mencionada. Possivelmente, juízes independentes poderiam ter codificado de outra forma e, aí, os resultados referentes a este aspecto poderiam ter sido diferentes.

Por outro lado, a classificação dos contrafactuais quanto à sua direcção (i.e., ascendentes ou descendentes) ou estrutura (i.e., aditivos, subtractivos ou substitutivos) podia também diferir para outros juízes, alterando os resultados e, possivelmente, algumas das conclusões obtidas.

Contudo, tendo em conta que os critérios utilizados para a codificação dos pensamentos contrafactuais nestas categorias são objetivos e reportados na literatura por outros autores nos quais nos baseámos (Roese & Olson, 1993a; Roese & Olson, 1993b; McMullen et al., 1995), consideramos ter confiança nos mesmos e, conseqüentemente, nas classificações efectuadas.

3.2 (A não) Validação do material usado.

Tendo em conta que construímos nove cenários diferentes para a presente dissertação, com focos e situações distintos (i.e., situações de acidente de viação, agressão física e assalto com foco na vítima, agressor e ambos), consideramos neste ponto que uma abordagem exploratória de validação do material teria sido consideravelmente útil e poderia ter prevenido, por exemplo, as diferenças encontradas em termos das características das histórias, apontadas acima, como a mentira da vítima nos cenários de assalto.

Embora tenhamos construído todo o material (i.e., os cenários, as tarefas de geração de contrafactuais e de atribuição de culpa) com base na literatura, tal como mencionado previamente na secção do Método, a verdade é que, nomeadamente por limitações temporais e de outras ordens, não nos foi possível efectuar a validação dos cenários a utilizar, tendo isso, na nossa opinião, constituído uma limitação da presente dissertação que não pode, de maneira alguma, ser ignorada.

Assim sendo, os cenários que construímos com o objetivo de serem réplicas o mais fieis possível uns dos outros, acabaram por não o ser, como já demonstrado previamente, nomeadamente no que à descrição da vítima, do agressor e dos seus actos dizem respeito.

Acreditamos que um estudo exploratório prévio de validação do material teria sido útil neste sentido e, muito possivelmente, teria ajudado a identificar estas diferenças, podendo assim ter sido corrigidas antes da aplicação propriamente dita dos cenários.

Formando um pensamento contrafactual, que não se podia revelar mais pertinente no contexto da presente dissertação: se tivéssemos procedido à validação do material, então talvez as diferenças entre os vários cenários teriam sido encontradas e corrigidas atempadamente.

Os três estudos da Série I de Martins (2011), por exemplo, revelam que foi feita uma validação do material a utilizar nos estudos seguintes.

4. Considerações finais e propostas para futuros estudos

Embora na presente dissertação o efeito de foco dos cenários se tenha verificado sobre os contrafactuais gerados pelos participantes, na medida em que foram gerados mais contrafactuais centrados no protagonista de dado cenário, especialmente no que diz respeito aos cenários em que a vítima ou o agressor são protagonistas, a verdade é que tal efeito de foco não foi verificado no que diz respeito à atribuição de culpa.

Por outras palavras, o gerar mais contrafactuais sobre dada personagem não implicou necessariamente uma maior atribuição de culpa à mesma, especialmente no que à vítima diz respeito: não só o agressor foi sempre mais culpado do que a vítima, independentemente do foco ou da situação, tal como o indicou a Tabela 9 (“Personagem alvo de culpa” – “Vítima”: $M = 2.17$, $DP = 1.597$, $Min = 1$, $Máx = 9$ versus “Agressor”: $M = 8.04$, $DP = 1.313$, $Min = 1$, $Máx = 9$). Por outro lado, a mesma tabela revelou que as personagens receberam também, em média, valores menores de culpa quando eram as protagonistas do que quando não eram.

Esta série de resultados faz-nos pensar num paralelismo com estudos de causalidade. A relação entre contrafactuais e causalidade tem sido algo polémica e controversa, dando aso a muitas reflexões e trabalhos sobre o tema (para uma revisão ver, por exemplo Roese & Olson, 1995a). Para Kahneman e Varey (1990), todos os contrafactuais condicionais são afirmações causais: “Counterfactual assertions rest on causal beliefs, and causal attributions invoke counterfactual beliefs, for example, about what would have happened in the absence of a putative cause.” (p. 1101).

Wells e Gavanski (1989) concluíram, através de dois estudos, que o raciocínio causal é influenciado por pensamentos do que poderia ter sido, referindo: “For an event to be judged as causal, it must be psychologically mutable” (p. 161).

Com efeito, os autores consideram que um evento é julgado como tendo causado um determinado desfecho se mutações a esse evento alterarem esse desfecho. Assim, Wells e Gavanski (1989) falam dos “default events” como aqueles eventos que se apresentam como mutações contrafactuais altamente disponíveis para o indivíduo: quanto mais esse “default event” alterar o resultado, então mais importância causal irá ser atribuída ao evento factual (i.e., o que realmente aconteceu), ou seja, mais esse evento factual será considerado como a causa de dado desfecho.

Como corolário, se esse “default event”, ou seja, se essa mutação contrafactual, pouco ou nada alterar o resultado porque, por exemplo, o resultado é visto ou descrito como imutável, então o evento factual não será revestido de tanta significância causal.

É, então, possível especular até que ponto a “retirada” do agressor da história, aquando da mutação contrafactual, ou a alteração mental de algum dos seus actos que modificasse o que aconteceu á vítima, não esteve na base da maior atribuição de culpa ao mesmo. Por outras palavras, os participantes podem ter raciocinado que, se o agressor não estivesse presente naquele local ou não tivesse tido dado comportamento, que o resultado teria sido diferente, investindo-o a ele ou às suas acções de maior valor causal no sucedido (e.g., “*Se o Bernardo tivesse escolhido outro caminho, então ninguém sofria com o acidente.*”: [Suj. 27]).

N’gbala e Branscombe (1995), por sua vez, reexaminou a posição de Wells e Gavanski (1989) apresentada acima e comprovaram empiricamente que “people focus on different aspects of events when they simulate or make causal attributions” (p. 139), tendo assim constatado que os participantes alteraram mais a causa necessária de dado evento, especialmente quando esta era imoral (Experiência 1) ou controlável (Experiência 2), mas que, por outro lado, atribuíram mais culpa à causa suficiente.

Os autores concluíram que a heurística de simulação, envolvida no pensamento contrafactual, e as atribuições causais são assim dois processos diferentes que conduzem os sujeitos a conclusões diferentes: “(...) the current studies reveal that the mutated event and the event assigned highest causality need not match.” (p. 158), querendo assim significar que, quando os sujeitos alteram determinado antecedente ao gerar um pensamento contrafactual, conseguem mesmo assim identificar corretamente a causa do sucedido.

Mais concretamente, N'gbala e Branscombe (1995) concluíram que variáveis como a necessidade ou a suficiência de uma causa não foram consideradas por Wells e Gavanski (1989) e que foram elas que podem ter determinado resultados destes últimos.

Neste seguimento, Mandel (2003b) apresenta a sua “Judgment Dissociation Theory” cuja premissa fundamental é a de que existem dissociações entre os focos dos julgamentos e raciocínios causais, contrafactuais e covariados.

Seguindo a mesma linha de N'gbala e Branscombe (1995), o raciocínio causal tende a centrar-se em factores suficientes para se dar tal desfecho, ou seja, que tenham desempenhado um papel decisivo. Assim, para Mandel (2003b), este tipo de raciocínio procura explicar o desfecho propriamente dito e não em mencionar um tipo de desfecho semelhante que também poderia ter sido possível ou provável, como ocorre no raciocínio contrafactual. O autor refere-se a esta última consideração como o “actuality principle”.

Assim, Mandel (2003b) também defende que os raciocínios do tipo causal e contrafactual servem funções distintas e que se centram em tipos de antecedentes distintos, mostrando assim que os sujeitos conseguem considerar ambos de forma diferente e que um não é sinónimo do outro. A este propósito, refere: “By diversifying the foci of causal, counterfactual, and covariational reasoning, reasoners are likely to arrive at a much fuller description of the critical and decisive events in a relevant case.” (p. 430).

Mandel e Lehman (1996), por sua vez, também já tinham defendido algo semelhante numa série de 3 estudos. Os autores concluíram que as mutações contrafactuais e, conseqüentemente, os pensamentos deste tipo, envolvem mais atribuições de prevenção do que de causalidade, já que muitas vezes, ao pensar como é que o desfecho poderia ter sido prevenido, a causa do mesmo não é necessariamente alterada.

Perante isto, perguntamos: que implicações têm os estudos acima para a interpretação e análise dos nossos resultados sobre a atribuição de culpa? Terão os participantes conseguido identificar corretamente a causa dos vários sucedidos como partindo do agressor, de um acto seu, apesar de alterarem outro tipo de antecedentes (e.g., o caminho excepcional escolhido pela vítima) que, embora possam ter sido necessários para os desfechos se darem, não eram as verdadeiras causas destes últimos?

Tal poderia explicar a tendência clara dos participantes em culparem mais o agressor pelos vários tipos de sucedidos (i.e., acidente de viação, agressão física ou assalto). Com efeito, podem ter concluído que dada acção poderia ter prevenido o resultado, como a vítima ter escolhido o seu caminho habitual ou o agressor se ter conseguido controlar

emocionalmente de forma a não ter feito o que fez, mas que, ainda assim, não foi isso a causa envolvida nos vários infortúnios.

Segundo a teoria de Mandel (2003b), o raciocínio causal centra-se em perceber ou explicar os processos que produziram um resultado específico. Neste seguimento, os participantes elaboraram os pensamentos contrafactuais porque foi isso que lhes foi pedido, mas, na altura de atribuir a culpa, podem ter procurado o factor suficiente que verdadeiramente permitia explicar porque é que aquilo aconteceu, tendo então encontrado esse factor nos actos do agressor e, conseqüentemente, culpando-o mais.

Copi (1982 cit. por N'gbala e Branscombe, 1995) defende o argumento de que, para uma causa ser necessária, tem que estar sempre presente quando dado efeito ocorre, mas no entanto não é suficiente e, portanto, necessita que outros factores estejam presentes. Já uma causa suficiente consegue causar o resultado, mas o resultado também se pode dar se essa causa estiver ausente. Quanto ao primeiro caso, fala-se no oxigénio que é uma causa necessária para que se dê uma combustão, no entanto não é suficiente pois é necessário mais do que simplesmente oxigénio para a combustão ocorrer. No que diz respeito ao segundo caso, se a alguém é administrada uma dose fatal de um dado medicamento e essa pessoa morre, então a dose foi uma causa suficiente porque ela sozinha causou a morte, mas, no entanto, não é uma causa necessária pois existem outras formas de causar a morte a alguém, não tem que ser obrigatoriamente uma dose fatal de uma substância.

Nos cenários por nós criados, a vítima termina sempre no hospital com ferimentos graves na sequência de um acidente de carro, ser agredida fisicamente ou ser assaltada. Seguindo o raciocínio acima, é possível que os participantes tenham visto o agressor ou algum dos seus actos como uma causa suficiente do sucedido, sendo que apenas ele chegou para causar dado infortúnio. Contudo, estas três situações não são as únicas capazes de enviar alguém para o hospital com ferimentos graves, por isso esta causa não será necessária.

Podemos estar, de facto, na presença de dois processos cognitivos distintos – contrafactual e causal – tal como N'gbala e Branscombe (1995) apontaram que, assim, explicariam estas discrepâncias entre o efeito de foco sobre os contrafactuais gerados e as atribuições de culpa às vítimas e aos agressores dos vários cenários.

Assim, perante estas investigações, se tivéssemos colocado aos participantes, além da atribuição de culpa, uma questão de qual, na sua opinião, teria sido a causa dos infortúnios, provavelmente os actos do agressor estariam entre as causas mais referenciadas.

Contudo, a variável “causalidade”, como mencionado anteriormente, não foi contemplada ou manipulada na presente investigação e, assim, não podemos tecer conclusões sólidas acerca dos possíveis efeitos da mesma, apenas especulações.

Não obstante, somos da opinião que seria extremamente relevante se futuros estudos ligassem os contrafactuais, a causalidade e a atribuição de culpa, de forma a ajudar a esclarecer a relação entre este tipo de pensamentos e a causalidade, por um lado, e para procurar expandir e/ou replicar resultados já encontrados neste domínio (e.g., Wells et al., 1987; Wells & Gavanski, 1989), por outro.

Por outro lado, Petrocelli e colaboradores (2011) desenvolveram um conceito que denominaram “potência contrafactual”. Segundo os mesmos: “We believe that CP [counterfactual potency] as we define and measure it captures the essence or substance of what makes a counterfactual thought seem plausible, and thereby influential.” (p. 33). A relevância deste constructo é então a de conseguir prever o impacto e efeito de um pensamento contrafactual, ou de uma série de contrafactuais, em determinados julgamentos e reacções afetivas do indivíduo. Os autores afirmam que este constructo é um preditor mais consistente que apenas o mero número de contrafactuais gerados, medida que tem sido até agora utilizada em vários estudos (e.g., Catellani & Millesi, 2001; Roese, 1997; Roese, 2005).

A potência contrafactual, segundo os autores, é um constructo quantificável e mensurável que resulta da interação de dois julgamentos probabilísticos independentes: “*if likelihood*” (IL), ou seja, a probabilidade percebida pelo sujeito do antecedente do contrafactual se dar e “*then likelihood*” (TL), isto é, a probabilidade percebida de o resultado alternativo ocorrer, dada a presença da condição antecedente.

Assim, quanto maior a probabilidade percebida do antecedente de um dado contrafactual e quanto mais se considerar que uma mudança nesse antecedente levaria a um resultado alternativo de interesse, mais influência o contrafactual deverá ter em processos cognitivos e afetivos do indivíduo.

No primeiro estudo que Petrocelli et al. (2011) apresentam, em que um dos objetivos, através da utilização do cenário modificado de Mr. Jones de Kahneman e Tversky (1982), era demonstrar como a potência contrafactual seria um preditor fiável da influência do pensamento contrafactual em julgamentos, os autores concluíram que, quanto mais os participantes sentiram que um comportamento alternativo da parte de Mr. Jones era possível e que esse comportamento teria conduzido a um resultado diferente e mais desejável, mais

responsabilidade/culpa (os autores utilizam os dois termos) eles atribuíram a Mr. Jones e mais afeto negativo experienciaram.

Este revela-se um dos constructos mais promissores a serem utilizados em futuras investigações no campo dos contrafactuais. Assim, refletimos até que ponto a utilização deste constructo na presente dissertação não teria sido útil, no sentido em que nos permitiria perceber a “força”, ou potência dos contrafactuais que os participantes geraram e o seu efeito na culpa atribuída à vítima e ao agressor dos vários cenários.

Que conclusões teríamos retirado se tivéssemos analisado a potência dos contrafactuais gerados? Teriam uma potência elevada? E será que os participantes também iriam atribuir mais culpa a dada personagem quando a potência dos contrafactuais que geravam era elevada, nomeadamente se esses contrafactuais tivessem centrados nessa personagem? Será que esta variável seria independente da variável “foco do cenário”?

Terminamos esta discussão retornando ao tópico do que define, na verdade, o conceito “culpa”, de modo a encorajarmos os investigadores para, em futuros estudos, seja com objetivos semelhantes a este ou não, e de forma objetiva, saberem fazer uma distinção clara destes conceitos para que possam garantir uma medição e avaliação mais fiáveis, tendo assim a certeza que é o constructo pretendido que está a ser avaliado.

Tal, consideramos nós, enriquecerá a investigação nesta área e ajudará a combater as confusões conceptuais existentes entre estes conceitos, contribuindo para um abater das dúvidas sobre o seu significado e uma maior clareza na altura de interpretar e comparar os resultados obtidos.

Não se deve também esquecer a importância de utilizar juízes cegos quanto aos objectivos e hipóteses da investigação, bem como a utilidade em proceder a estudos prévios de validação do material a utilizar. Assim, quando finalmente for aplicado, já se poderá ter uma visão mais formada dos pontos fortes e fracos do mesmo, beneficiando assim o(s) autor(es) do estudo e, conseqüentemente, os resultados e conclusões que dele serão retirados.

Finalizamos com uma citação de Shaver e Drown (1986): “On a methodological level, the theory of blame suggests that future researchers of attribution – to others or to the self – of responsibility or blameworthiness should at the very least ask separate and distinct questions about causality, responsibility, and blameworthiness.” (p. 701).

Referências

- Alicke, M. D., Buckingham, J., Zell, E., & Davis, T. (2008). Culpable control and counterfactual reasoning in the psychology of blame. *Personality and Social Psychology Bulletin, 34*(10), 1371–1381. doi:10.1177/0146167208321594
- Branscombe, N. R., Owen, S., Garstka, T. A., & Coleman, J. (1996). Rape and accident counterfactuals: Who might have done otherwise and would it have changed the outcome? *Journal of Applied Social Psychology, 26*(12), 1042-1067. doi:10.1111/j.1559-1816.1996.tb01124.x
- Byrne, R. M. (2002). Mental models and counterfactual thoughts about what might have been. *Trends in Cognitive Sciences, 6*(10), 426-431. doi:10.1016/S1364-6613(02)01974-5
- Byrne, R. M. (2005). *The rational imagination: How people create alternatives to reality*. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology Press.
- Byrne, R. M., & McEleney, A. (2000). Counterfactual thinking about actions and failures to act. *Journal Of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition, 26*(5), 1318-1331. doi:10.1037/0278-7393.26.5.1318
- Byrne, R. M., & Quelhas, A. C. (1999). Raciocínio contrafactual e modelos mentais. *Análise Psicológica, 17*(4), 713-721. Retrieved from <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v17n4/v17n4a07.pdf>
- Catellani, P., & Milesi, P. (2001). Counterfactuals and roles: Mock victims' and perpetrators' accounts of judicial cases. *European Journal of Social Psychology, 31*(3), 247-264. doi:10.1002/ejsp.39
- Creyer, E. H., & Gürhan, Z. (1997). Who's to blame? Counterfactual reasoning and the assignment of blame. *Psychology & Marketing, 14*(3), 209-222. doi:10.1002/(SICI)1520-6793(199705)14:3<209::AID-MAR1>3.0.CO;2-F

- Davis, C. G., & Lehman, D. R. (1995). Counterfactual thinking and coping with traumatic life events. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 353-374). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Davis, C. G., Lehman, D. R., Silver, C. R., Wortman, C. B., & Ellard, J. H. (1996). Self-blame following a traumatic event: The role of perceived avoidability. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22(6), 557-567. doi:10.1177/0146167296226002
- Davis, C. G., Lehman, D. R., Wortman, C. B., Silver, R. C., & Thompson, S. C. (1995). The undoing of traumatic life events. *Personality and Social Psychological Bulletin*, 21(2), 109-124. Retrieved from <https://webfiles.uci.edu/rsilver/Davis%20et%20al.%20PSPB%201995.pdf>
- Epstude, K., & Roese, N. J. (2008). The functional theory of counterfactual thinking. *Personality and Social Psychology Review*, 12(2), 168-192. doi:10.1177/1088868308316091
- Gilovich, T., & Medvec, V. H. (1994). The temporal pattern to the experience of regret. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(3), 357-365. doi:10.1037/0022-3514.67.3.357
- Gilovich, T., & Medvec, V. H. (1995). Some counterfactual determinants of satisfaction and regret. In N. J. Roese, & J. M. Olson, *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 259-282). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Goldinger, S. D., Kleider, H. M., Azuma, T., & Beike, D. R. (2003). "Blaming the victim" under memory load. *Psychological Science*, 14(1), 81-85. doi:10.1111/1467-9280.01423
- Harris, P. L., German, T., & Mills, P. (1996). Children's use of counterfactual thinking in causal reasoning. *Cognition*, 61(3), 233-259. doi:10.1016/S0010-0277(96)00715-9

- Howard, J. A. (1984). Societal influences on attribution: Blaming some victims more than others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47(3), 494-505. doi:10.1037/0022-3514.47.3.494
- Johnson-Laird, P.N. (2004). The history of mental models. In Manktelow, K., and Chung, M.C. (Eds.) *Psychology of Reasoning: Theoretical and Historical Perspectives* (pp. 179-212). New York: Psychology Press. Retrieved from <http://mentalmodels.princeton.edu/papers/2005HistoryMentalModels.pdf>
- Johnson-Laird, P.N., & Byrne, R. M. (1991). *Deduction*. Hove, London: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Kahneman, D., & Miller, D. T. (1986). Norm theory: Comparing reality to its alternatives. *Psychological Review*, 93(2), pp. 136-153. doi:10.1037/0033-295X.93.2.136
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1982). The simulation heuristic. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky, *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases* (pp. 201-208). New York: Cambridge University Press.
- Kahneman, D., & Varey, C. A. (1990). Propensities and counterfactuals: The loser that almost won. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59(6), 1101-1110. doi:10.1037/0022-3514.59.6.1101
- Kray, L. J., George, L. G., Liljenquist, K. A., Galinsky, A. D., Tetlock, P. E., & Roese, N. J. (2010). From what might have been to what must have been: Counterfactual thinking creates meaning. *Journal of Personality and Social Psychology*, 98(1), 106-118. doi:10.1037/a0017905
- Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85(5), 1030-1051. doi:10.1037/0033-2909.85.5.1030

- Macrae, C. N., Milne, A. B., & Griffiths, R. J. (1993). Counterfactual thinking and the perception of criminal behaviour. *British Journal of Psychology*, 84(2), 221-226. doi:10.1111/j.2044-8295.1993.tb02475.x
- Mandel, D. R. (2003a). Counterfactuals, emotions, and context. *Cognition and Emotion*, 17(1), 139-159. doi:10.1080/02699930302275
- Mandel, D. R. (2003b). Judgment dissociation theory: An analysis of differences in causal, counterfactual, and covariational reasoning. *Journal of Experimental Psychology: General*, 132(3), 419-434. doi:10.1037/0096-3445.132.3.419
- Mandel, D.R. (2003c). Effect of counterfactual and factual thinking on causal judgements. *Thinking and Reasoning*, 9(3), 245-265. doi: 10.1080/13546780343000231
- Mandel, D. R., & Lehman, D. R. (1996). Counterfactual thinking and ascriptions of cause and preventability. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(3), 450-463. doi:10.1037/0022-3514.71.3.450
- Marôco, J. (2010). *Análise estatística com o PASW Statistics (4ª Ed.)*. Pêro Pinheiro: Report Number.
- Martins, A. C. (2003). O pensamento contrafactual e a percepção de crimes. Revisitando Macrae, Milne e Griffiths (1993)... *Análise Psicológica*, 21(3), 393-406. Retrieved from <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aps/v21n3/v21n3a10.pdf>
- Martins, A. C. (2011). *“No pior dos mundos possíveis”*: O pensamento contrafactual e a percepção do crime de violação contra as mulheres. Tese de doutoramento apresentada ao ISPA, Lisboa.
- McCloy, R., & Byrne, R. M. (2000). Counterfactual thinking about controllable events. *Memory & Cognition*, 28(6), 1071-1078. Retrieved from <http://www.tara.tcd.ie/jspui/bitstream/2262/39512/1/Counterfactual%20thinking%20about%20controllable%20events.pdf>

- McMullen, M. N., Markman, K. D., & Gavanski, I. (1995). Living in the neither the best nor the worst of all possible worlds: Antecedents and consequences of upward and downward counterfactual thinking. In N. J. Roesse, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 133-167). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Medvec, V. H., Madey, S. F., & Gilovich, T. (1995). When less is more: Counterfactual thinking and satisfaction among Olympic medalists. *Journal of Personality and Social Psychology, 69*(4), 603-610. doi:10.1037/0022-3514.69.4.603
- Meyers-Levy, J., & Maheswaran, D. (1992). When timing matters: The influence of temporal distance on consumers' affective and persuasive responses. *Journal of Consumer Research, 19*(3), 424-433. doi:10.1086/209312
- Miller, D. T., & Gunasegaram, S. (1990). Temporal order and the perceived mutability of events: Implications for blame assignment. *Journal of Personality and Social Psychology, 59*(6), 1111-1118. doi:10.1037/0022-3514.59.6.1111
- Miller, D. T., & Turnbull, W. (1990). The counterfactual fallacy: Confusing what might have been with what ought to have been. *Social Justice Research, 4*(1), 1-19. doi:10.1007/BF01048532
- Miller, M. K., Adya, M., Chamberlain, J., & Jehle, A. (2010). The effects of counterfactual thinking on reactions to victimization. *Applied Psychology in Criminal Justice, 6*(1), 17-30. Retrieved from http://dev.cjcenter.org/_files/apcj/6_1_2Miller.pdf
- N'gbala, A., & Branscombe, N. R. (1995). Mental simulation and causal attribution: When simulating an event does not affect fault assignment. *Journal of Experimental Social Psychology, 31*(2), 139-162. doi:10.1006/jesp.1995.1007
- Nario-Redmond, M. R., & Branscombe, N. R. (1996). It could have been better or it might have been worse: Implications for blame assignment in rape cases. *Basic and Applied Social Psychology, 18*(3), 347-366. doi:10.1207/s15324834basp1803_6

- Niedenthal, P. M., Tangney, J. P., & Gavanski, I. (1994). "If only I weren't" versus "If only I hadn't": Distinguishing shame and guilt in counterfactual thinking. *Journal of Personality and Social Psychology*, *67*(4), 585-595. doi:10.1037/0022-3514.67.4.585
- Petrocelli, J. V., Percy, E. J., Sherman, S. J., & Tormala, Z. L. (2011). Counterfactual Potency. *Journal of Personality and Social Psychology*, *100*(1), 30-46. doi:10.1037/a0021523
- Pighin, S., Byrne, R. M., Ferrante, D., Gonzalez, M., & Giroto, V. (2011). Counterfactual thoughts about experienced, observed, and narrated events. *Thinking & Reasoning*, *17*(2), 197-211. doi:10.1080/13546783.2011.561598
- Roese, N. J. (1994). The functional basis of counterfactual thinking. *Journal of Personality and Social Psychology*, *66*(5), 805-818. doi:10.1037/0022-3514.66.5.805
- Roese, N. J. (1997). Counterfactual thinking. *Psychological Bulletin*, *121*(1), 133-148. doi:10.1037/0033-2909.121.1.133
- Roese, N. J. (2005). *If only: How to turn regret into opportunity*. New York: Broadway.
- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1993a). The structure of counterfactual thought. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *19*(3), 312-319. doi:10.1177/0146167293193008
- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1993b). Self-Esteem and counterfactual thinking. *Journal of Personality and Social Psychology*, *65*(1), 199-206. doi:10.1037/0022-3514.65.1.199
- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1995a). Counterfactual thinking: A critical overview. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 1-55). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1995b). Functions of counterfactual thinking. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 169-197). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1997). Counterfactual thinking: The intersection of affect and function. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 29, pp. 1-59). San Diego, CA: Academic Press.
- Rye, M. S., Cahoon, M. B., Ali, R. S., & Daftary, T. (2008). Development and validation of the Counterfactual Thinking for Negative Events Scale. *Journal of Personality Assessment*, *90*(3), 261-269. doi:10.1080/00223890701884996
- Sanna, L. J., & Turley-Ames, K. J. (2000). Counterfactual intensity. *European Journal of Social Psychology*, *30*(2), 273-296. doi:10.1002/(SICI)1099-0992(200003/04)30:2<273::AID-EJSP993>3.0.CO;2-Y
- Sanna, L. J., & Turley, K. J. (1996). Antecedents to spontaneous counterfactual thinking: Effects of expectancy violation and outcome valence. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *22*(9), 906-919. doi:10.1177/0146167296229005
- Seelau, E. P., Seelau, S. M., Wells, G. L., & Windschitl, P. D. (1995). Counterfactual constraints. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 58-79). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2010). *Research methods in psychology* (8^a Ed.). New York: McGraw-Hill.
- Shaver, K. G., & Drown, D. (1986). On causality, responsibility and self-blame: A theoretical note. *Journal of Personality and Social Psychology*, *50*(4), 697-702. doi:10.1037/0022-3514.50.4.697

- Sherman, S. J., & McConnell, A. R. (1995). Dysfunctional implications of counterfactual thinking: When alternatives to reality fail us. In N. J. Roese, & J. M. Olson (Eds.), *What might have been: The social psychology of counterfactual thinking* (pp. 199-231). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Summerville, A., & Roese, N. J. (2008). Dare to compare: Fact-Based versus simulation-based comparison in daily life. *Journal of Experimental Social Psychology*, 44(3), pp. 664-671. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2597832/pdf/nihms47695.pdf>
- Turley, K. J., Sanna, L. J., & Reiter, R. L. (1995). Counterfactual thinking and perceptions of rape. *Basic and Applied Social Psychology*, 17(3), 285-303. doi:10.1207/s15324834basp1703_1
- Tykocinski, O. E., & Pittman, T. S. (1998). The consequences of doing nothing: Inaction inertia as avoidance of anticipated counterfactual regret. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75(3), 607-616. doi:10.1037/0022-3514.75.3.607
- Wells, G. L., & Gavanski, I. (1989). Mental simulation of causality. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(2), 161-169. doi:10.1037/0022-3514.56.2.161
- Wells, G. L., Taylor, B. R., & Turtle, J. W. (1987). The undoing of scenarios. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53(3), 421-430. doi:10.1037/0022-3514.53.3.421

Anexos

Anexo A: Tabela-resumo referente aos cenários e metodologias adoptadas

Tabela A1

Resumo dos cenários e metodologias adotadas

Referência	Foco do cenário	Listagem de Contrafactuais	Procedimento de listagem	Colocar-se no lugar de alguma personagem?
Macrae, C. N., Milne, A. B., & Griffiths, R. J. (1993). Counterfactual thinking and the perception of criminal behaviour. <i>British Journal of Psychology</i> , 84(2), 221-226. doi:10.1111/j.2044-8295.1993.tb02475.x	Na vítima com uma referência na última frase de cada cenário sobre o destino do criminoso.	Não.	Não se aplica neste caso.	Não se aplica neste caso.
Kahneman, D., & Miller, D. T. (1986). Norm theory: Comparing reality to its alternatives. <i>Psychological Review</i> , 93(2), pp. 136-153. doi:10.1037/0033-295X.93.2.136	Vítima, sem algum atributo da outra personagem. Contudo, não chegou a ocorrer o acidente, por isso não se pode afirmar que houve uma vítima.	Não se aplica neste caso porque o infortúnio não ocorreu.	Não se aplica porque o infortúnio não ocorreu.	Não se aplica neste caso porque o infortúnio não ocorreu.
Goldinger, S. D., Kleider, H. M., Azuma, T., & Beike, D. R. (2003). "Blaming the victim" under memory load. <i>Psychological Science</i> , 14(1), 81-85. doi:10.1111/1467-9280.01423	Nenhum cenário é apresentado na íntegra mas pelo resumo do único cenário apresentado parece estar centrado na vítima.	Não, é apenas pedido que respondam a perguntas relacionadas com o incidente.	Não se aplica neste caso.	Não se aplica neste caso.

Referência	Foco do cenário	Listagem de Contrafactuais	Procedimento de listagem	Colocar-se no lugar de alguma personagem?
Kahneman, D., & Tversky, A. (1982). The simulation heuristic. In D. Kahneman, P. Slovic, & A. Tversky, <i>Judgment under uncertainty: Heuristics and biases</i> (pp. 201-208). New York: Cambridge University Press.	Vítima, com um último parágrafo focado no agressor.	Sim.	Dirigido.	Que se colocassem no papel dos familiares já que perguntava como é que eles continuariam dado pensamento.
Mandel, D. R., & Lehman, D. R. (1996). Counterfactual thinking and ascriptions of cause and preventability. <i>Journal of Personality and Social Psychology</i> , 71(3), 450-463. doi:10.1037/0022-3514.71.3.450	Os três cenários possuem secções em que as acções da vítima são tornadas salientes e outras em que as acções da outra personagem são tornadas salientes.	Sim.	Dirigido.	Participantes colocavam-se no lugar das personagens (Experiência 2), sendo que na 1 foi-lhes perguntado como é que achavam que dada personagem teria completado dado pensamento.
Catellani, P., & Milesi, P. (2001). Counterfactuals and roles: Mock victims' and perpetrators' accounts of judicial cases. <i>European Journal of Social Psychology</i> , 31(3), 247-264. doi:10.1002/ejsp.39	Os autores não disponibilizam a cópia integral do cenário, mas o resumo do mesmo dá a entender que o cenário está centrado em duas personagens.	Não, as instruções eram apenas para darem a sua versão dos eventos ao suposto juiz de forma mais convincente possível.	Não se aplica neste caso.	Embora não tivesse sido pedido aos participantes que listassem pensamentos contrafactuais, foi-lhes pedido que se coloquem no lugar de uma das personagens dos cenários.

Referência	Foco do cenário	Listagem de Contrafactuais	Procedimento de listagem	Colocar-se no lugar de alguma personagem?
Petrocelli, J. V., Percy, E. J., Sherman, S. J., & Tormala, Z. L. (2011, Experiências 1 e 3). <i>Counterfactual Potency. Journal of Personality and Social Psychology, 100</i> (1), 30-46. doi:10.1037/a0021523	Na Experiência 1 dá a entender que sim. Na Experiência 3 o cenário apresenta uma contração maior nas vítimas mas também possui secções em que o taxista é colocado em destaque.	Sim para ambas as experiências.	Dirigido.	Os participantes não tinham que se pôr no lugar da vítima (Experiência 1). Na Experiência 3 foi-lhes pedido que listassem os contrafactuais que lhes ocorreram e aqueles que consideraram ter ocorrido aos familiares e amigos das vítimas.
Miller, M. K., Adya, M., Chamberlain, J., & Jehle, A. (2010). The effects of counterfactual thinking on reactions to victimization. <i>Applied Psychology in Criminal Justice, 6</i> (1), 17-30.	Sim.	Não.	Não se aplica neste caso.	Não se aplica neste caso.
Mandel, D.R. (2003c). Effect of counterfactual and factual thinking on causal judgements. <i>Thinking and Reasoning, 9</i> (3), 245-265. doi: 10.1080/13546780343000231	Sim, sendo apenas mencionado um senhor idoso na última frase que nem sequer é identificado ou tem algum protagonismo no restante cenário.	Sim.	Dirigido	Os participantes deviam continuar no seu “papel” enquanto leitores já que foram instruídos a formar um pensamento sobre algo que o Mr. Jones poderia ter feito ou poderia ter evitado fazer.

Referência	Foco do cenário	Listagem de Contrafactuais	Procedimento de listagem	Colocar-se no lugar de alguma personagem?
Martins, A. C. (2003). O pensamento contrafactual e a percepção de crimes. Revisitando Macrae, Milne e Griffiths (1993)... <i>Análise Psicológica</i> , 21(3), 393-406.	Sim.	Sim na primeira Experiência e não na segunda Experiência.	Dirigido para um grupo e livre para outro (Experiência 1).	Os participantes listaram os pensamentos que consideraram ter passado pela cabeça da vítima, dando a entender que se tinham que se colocar no papel da mesma.

Anexo B: Cenários de agressão física

Cenário de agressão física centrado na vítima

Ricardo é um estudante universitário. Sexta-feira à noite foi a um bar com uns amigos, onde encontrou uma antiga colega de faculdade com quem esteve a pôr a conversa em dia. Quando foi embora para casa, decidiu ir por um caminho diferente do habitual, preferindo uma rua mais animada. A dada altura, um rapaz abordou-o e acusou-o de se ter “metido” com a sua namorada no bar. Ricardo tentou explicar que ela era apenas uma antiga colega da faculdade. As suas explicações não convenceram o rapaz. Descontrolado, deu um murro na cara de Ricardo, que caiu para trás e bateu com a cabeça no passeio. O rapaz desequilibrou-se e bateu também com a cabeça no passeio. Rapidamente foi chamada uma ambulância para os transportar para o hospital. Ambos sofreram traumatismos cranianos graves.

Cenário de agressão física centrado no agressor:

Daniel é um estudante universitário. Sexta-feira à noite foi a um bar com a namorada. Quando veio à rua falar ao telemóvel reparou que ela estava a conversar animadamente com um rapaz. Os ciúmes de Daniel deram origem a uma violenta discussão e a uma separação da namorada. Quando foi embora para casa, Daniel decidiu ir por um caminho diferente do habitual, preferindo uma rua mais animada. A determinada altura encontrou o tal rapaz, abordou-o e acusou-o de se ter “metido” com a sua namorada no bar. O rapaz tentou explicar que ela era apenas uma antiga colega da faculdade. As suas explicações não convenceram Daniel. Descontrolado, deu um murro na cara do rapaz, que caiu para trás e bateu com a cabeça no passeio. Daniel desequilibrou-se e bateu também com a cabeça no passeio. Rapidamente foi chamada uma ambulância para os transportar para o hospital. Ambos sofreram traumatismos cranianos graves.

Cenário de agressão física centrado em ambos:

Ricardo é um estudante universitário. Sexta-feira à noite foi a um bar com uns amigos, onde encontrou uma antiga colega de faculdade com quem esteve a pôr a conversa em dia. Quando foi embora para casa, decidiu ir por um caminho diferente do habitual, preferindo uma rua mais animada. Daniel é um estudante universitário. Nessa mesma noite, foi a esse bar com a namorada, a antiga colega de Ricardo. Quando veio à rua falar ao telemóvel

reparou que ela estava a conversar animadamente com Ricardo. Os ciúmes de Daniel deram origem a uma violenta discussão e a uma separação da namorada. Quando foi embora para casa, Daniel decidiu ir por um caminho diferente do habitual, preferindo uma rua mais animada. A determinada altura encontrou Ricardo, abordou-o e acusou-o de se ter “metido” com a sua namorada no bar. Ricardo tentou explicar que era apenas uma antiga colega da faculdade. As suas explicações não convenceram Daniel. Descontrolado, deu um murro na cara de Ricardo, que caiu para trás e bateu com a cabeça no passeio. Daniel desequilibrou-se e bateu também com a cabeça no passeio. Rapidamente foi chamada uma ambulância para os transportar para o hospital. Ambos sofreram traumatismos cranianos graves.

Anexo C: Cenários de assalto

Cenário de assalto centrado na vítima:

Rita é uma estudante universitária. Apesar de usar sempre o mesmo caminho para casa, quarta-feira à noite decidiu ir por outro, mais longo, para espairecer um pouco. Ao atravessar uma rua deserta naquele momento, é abordada por um rapaz que lhe pede um cigarro. Rita nunca dá cigarros a estranhos e, por isso, mente e diz que não tem. Furioso e não acreditando nela, o rapaz aproxima-se abruptamente de Rita e agarra a sua mala, fugindo com ela. Rita corre atrás dele numa tentativa de a recuperar. Não reparando num carro que se aproxima a alta velocidade, Rita e o rapaz são atropelados e transportados para o hospital com ferimentos graves.

Cenário de assalto centrado no agressor:

Bernardo é um estudante universitário. Quarta-feira à noite foi ao cinema com a namorada. Contudo, a noite acabou mal devido a uma discussão sobre umas mensagens de outro rapaz no telemóvel dela. Apesar de usar sempre o mesmo caminho para casa, Bernardo decidiu ir por outro, mais longo, para espairecer um pouco. A dada altura, encontra uma rapariga a quem lhe pede um cigarro, ao que a rapariga diz que não tem. Furioso e não acreditando nela, Bernardo aproxima-se abruptamente da rapariga e agarra a sua mala, fugindo com ela. A rapariga corre atrás dele numa tentativa de a recuperar. Não reparando num carro que se aproxima a alta velocidade, Bernardo e a rapariga são atropelados e transportados para o hospital com ferimentos graves.

Cenário de assalto centrado em ambos:

Rita é uma estudante universitária. Apesar de usar sempre o mesmo caminho para casa, quarta-feira à noite decidiu ir por outro, mais longo, para espairecer um pouco. Nessa mesma noite, Bernardo, um estudante universitário, foi ao cinema com a namorada. Contudo, a noite acabou mal devido a uma discussão sobre umas mensagens de outro rapaz no telemóvel dela. Apesar de usar sempre o mesmo caminho para casa, Bernardo decidiu ir por outro, mais longo, para espairecer um pouco. Ao atravessar uma rua naquele momento, encontra Rita a quem lhe pede um cigarro. Rita nunca dá cigarros a estranhos e, por isso, mente e diz que não tem. Furioso e não acreditando nela, Bernardo aproxima-se abruptamente de Rita e agarra a sua mala, fugindo com ela. Rita corre atrás dele numa

tentativa de a recuperar. Não reparando num carro que se aproxima a alta velocidade, Rita e Bernardo são atropelados e transportados para o hospital com ferimentos graves.

Anexo D: Folha de instruções dos cadernos distribuídos aos participantes

Obrigado por participar neste estudo para a realização da minha Dissertação de Mestrado.

O presente estudo é composto por duas partes. Numa primeira parte, iremos apresentar-lhe três histórias e pedir-lhe para escrever alguns pensamentos sobre elas (as 3 folhas seguintes); numa segunda parte, voltamos a apresentar-lhe as 3 histórias e pedimos que nos dê uma opinião para cada uma.

Não há tempo limite para responder. Também não há respostas certas ou erradas, e as suas respostas são confidenciais.

Apenas pedimos que nos dê duas informações para caracterizarmos a amostra deste estudo:

Idade: _____

Género: F M

Anexo E: Primeira folha de codificação dos contrafactuais

Folha de Classificação/Codificação dos Pensamentos

Participante N° _____

Cenário 1 _____

Letra de identificação do Pensamento	Contrafactual? (✓ - Sim; X - Não)	Direcção (A - Ascendente D - Descendente)	Estrutura (A – Aditivo; Subtr – Subtractivo; Subs – Substitutivo)	Foco (V – Vítima; A – Agressor; V-A – Vítima-Agressor (Ambos); O – Outros)
a)				
b)				
c)				
d)				
e)				

Total Pensamentos: _____ Total Contrafactuais Ascendentes: _____ Total Contrafactuais Aditivos: _____ Total Contrafactuais Vítima: _____

Total Não-Contrafactuais: _____ Total Contrafactuais Descendentes: _____ Total Contrafactuais Subtractivos: _____ Total Contrafactuais Agressor: _____

Total Contrafactuais: _____ Total Contrafactuais Substitutivos: _____ Total Contrafactuais Ambos: _____

Total Contrafactuais Outros: _____

Cenário 2 _____

Letra de identificação do Pensamento	Contrafactual? (✓ - Sim; X - Não)	Direcção (A - Ascendente D - Descendente)	Estrutura (A – Aditivo; Subtr – Subtractivo; Subs – Substitutivo)	Foco (V – Vítima; A – Agressor; V-A – Vítima-Agressor (Ambos); O – Outros)
a)				
b)				
c)				
d)				
e)				

Total Pensamentos: ____ Total Contrafactuais Ascendentes: ____ Total Contrafactuais Aditivos: ____ Total Contrafactuais Vítima: ____
 Total Não-Contrafactuais: ____ Total Contrafactuais Descendentes: ____ Total Contrafactuais Subtractivos: ____ Total Contrafactuais Agressor: ____
 Total Contrafactuais: ____ Total Contrafactuais Substitutivos: ____ Total Contrafactuais Ambos: ____
 Total Contrafactuais Outros: ____

Cenário 3 ____

Letra de identificação do Pensamento	Contrafactual? (✓ - Sim; X - Não)	Direcção (A - Ascendente D - Descendente)	Estrutura (A – Aditivo; Subtr – Subtractivo; Subs – Substitutivo)	Foco (V – Vítima; A – Agressor; V-A – Vítima-Agressor (Ambos); O – Outros)
a)				
b)				
c)				
d)				
e)				

Total Pensamentos: ____ Total Contrafactuais Ascendentes: ____ Total Contrafactuais Aditivos: ____ Total Contrafactuais Vítima: ____
 Total Não-Contrafactuais: ____ Total Contrafactuais Descendentes: ____ Total Contrafactuais Subtractivos: ____ Total Contrafactuais Agressor: ____
 Total Contrafactuais: ____ Total Contrafactuais Substitutivos: ____ Total Contrafactuais Ambos: ____
 Total Contrafactuais Outros: ____

Totais Gerais

Total Pensamentos: ____ Total Contrafactuais Ascendentes: ____ Total Contrafactuais Aditivos: ____ Total Contrafactuais Vítima: ____
 Total Não-Contrafactuais: ____ Total Contrafactuais Descendentes: ____ Total Contrafactuais Subtractivos: ____ Total Contrafactuais Agressor: ____
 Total Contrafactuais: ____ Total Contrafactuais Substitutivos: ____ Total Contrafactuais Ambos: ____
 Total Contrafactuais Outros: ____

Anexo F: Segunda folha de codificação dos contrafactuais

Folha de Classificação/Codificação dos Pensamentos

Participante Nº _____

Cenário 1 _____

Cenário 2 _____

Cenário 3 _____

Total Contrafactuais Ascendentes (Vítima): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Aditivos (Vítima): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Descendentes (Vítima): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Substractivos (Vítima): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Substitutivos (Vítima): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Ascendentes (Agressor): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Aditivos (Agressor): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Descendentes (Agressor): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Substractivos (Agressor): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Substitutivos (Agressor): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Ascendentes (Ambos): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Aditivos (Ambos): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Descendentes (Ambos): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Substractivos (Ambos): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Substitutivos (Ambos): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Ascendentes (Outros): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Aditivos (Outros): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Descendentes (Outros): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Substractivos (Outros): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Total Contrafactuais Substitutivos (Outros): Cenário 1 __ Cenário 2 __ Cenário 3 __

Anexo G: Estatísticas descritivas dos vários tipos de contrafactuais criados, segundo o foco do cenário

Tabela G1

Estatísticas descritivas para os vários tipos de contrafactuais criados, segundo o foco do cenário

Foco do cenário	Categoria	Tipo de Contrafactual	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Min</i>	<i>Máx</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Vítima	Direcção	Ascendentes	201	100.00	1	5	2.79	1.061
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	201	100.00				
	Estrutura	Aditivos	116	57.70	0	4	1.61	0.912
		Subtrativos	82	40.80	0	4	1.14	1.052
		Substitutivos	3	1.50	0	1	0.04	0.201
	Total	201	100.00					
Agressor	Direcção	Ascendentes	235	100.00	1	5	3.26	1.233
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	235	100.00				
	Estrutura	Aditivos	106	45.10	0	4	1.47	1.100
		Subtrativos	123	52.30	0	5	1.71	1.305
		Substitutivos	6	2.60	0	1	0.08	0.278
	Total	235	100.00					
Ambos	Direcção	Ascendentes	227	98.30	1	5	3.15	1.241
		Descendentes	4	1.70	0	2	0.06	0.285
		Total	231	100.00				
	Estrutura	Aditivos	98	42.40	0	4	1.36	0.893
		Subtrativos	127	55.00	0	5	1.76	1.327
		Substitutivos	6	2.60	0	1	0.08	0.278
	Total	231	100.00					
Total = 667 Pensamentos Contrafactuais (100.00%); 72 Participantes								

Anexo H: Estatísticas descritivas dos vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados na vítima

Tabela H1

Estatísticas descritivas para os vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados na vítima

Foco do contrafactual	Categoria	Tipo de Contrafactual	F	%	Min	Máx	M	DP
Vítima	Direcção	Ascendentes	115	100.00	0	4	1.60	0.988
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	115	100.00				
	Estrutura	Aditivos	69	60.00	0	3	0.96	0.813
		Subtrativos	44	38.30	0	2	0.61	0.683
		Substitutivos	2	1.70	0	1	0.03	0.165
	Total	115	100.00					
Agressor	Direcção	Ascendentes	65	100.00	0	3	0.90	0.772
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	65	100.00				
	Estrutura	Aditivos	36	55.40	0	2	0.50	0.650
		Subtrativos	28	43.10	0	2	0.39	0.571
		Substitutivos	1	1.50	0	1	0.01	0.118
	Total	65	100.00					
Ambos	Direcção	Ascendentes	1	100.00	0	1	0.01	0.118
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	1	100.00				
	Estrutura	Aditivos	1	100.00	0	1	0.01	0.118
		Subtrativos	0	0.00	0	0	0	0
		Substitutivos	0	0.00	0	0	0	0
	Total	1	100.00					
Outros	Direcção	Ascendentes	20	100.00	0	2	0.28	0.537
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	20	100.00				
	Estrutura	Aditivos	10	50.00	0	1	0.14	0.348
		Subtrativos	10	50.00	0	2	0.14	0.387
		Substitutivos	0	0.00	0	0	0	0
	Total	20	100.00					
Total = 201 Pensamentos Contrafactuais; 72 Participantes								

Anexo I: Estatísticas descritivas dos vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados no agressor

Tabela II

Estatísticas descritivas para os vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados no agressor

Foco do contrafactual	Categoria	Tipo de Contrafactual	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Min</i>	<i>Máx</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Vítima	Direcção	Ascendentes	19	100.00	0	2	0.26	0.531
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	19	100.00				
	Estrutura	Aditivos	8	42.10	0	2	0.11	0.358
		Subtrativos	11	57.90	0	2	0.15	0.399
		Substitutivos	0	0.00	0	0	0	0
	Total	19	100.00					
Agressor	Direcção	Ascendentes	172	100.00	0	5	2.39	1.120
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	172	100.00				
	Estrutura	Aditivos	81	47.10	0	4	1.13	1.006
		Subtrativos	85	49.40	0	5	1.18	1.012
		Substitutivos	6	3.50	0	1	0.08	0.278
	Total	172	100.00					
Ambos	Direcção	Ascendentes	3	100.00	0	1	0.04	0.201
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	3	100.00				
	Estrutura	Aditivos	3	100.00	0	1	0.04	0.201
		Subtrativos	0	0.00	0	0	0	0
		Substitutivos	0	0.00	0	0	0	0
	Total	3	100.00					
Outros	Direcção	Ascendentes	41	100.00	0	3	0.57	0.747
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	41	100.00				
	Estrutura	Aditivos	14	34.10	0	2	0.19	0.432
		Subtrativos	27	65.90	0	2	0.38	0.592
		Substitutivos	0	0.00	0	0	0	0
	Total	41	100.0					
Total = 235 Pensamentos Contrafactuais; 72 Participantes								

Anexo J: Estatísticas descritivas dos vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados em ambos

Tabela J1

Estatísticas descritivas para os vários tipos de contrafactuais criados para os cenários centrados em ambos

Foco do contrafactual	Categoria	Tipo de Contrafactual	<i>F</i>	<i>%</i>	<i>Min</i>	<i>Máx</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Vítima	Direcção	Ascendentes	62	98.40	0	3	0.86	0.793
		Descendentes	1	1.60	0	1	0.01	0.118
		Total	63	100.00				
	Estrutura	Aditivos	29	46.00	0	2	0.40	0.620
		Subtrativos	31	49.20	0	2	0.43	0.668
		Substitutivos	3	4.80%	0	1	0.04	0.201
	Total	63	100.00					
Agressor	Direcção	Ascendentes	113	100.00	0	4	1.57	0.932
		Descendentes	0	0.00	0	0	0	0
		Total	113	0.00				
	Estrutura	Aditivos	49	43.40	0	2	0.68	0.668
		Subtrativos	61	54.00	0	3	0.85	0.799
		Substitutivos	3	2.60	0	1	0.04	0.201
	Total	113	100.00					
Ambos	Direcção	Ascendentes	23	95.80	0	2	0.32	0.526
		Descendentes	1	4.20	0	1	0.01	0.118
		Total	24	100.00				
	Estrutura	Aditivos	13	54.20	0	2	0.18	0.454
		Subtrativos	11	45.80	0	1	0.15	0.362
		Substitutivos	0	0.00	0	0	0	0
	Total	24	100.00					
Outros	Direcção	Ascendentes	29	93.50	0	3	0.40	0.685
		Descendentes	2	6.50	0	1	0.03	0.165
		Total	31	100.00				
	Estrutura	Aditivos	8	25.80	0	2	0.11	0.396
		Subtrativos	23	74.20	0	3	0.32	0.624
		Substitutivos	0	0.00	0	0	0	0
	Total	31	100.00					
Total = 231 Pensamentos Contrafactuais; 72 Participantes								

**Anexo K: Testes da normalidade e esfericidade para o total de contrafactuais gerados,
segundo o foco do cenário**

Tabela K1

Teste do pressuposto da normalidade para o total de contrafactuais gerados, segundo foco do cenário

Foco do Cenário	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Curtose)	K-S	g.l.	p
Vítima	0.723	-0.034	0.231	72	.000***
Agressor	-0.153	-0.955	0.169	72	.000***
Ambos	-0.093	-0.913	0.164	72	.000***

*** $p < .001$.

Tabela K2

Teste do pressuposto da esfericidade de Maulchy para o total de contrafactuais gerados, segundo foco do cenário

Factor	g.l.	χ^2	W	p
Total Contrafactuais	2	2.684	0.962	.261

**Anexo L: Testes da normalidade e esfericidade para o foco dos contrafactuais, segundo o
foco do cenário**

Tabela L1

Teste do pressuposto da normalidade para o foco dos contrafactuais gerados, segundo foco do cenário

Foco do Cenário	Foco do Contrafactual	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Curtose)	K-S	g.l.	p
Vítima	Vítima	0.172	-0.718	0.227	72	.000***
	Agressor	1.926	2.931	0.468	72	.000***
	Ambos	0.400	-0.860	0.237	72	.000***
Agressor	Vítima	0.548	-0.052	0.255	72	.000***
	Agressor	0.472	-0.035	0.205	72	.000***
	Ambos	0.544	0.452	0.229	72	.000***
Ambos	Vítima	8.485	72.000	0.533	72	.000***
	Agressor	4.686	20.523	0.540	72	.000***
	Ambos	1.292	0.732	0.429	72	.000***

*** $p < .001$.

Tabela L2

Teste do pressuposto da esfericidade de Maulchy para o foco dos contrafactuais gerados, segundo foco do cenário

Foco do Cenário	g.l.	χ^2	W	p	Greenhouse-Geiser	Huynh-Feldt
Vítima	2	8.181	0.890	.017*	0.901	0.923
Agressor	2	10.218	0.864	.006**	0.880	0.901
Ambos	2	59.609	0.427	.000***	0.636	0.642

*** $p < .001$. ** $p < .01$. * $p < .05$.

Anexo M: Teste de Bonferroni de comparações múltiplas para os contrafactuais com foco na vítima, agressor e ambos segundo o foco do cenário

Tabela M1

Teste de Bonferroni para os contrafactuais com foco na vítima, segundo foco do cenário

	Vítima	Agressor	Ambos
Vítima		.000 ^{***}	.000 ^{***}
Agressor	.000 ^{***}		.000 ^{***}
Ambos	.000 ^{***}	.000 ^{***}	

^{***} $p < .001$.

Tabela M2

Teste de Bonferroni para os contrafactuais com foco no agressor, segundo foco do cenário

	Agressor	Vítima	Ambos
Agressor		.000 ^{***}	.000 ^{***}
Vítima	.000 ^{***}		.000 ^{***}
Ambos	.000 ^{***}	.000 ^{***}	

^{***} $p < .001$.

Tabela M3

Teste de Bonferroni para os contrafactuais com foco em ambos, segundo foco do cenário

	Vítima	Agressor	Ambos
Ambos	.000 ^{***}	.000 ^{***}	
Vítima		.962	.000 ^{***}
Agressor	.962		.000 ^{***}

^{***} $p < .001$.

Anexo N: Testes da normalidade e esfericidade para a culpa atribuída à vítima, segundo o foco do cenário

Tabela N1

Teste do pressuposto da normalidade para a culpa atribuída à vítima, consoante o foco do cenário

Foco do Cenário	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Curtose)	K-S	g.l.	p
Vítima	1.193	0.199	0.299	72	.000***
Agressor	1.870	3.760	0.278	72	.000***
Ambos	1.558	2.695	0.253	72	.000***

*** $p < .001$.

Tabela N2

Teste do pressuposto da esfericidade de Maulchy para a culpa atribuída à vítima, consoante o foco do cenário

Culpa	g.l.	χ^2	W	p
Agressor	2	3.131	0.956	.209

**Anexo O: Testes da normalidade e esfericidade para a culpa atribuída ao agressor,
segundo o foco do cenário**

Tabela O1

Teste do pressuposto da normalidade para a culpa atribuída ao agressor, consoante o foco do cenário

Foco do Cenário	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Curtose)	K-S	g.l.	p
Vítima	-2.021	3.844	0.330	72	.000***
Agressor	-2.107	6.996	0.228	72	.000***
Ambos	-2.047	7.000	0.231	72	.000***

*** p < .001.

Tabela O2

Teste do pressuposto da esfericidade de Maulchy para a culpa atribuída ao agressor, consoante o foco do cenário

Culpa	g.l.	χ^2	W	p
Agressor	2	1.205	0.983	.548

Anexo P: Testes da normalidade e esfericidade para a culpa atribuída à vítima e ao agressor, segundo a situação

Tabela P1

Teste do pressuposto da normalidade para a culpa atribuída à vítima e ao agressor, segundo o foco do cenário

Personagem alvo de culpa	Situação	Assimetria (Skewness)	Achatamento (Curtose)	K-S	g.l.	p
Vítima	Acidente de Viação	1.922	2.703	0.422	72	.000***
	Agressão Física	1.852	4.076	0.251	72	.000***
	Assalto	0.859	- 0.084	0.206	72	.000***
Agressor	Acidente de Viação	- 2.090	4.347	0.403	72	.000***
	Agressão Física	- 2.355	9.227	0.256	72	.000***
	Assalto	- 0.972	0.153	0.243	72	.000***

*** $p < .001$.

Tabela P2

Teste do pressuposto da esfericidade de Maulchy para a culpa atribuída à vítima e ao agressor, segundo a situação

Personagem alvo de culpa	g.l.	χ^2	W	p
Vítima	2	1.202	0.983	.548
Agressor	2	5.549	0.924	.062